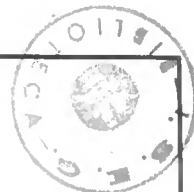


X961115717

X961115717

Reservado



**UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO**

MESTRADO EM: DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

**S. TOMÉ E PRINCIPE
REALIDADES SOCIAIS, ECONÓMICAS E
OPÇÕES DO DESENVOLVIMENTO PARA O SÉCULO XXI**

Feliciano do Nascimento de Jesus Bonfim

Orientação: Professor Dr. Carlos Alberto Pestanas Barros

Juri é constituído por: Carlos Alberto Pestanas Barros, Professor Auxiliar do ISEG

António Enes Ferreira, Professor Auxiliar do ISEG

Bernardo Pacheco de Carvalho, Professor Auxiliar do ISA

Janeiro 2001



UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

Mestrado em: Desenvolvimento e Cooperação Internacional

S. Tomé e Príncipe:
Realidade Sociais, Económicas e
Opções de Desenvolvimento para o século XXI

Orientação: Professor Dr. Carlos Alberto Pestanas Barros

Júri é constituído por:

Carlos Alberto Pestana Barros, Professor Auxiliar do ISEG

António Enes Ferreira, Professor Auxiliar do ISEG

Bernardo Pacheco de Carvalho, Professor Auxiliar do ISA

O meu sonho:
S.Tomé e Príncipe sêm pobreza.

Agradecimento

O percurso percorrido até à conclusão deste trabalho foi longo e, por isso, são muitas as pessoas que, directa ou indirectamente, o influenciaram.

Gostaria de distinguir nos meus agradecimentos ao Doutor Carlos Pestanas Barros que, pela sua disponibilidade em orientar este trabalho e pela seriedade profissional, entusiasmo e amizade, foi o factor determinante na realização deste trabalho, e, além disso, tornou nesta entrada do milénio a pessoa mais gratificante para a população santomense, e também pela minha carreira profissional.

Por último quero agradecer à minha família, em especial ao meu marido, que me deu forças em continuar este trabalho no momento mais crítico.

ÍNDICE

	PÁGINAS
Agradecimentos	4
INTRODUÇÃO	7-8
PRIMEIRA PARTE	
SINÓPSE DA ECONOMIA E DA SOCIEDADE DE S.TOMÉ E PRÍNCIPE	9
CAPÍTULO I : ASPECTOS GEOGRÁFICOS E DEMOGRÁFICOS E OS SEUS IMPACTOS SOBRE A DINÂMICA MACRO-ECONÓMICA.	10
1. Aspectos Geográficos	10-11
1.1 O Impacto Geográfico sobre a Dinâmica Macro-económica	12-13
1.2 Aspectos Demográficos e os seus Constrangimentos no Meio Ambiente	14-18
CAPÍTULO II : DESENVOLVIMENTO HUMANO EM S.TOMÉ E PRÍNCIPE	19
2. Das teorias economicistas do desenvolvimento ao conceito do desenvolvimento Humano	19-21
2.1 Os Grupos Sócios - Económicos mais vulneráveis à pobreza	21-30
2.2 O Desenvolvimento Humano sustentável: um progresso integrado	30-31
2.3 Medição do desenvolvimento Humano em S.Tomé e Príncipe	31-37
CAPÍTULO III : AS POTENCIALIDADES ECONÓMICAS	37
3. Oportunidades produtivas do sector primário	38-45
3.1 O sector secundário	45-46
3.2 O sector terciário	46-48
CAPÍTULO IV: OS DESEQUILÍBRIOS MACRO-ECONÓMICOS	49
4. A situação económica antes e depois da independência	49-58
4.1 Procura, Produção e Preços	58-61
4.2 Mercado de trabalho	61-63

4.3 Aspectos da situação das Finanças Públicas	63-66
4.4 Aspectos da situação monetária, financeira e câmbial	66-69
SEGUNDA PARTE	
AS ELITES DE S.TOMÉ E PRÍNCIPE: OPINIÕES E EXPECTATIVAS	69
CAPÍTULO V : INQUÉRITO ÀS ELITES DE S.TOMÉ E PRÍNCIPE	70
5. Introdução	70-71
5.1 Ficha técnica do inquérito	72-73
5.2 Descrição dos resultados	73-76
5.3 Análise dos resultados	76-84
TERCEIRA PARTE	
OPÇÕES DO DESENVOLVIMENTO PARA O SÉCULO XXI	85
Problemas para o desenvolvimento	85-95
No caminho do desenvolvimento	95-101
CONCLUSÃO	102-104
BIBLIOGRAFIA	105-110
ANEXO: Inquérito às elites de S. Tomé e Príncipe	111-117

INTRODUÇÃO

Estarão as elites santomense atenta aos principais problemas sócio-económicos de interesse comum que o arquipélago de São Tomé e Príncipe se encontra mergulhado e proporcionar sugestões valiosas para adaptar os pontos de vista às novas questões do desenvolvimento?

Será que as Ilhas de São Tomé e Príncipe possuem características geográficas particulares que condicionam à um desenvolvimento humano e económico sustentado?

Estas poderiam constituir questões genéricas a prefigurar num qualquer estudo sobre a emergência da necessidade de implementar políticas económicas e sociais prioritárias para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Por isso adaptámo-las como naturalidade, porque cremos que o presente estudo se insere claramente nesse âmbito.

O presente trabalho começou por assumir a forma simples de uma Sinopse da Economia e da Sociedade de S.Tomé e Príncipe, para um melhor conhecimento da situação socio-económica do País, uma vez que reunindo um conjunto de informações sobre a matéria, constitui um útil instrumento de análise para todos os interessados, independentemente das motivações que os animem, seja elas do foro académico, de ordem profissional ou, tão-só, a simples curiosidade intelectual.

A mensagem essencial desta dissertação, é que são santomenses, quem, enquanto indivíduos e enquanto colectividade, estão no fulcro do progresso de desenvolvimento do seu país.

A dissertação inicia com uma análise retrospectiva de todas as áreas sócio-económicas do país depois da independência, incidindo sobre os aspectos mais relevantes que é a situação da crise sócio-económica que se vem arrastando no país há cerca de 25 anos. Nesta Primeira Parte estão nela inseridas quatro capítulos: O Capítulo I apresenta os aspectos geográficos e demográficos e os seus impactos sobre a dinâmica macro-económica; O capítulo II, ilustra o conceito do desenvolvimento humano, caracterizado por situações específicas santomenses, e estabelece a comparação entre a situação do desenvolvimento humano de S.Tomé e Príncipe e a dos países vizinhos ou a de outros Estados Africanos insulares; O Capítulo III faz um diagnóstico das potencialidades económicas que o País oferece e analisa as oportunidades produtivas que permitiriam garantir um ritmo de crescimento contínuo e sustentado; O capítulo IV faz um diagnóstico dos desequilíbrios macro-económicos para depois colmatar com o capítulo de opções de desenvolvimento para o século XXI.

Optou-se por elaborar um inquérito às elites de S.Tomé e Príncipe que é tratado na Segunda Parte desta tese. A análise dos resultados deste inquérito consta na secção 5.3 do Capítulo V.

O objectivo principal deste inquérito é conhecer as opiniões e expectativas das elites, supomos que é indispensável, como diz o escritor J.P. Olivier de Sardan (1988) na sua

Abordagem Antropológica das Ideologias e Práticas de Desenvolvimento: "O desenvolvimento faz intervir múltiplos actores sociais, tanto da parte dos grupos visados como da parte dos organismos de desenvolvimento. Os seus estatutos profissionais, as suas normas de acção, as suas competências, as suas estratégias, diferem consideravelmente. O desenvolvimento "no terreno" é o resultado destas múltiplas interacções, que nenhum modelo económico de laboratório pode descrever a priori, mas cujas modalidades a sociologia e a etnologia podem tentar descobrir."

A hipótese implícita na tese são: Que o desenvolvimento económico depende de múltiplos factores; que as elites nacionais são motores do desenvolvimento; que a sua percepção dos bloqueamentos ao desenvolvimento constitui um diagnóstico das acções a implementar; que a percepção do bloqueamento ao desenvolvimento que a elite possui é determinada pela tripla especificidade física (insularidade, exiguidade e isolamento) de Pequenas economias insulares – PEI's.

Para atingir plenamente os objectivos do presente estudo, para além da literatura teórica que lhe serviu de suporte conceptual, tornou-se imprescindível mergulhar no seio das vicências da população santomense e caminhar no próprio terreno transformado em "laboratório" desta investigação. A observação, decorrente da experiência de trabalho directo com a elite, a utilização de técnicas de tipo extensivo (inquérito aplicado aos elementos com poder de decisão), propiciaram a obtenção de material informativo abundante e diversificado. Deste modo, tratando-se de uma problemática real, contemporânea, num contexto que denota as características específicas das Pequenas Economias Insulares, e em presença de várias fontes de dados, o estudo de caso afigurou-se-nos o modo de investigação adequado para observar o fenómeno de bloqueamento do desenvolvimento e daí retirar pistas que possam funcionar como hipóteses de resolução de problemas encontrados.

Aliás, esse é o principal objectivo que nos norteia: diagnosticar os problemas que se colocam como bloqueio ao desenvolvimento, tendo em conta as especificidades físicas do arquipélago, apresentar opções à resolução dos problemas, através de Métodos de Componentes Principais e Logit Binominal se considerarmos que estes promovem um desenvolvimento humano e económico sustentado.

O conjunto de políticas que emergem das análises que foram efectuadas permitem aceitar esta hipótese, já que as elites santomense consideram como bloqueamento ao desenvolvimento é a dimensão do mercado interno e que a ajuda pública ao desenvolvimento é muito importante para São Tomé e Príncipe.

As conclusões que podemos tecer deste estudo se encontram na terceira parte deste estudo. De igual modo, os desafios, as preposições fundamentais e opções do desenvolvimento, que nos parece serem as estratégias conducentes à resolução dos principais problemas sócio-económico de S. Tomé e Príncipe.

PRIMEIRA PARTE

SINOPSE DA ECONOMIA E DA SOCIEDADE DE S.TOMÉ E PRÍNCIPE

CAPÍTULO I: ASPECTOS GEOGRÁFICOS E DEMOGRÁFICOS E OS SEUS IMPACTOS SOBRE A DINÂMICA MACRO-ECONÓMICA

1.Aspectos geográficos

S.Tomé e Príncipe é constituído por um arquipélago cujas ilhas principais são a ilha de S.Tomé e a ilha do Príncipe, distantes cerca de 150 km uma da outra e por um conjunto de ilhéus. Junto de S.Tomé destacam-se os seguintes ilhéus: Rolas, Cabras e Sete Pedras. Nas proximidades da ilha do Príncipe existem diversos ilhéus: Bom Bom, Boné de Joquéi, Tinhosas, Mosteiros e Pedra da Galé.

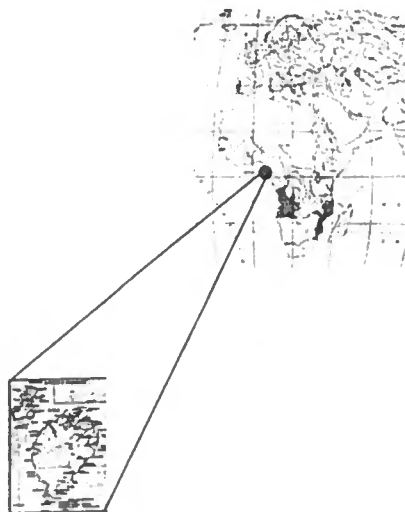
As ilhas de origem vulcânica e em combinação com as características climáticas proporcionam um ambiente paradisíaco e exuberante. O relevo agreste, o recorte das ilhas e o clima diferenciado conferem uma variabilidade de microclimas e de condições ambientais que imprimem aspectos de rara beleza, de que se destaca a sua vegetação.

Apontam-se como datas mais prováveis para a descoberta das ilhas – 21 de Dezembro de 1470 para S.Tomé e 17 de Janeiro de 1471 para a ilha do Príncipe. Só em 1481 foi iniciado o seu povoamento.

O arquipélago situa-se na costa ocidental do Continente Africano, mais precisamente entre as latitudes de $1^{\circ} 44' N$ e $0^{\circ} 1'S$, e entre as longitudes de $7^{\circ} 28'E$ e $6^{\circ} 28'E$.

O país localiza-se ao largo da costa do Gabão a cerca de 300 Km da costa africana, no golfo da Guiné. (Fig. 1)

FIG.1: situação geográfica das ilhas



Quanto a superfície e relevo, a ilha de S.Tomé tem como superfície 859 KM^2 aproximadamente, e a ilha do Príncipe tem 142 KM^2 . Ilhas de origem vulcânica, apresentam relevo acidentado. O ponto mais elevado é o Pico de S.Tomé (Pico de Gago Coutinho) com cerca de 2024 m na ilha do mesmo. O ponto mais elevado da ilha do

Príncipe é o Pico do Príncipe no maciço montanhoso a Sul com 948 m.

O clima é do tipo equatorial oceânico, dominado pelos movimentos periódicos das baixas pressões equatoriais, pelos ventos de monção sul, pela corrente do Golfo e pela influência do relevo insular, com temperaturas médias anuais que variam entre os 22° C para as mínimas e 29-30° C para as máximas, com médias gerais em torno dos 25° C. Variabilidade climática é uma das características do País, com multiplicidade de microclimas definidos principalmente em função da pluviosidade e da temperatura e altamente dependentes da localização. O clima pode ser caracterizado por variar de super-húmido e semi-árido. A temperatura varia, fundamentalmente, em função da altitude.

Em princípio existem duas estações ao ano: as da chuva e gravana. A grande estação seca (granava) dura em geral dois a três meses, entre Dezembro e Fevereiro. Nas zonas com mais de 1200 mm anuais de chuvas podemos dizer que não existe a pequena estação seca. A pluviosidade é relativamente elevada, oscilando entre os 900 mm e os 7000 mm, em função das características próprias de cada região.

No tocante à higrometria, verificamos que a humidade relativa apresenta uma grande regularidade, quase sempre superior a 75%.

O solo de S.Tomé tem uma formação geológica bastante homogénea, assentando em basaltos a quase totalidade dos seus solos. A capacidade produtiva é muito mais limitada pelas características topográficas e climáticas do que pelas características intrínsecas do solo. Segundo o Recenseamento de 1990 a superfície agrícola total é de 76 214 há, dos quais cerca de 85% estavam integrados nas empresas agro-pecuárias, 10% em roças e 4,6% eram utilizados pelo sector familiar. Em termos da área efectivamente cultivada, em 1990, o país dispunha de 41 367 has. Destes, cerca de 81% eram utilizados pelas empresas agro-pecuárias e aproximadamente 8,5% pelo sector familiar.

A vegetação tropical que inicialmente cobria a ilha se encontra hoje a altitudes superiores a 1400 m. Essa vegetação deu lugar a zonas de cultivo activo e a zonas abandonadas. Actualmente a produção agrícola tem sido diversificada em relação ao século passado que se centrava na monocultura do cacau. Outras culturas de exportação têm tido alguma importância como é o caso do cafeeiro, coqueiro pimenta e palmeira do dendem. Actualmente tem vindo a ser incentivada a produção de culturas alimentares fundamentalmente através de privatização e distribuição de terras.

Os rios de S.Tomé têm a sua nascente nas montanhas e vêm desaguar no mar. No norte e na parte oriental da ilha é mais rica em rios e os seus afluentes. O Norte e na parte oriental da ilha é mais rica em rios e nos seus afluentes: Temos o Rio Contador, o Rio Ouro, o Rio Quija e o Rio Manuel Jorge. No Oriente temos os rios Mézochi, Abade e Água Grande e no Sul temos o Iô Grande. Para além destes rios existem muitos riachos que inundam a ilha e torna o solo fértil. O mesmo acontece com a ilha do Príncipe com o seu maior rio o Papagaio e muitos outros riachos.

1.1 O Impacto geográfico sobre a dinâmica macro-económica

O País encontra-se dividido em sete distritos: Água grande, Mé-zochi, Cantagalo, Lobato, Lembá, Caué e Pagué; a capital que é a cidade de S.Tomé, encontra-se no Distrito de Água Grande. (Fig. 2 - Ilha de S.Tomé e a Ilha do Príncipe e as divisões distritais).

Hoje, a insularidade associada à descontinuidade territorial, à limitação dos recursos minerais e pouco dinamismo do tecido produtivo constituem factores de uma grande vulnerabilidade face às condicionalidades internacionais.

O estudo da ciência económica referente às Pequenas Economias Insulares - PEI's afigura-se como uma contribuição original à economia espacial, pois não se trata de localização das firmas, mas de determinar o impacto de uma situação geográfica sobre uma dinâmica macro-económica. Neste sentido, o estudo da dinâmica das PEI's visa compreender em que medida a sua tripla especificidade física (insularidade, exiguidade e isolamento) é explicativo de uma trajectória económica singular.

Assim à origem da problemática das PEI's situa-se, geralmente, na relação espaço/desenvolvimento. O determinismo geográfico está, para muitos autores, no centro das limitações das PEI's, fazendo, uma apologia da economia espacial, em detrimento da economia do desenvolvimento. Todavia, no quadro de um crescimento condicionado por factores limitativos, vai-se desenvolvendo uma eventual abordagem teórica que tem em comum a passagem obrigatória pelo mercado, quer pela natureza do produto exportado, quer pelo tipo de renda recebida.

Na reflexão recentemente engajada pela ciência económica em relação às pequenas economias insulares (PEI's), S.Tomé e Príncipe enquadra-se e muito bem.

Abordagem original à economia espacial, não só explica classicamente a escolha de localização das firmas, como determina o impacto duma situação geográfica sobre uma dinâmica macro-económica.

A tese de centralização (economia de escala e o custo de transporte) e da externalidade (economia de aglomeração) são o coração das teorias da localização de A. Lösch, J. von Thünen, A. Weber e W. Christaller; cujo os objectivos são de explicar a distribuição das unidades económicas num espaço geográfico dado. A escolha de localização micro-económica é então estabelecida em função do custo induzido. Por outro lado, a reflexão relacionada com a dinâmica económica das PEI's, faz compreender em que medida a sua tripla especificidade física (insularidade, exiguidade e isolamento) é explicado numa trajectória económica insular. Neste caso, os parâmetro físicos (superfície, peso demográfico e a distância) são os dados intangíveis, a procura de optimização económica passando teoricamente pela escolha dum modelo de desenvolvimento que será viável. Portanto, o problema das PEI's situa-se na relação espaço/desenvolvimento, relação a partir da qual se desenrolará a análise. Apesar do determinismo geográfico que é

o coração da expansão sobre o constrangimento das PEI's, não é em termos de economia espacial que vão ser abordados, estas economias insulares mas numa perspectiva de economia de desenvolvimento. Se excluirmos a via de autarquia, os constrangimentos físicos que são provenientes da insularidade e do afastamento e das economias de pequeno tamanho não poderá ser ultrapassadas senão através de um caminho de crescimento diverso, mas específico visto que largamente ditados pelas relações de ordem política ou comerciais. Trata-se de identidades económicas evidentes de motor externo, pois elas são animadas por meio de intercâmbios de mercadorias, e de serviços, largamente a substância da sua expansão sobre o excedente exterior, nacional ou não. Mas esta forte abertura de PEI's e as suas formas de crescimento são reduzíveis a uma integração ao mercado mundial? Se acreditamos nas aproximações dominantes desenvolvidas pelos economistas franceses sobre a questão dos PEI's e o mercado – com as suas redes, constitui uma análise necessária e suficiente para decapitar os seus modos de acumulação e por outro lado a natureza dos seus movimentos atípicos. Se pelo seu arranque analítico e os seus objectivos dão prioridade as perspectivas ou escalas diferentes virão a reivindicar a aplicação das leis do mercado através da lógica de desenvolvimento das PEI's, ou seja a incorporar as PEI's no intercâmbio comércio mundial – observado e analisado entre a economia mundial e as normas do mercado, que explicará, com efeito, a lógica das PEI's obedecendo, possivelmente, a factores económicos situados fora do mercado o que impede que seja exactamente o mercado o fundamento da sua teorização, sobretudo para aquelas cujas forças motrizes repousam nas transferências do exterior, condicionado, deste modo, o consumo, o investimento, a procura e a renda. Nesta perspectiva, S.Tomé e Príncipe, afigura-se como um caso paradigmático de uma “economia de transferência” através dos seus afroixamentos - as dificuldades ou fracasso estrutural que o país apresenta de igual modo como apresentam outros países com semelhanças geográficas. Os custos de transporte encarecem os produtos importados, não tem sido possível produzir a preços internacionalmente competitivos. Os custos de produção podem ir até 30% devido aos seguintes factores: a irregularidade e o custo dos transportes marítimos e aéreos; A falta de infra-estruturas portuárias (ausência de portos acostáveis em qualquer das ilhas; os custos de telecomunicações elevados (o custo de uma chamada telefónica internacional ronda os 6 USD por minuto), embora o País possua uma rede de telecomunicações das mais desenvolvidas do continente africano.

FIG. 2: Ilha de S.Tomé



Ilha do Príncipe



1.2 Aspectos Demográficos e os seus Constrangimentos no Meio Ambiente

A população actual é calculada em cerca de 135 000 habitantes em 1995, dos quais 51% são do sexo feminino. A densidade populacional para todo o país é de 135 habitantes por km², registando-se entretanto uma grande heterogeneidade e importantes variações de um Distrito para o outro.

A distribuição da população no território é de claramente assimétrica. Por exemplo, A cidade de S.Tomé , localizada no Distrito de Água Grande é responsável por mais de 30% da população, devido à sua reduzida extensão territorial, por um lado e à grande concentração da população por outro lado já se faz sentir a falta de espaços para construção de casas habitacionais, número de camas/ médicos nos hospitais ou nos outros centros de saúde de assistência, número de escolas para todos os estudantes, alimentos disponíveis nos mercados para toda a população, etc; entretanto o Distrito de Caué, que é de longe o mais extenso em território, face à grande escassez de população, apresenta uma densidade ligeiramente superior aos 20 habitantes por km²; os restantes distribuem-se entre um e outro, permitindo destacar o facto de que mesmo o Distrito de Mé-zochi, que é nesse sentido o relativamente mais próximo de Água Grande, fica ainda assim por uma densidade mais de dez vezes inferior à deste último. A capital e seus arredores constituem portanto a concentração humana de longe maior e mais importante do País, com todos os inconvenientes e riscos que esse fenómeno acarreta, principalmente devido ao facto de

uma parte, cada dia mais numerosa e em crescimento contínuo e desenquadrado, dessa população ser constituída por indivíduos deslocados e desenraizados, à procura de estruturas e condições de acolhimento, que infelizmente não existem e nem é provável que venham a existir mesmo a médio e longo prazo.

A migração interna rumo à Capital e seus arredores é de 4%. Tal fenómeno e toda a complexa situação por ele engendrada já começa a aconselhar a promoção de novos pólos de atracção noutros distritos, como forma de conter o fluxo em direcção ao de Água Grande e gradualmente incentivar e proporcionar um desenvolvimento mais equilibrado e equitativo das várias regiões do país. (Quadro N° 1).

Quadro nº1: DENSIDADE DEMOGRÁFICA

Ilhas e Distritos	Superfície (Km ²)	Densidade populacional Hab/km ² 1991	Densidade populacional Hab/Km ² 1997
Total geral	1 001,0	117,4	135
S.Tomé	859,0	130,4	174
Água Grande	16,5	2 565,5	3 001,0
Cantagalo	119,0	96,1	102,5
Caué	267,0	19,9	21,8
Lembá	229,5	39,3	42,9
Lobata	105,5	135,0	139,9
Mé-zochi	122,0	243,9	275,6
Príncipe	142,0	38,5	40,2

Fonte: Direcção da Estatística (1997)

Em termos de estrutura etária, a população santomense é essencialmente jovem. As crianças de 0 a 14 anos de idade representam cerca de 47% do total, enquanto que os indivíduos dos de sessenta e cinco e mais anos atingem apenas os 4,4%, situação que pressupõe à partida grande volume de investimentos em domínios como a saúde, a educação, a formação profissional e o emprego.

A taxa de crescimento demográfico estimado é de 2,5%. Comparando os resultados de 1981-1991 com os de 1991-1997, regista-se um crescimento da população na ordem dos 2%, ritmo que, a ser conservado, poderá naturalmente fazer com que a população se duplique num espaço de 35 anos em relação a esse último ano, ou seja, por volta de 2032. A presente projecção permite prefigurar, não só o provável crescimento demográfico para

as décadas mais próximas, mas também as possíveis alterações do tecido populacional, nomeadamente no que concerne a sua composição por sexo e por idades. Apenas a título de exemplo, prevê-se nesse sentido um envelhecimento relativo na base da pirâmide, enquanto que a franja dos idosos permaneceria mais ou menos com o seu peso actual. De salientar pois que o grande grupo dos adultos activos (15 a 64 anos) tenderia a afirmar-se com um predomínio da ordem dos 60%, do mesmo modo que o efectivo de mulheres em idade fértil cresceria para cerca de 25% em relação aos anos seguintes. É de realçar que em termos de crescimento da população, os três distritos mais populosos são também aqueles em que o crescimento relativo da população é maior, o que tende a agravar os desequilíbrios existentes. (Quadro N°2).

Quadro N° 2: % ANUAL DE CRECIMENTO DA POPULAÇÃO POR DISTRITOS

Distritos	1971-1981	1981-1991	1991-1997
Total Geral	2,50	1,98	1,99
Água Grande	2,66	2,70	3,10
Mé-zochi	2,15	2,16	2,12
Cantagalo	0,82	0,95	0,88
Caué	1,33	1,54	1,44
Lembá	1,35	1,33	1,29
Lobata	1,11	1,95	1,87
Pagué	0,54	0,47	0,45

Fonte: Direcção da Estatística (1997)

O problema da população e do seu rápido crescimento tem vindo a colocar cada vez maiores constrangimentos e inquietantes dúvidas à problemática geral do desenvolvimento em S.Tomé e Príncipe. Por exemplo, o desemprego afecta 30% da população economicamente activa em 1997, em relação aos jovens de 15 aos 25 anos é superior aos 30%. Segundo os resultados do inquérito levado á cabo em 1996 pela Revue des Depenses Publiques, por encomenda do Banco Mundial, o grupo mais significativo dentro da população ocupada era o das mulheres domésticas, com 27,5%, seguindo-se-lhe o sector público como o principal empregador, com 21,6%, depois os trabalhadores liberais ou por conta própria, com 16.9% e finalmente o sector primário (agricultura e pesca), com apenas 15%.

Fenómeno curioso e igualmente preocupante reside no facto de que o sector agrícola, que absorvia 1981 cerca de 52% da população activa empregada, passa a ocupar apenas 22% dessa mão de obra em 1991, ou seja, dez anos mais tarde. Trata-se de uma situação inquietante e até bastante invulgar para um país subdesenvolvido, como S.Tomé e Príncipe. E o pior é a sua tendência a acentuar-se ainda mais, se medidas correctas e atempadas não forem tomadas face ao elevado ritmo de crescimento populacional, num contexto em que o sector privado ainda não está suficientemente sólido e capaz de gerar novos postos de emprego e a capacidade do Estado torna-se cada vez mais limitada para responder à crescente disponibilidade de mão-de-obra.

Quadro nº3: Distribuição da população activa por sector de actividade

Sector	1991		1997	
	mulher	homem	mulher	homem
Agrícola	30,0	24,0	40,0	38,5
Público	23,9	25,1	24,7	28,7
Privado	44,8	49,5	48,9	55,5
% da população economicamente activa	52,6	31	55,9	37,2

Fonte: Direcção da Estatística, (1995)

Outros indicadores demográficos e sociais são condizentes com as condições típicas de países menos desenvolvidos em relação às condições de saúde e condições sanitárias. Um dos indicadores mais utilizados para medir o bem-estar social é a esperança de vida à nascença, que no caso de S.Tomé e Príncipe é elevada, estando ao nível dos países classificados de "Desenvolvimento Médio". (Quadro nº4)

Quadro n.º4: OUTROS INDICADORES DEMOGRÁFICOS E SOCIAIS

0/00

Designação	1991	1997
Taxa de natalidade por 1.000 vivos	34,88	30,96
Taxa de Mortalidade geral	8,25	7,81
Taxa de Mortalidade Infantil	60,8	63,5
Taxa de Mortalidade Materna por 100.000 nascidos	79	209
Mortalidade bruta	21	151
Mortalidade líquida	21	151
Mortalidade Infantil	25	154
Mortalidade de 0-5 anos	44	70
Taxa de crescimento	2,7	2,5

Fonte: UNICEF (1997)

Em relação a taxa de alfabetização, o País também tem um comportamento muito favorável, encontrando-se acima da média do seu grupo de referência, isto é, acima da média para países classificados com "Desenvolvimento Humano-Baixo pelas Nações Unidas. A população da Região Autónoma do Príncipe, está em desvantagem em relação a população de S.Tomé, isto porque todo o aparato administrativo encontra-se na ilha de S.Tomé e é de realçar que as infra-estruturas sociais no seu conjunto foram de algum modo mais bem instaladas na ilha de S.Tomé, deixadas no antigo regime colonial. Este padrão foi-se repetindo mesmo ainda depois da independência.

O paludismo constitui actualmente o mais grave e prioritário problema de saúde pública e representa, como tal, o mais poderoso agente ao serviço da morbi-mortalidade em S.Tomé e Príncipe. Basta assinalar que o seu grau de prevalência ronda já os 87% e, assim, tem sido o responsável por cerca de metade dos óbitos de crianças nos últimos anos, com tendência cada vez mais nítida para o aumento, se medidas adequadas não forem urgentemente adoptadas.

2. As teorias economicistas do desenvolvimento ao conceito de desenvolvimento humano

Não há coisa mais difícil na vida do que descobrir aquilo que é óbvio. Os mais prestigiosos científicos da história da humanidade não fizeram outra coisa, senão descobrir o que é óbvio: a lei da gravidade foi elaborada por Newton após ter observado que a maçã cai da árvore sempre em direcção à terra. Einstein desenvolveu a famosa teoria da relatividade após ter notado que o tempo e o espaço são relativos.

No mesmo sentido, após várias décadas de teorias sob o desenvolvimento, redescobriu-se que o ser humano é ao mesmo tempo o "meio" e o "fim" do desenvolvimento e dizemos bem "redescobriu-se", porque o conceito do desenvolvimento humano não é algo novo. Já Aristóteles (322 – 384 A. c.) defendia que a riqueza não é o bem último que o ser humano deseja, mas apenas um meio para permitir uma vida digna.

No âmbito das Ciências Económicas, não existe nada que seja completamente novo. Nada é "permanente". As ideias nascem, desenvolvem-se e morrem para voltar a surgir umas décadas mais tarde isso é o que tem acontecido com o conceito de desenvolvimento humano. Os fundadores do pensamento económico moderno (Adam Smith, David Ricardo, Robert Malthus, Karl Marx e John Stuart Mill - 1986) nunca se esqueceram que o objectivo real do desenvolvimento é o *bem estar da população*. A criação da riqueza era apenas um meio para atingir esse objectivo.

Após a segunda guerra mundial, os economistas obcecados com o crescimento económico limitaram-se a elaborar modelos económicos para incrementar a produção nacional. Só era importante aquilo que podia ser medido monetariamente pois automaticamente era reflectido no aumento do valor do PIB nacional. Porém muito pouco foi escrito sobre como melhorar as condições de vida das populações. A ciência económica preocupou-se apenas com o "Meio" para o desenvolvimento humano (o crescimento económico), e não com o fim (o bem - estar do próprio ser humano). Os seres humanos, os verdadeiros produtores do desenvolvimento, foram simplesmente ignorados.

No fim da década de 80 (a "década perdida") começou-se a questionar o modelo clássico de crescimento económico. Evidenciou-se que o crescimento económico não se traduzia automaticamente em melhores condições de vida da população. Em muitos países, apesar dos incrementos na produção e conseqüentemente no PIB nacional, as condições de vida na população deterioraram-se. As sociedades dos países com maior crescimento económico, começaram a sofrer as conseqüências sociais do aumento do crime, da poluição e expansão de enfermidades como a SIDA e aumento da pobreza

urbana. Em outros casos, países com cifras do PIB per capita bastante modestas atingiram níveis satisfatórios de bem-estar social. Ao mesmo tempo, na maioria dos países em via do desenvolvimento, os custos humanos dos programas de ajustamento estrutural e o surgimento dos regimes democráticos após a queda do comunismo, aumentaram as aspirações no sentido da busca de modelos alternativos de desenvolvimento em benefício da própria população.

Certos estudos realizados pelo banco mundial revelaram que o crescimento económico é apenas explicado em 36% pelos investimentos realizados em capital físico (16% em infraestruturas e maquinarias, e 20% em recursos naturais). O que significa que os 64% do crescimento económico são resultado dos investimentos realizados em capital social (educação e saúde, governabilidade, participação, segurança humana, sustentabilidade) (Relatório do Desenvolvimento Humano S.Tomé e Príncipe 1988).

Os economistas começaram a reflectir sobre novas questões relativas ao carácter, distribuição e qualidade do crescimento económico. A pergunta já não era: Quanto está a produzir a Nação? Mas: Como esta a viver a população?.

Este contexto favorável à exploração do próprio conceito do desenvolvimento surgiu com o Primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado em 1990 pelo Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O objectivo do relatório foi aprofundar a definição e a medida do desenvolvimento humano. O relatório analisam a ligação entre o crescimento económico e o desenvolvimento e mostrou que o crescimento económico é necessário mais não suficiente para conseguir o aumento sustentado no bem-estar da população. Altas taxas de Crescimento económico não se traduzem em maiores níveis de desenvolvimento humano, tudo depende da distribuição e utilização do rendimento económico: Países pobres têm progredido mais do que outros que dispõem do PIB mais alto pela simples razão de investirem em educação e saúde em vez de armamentos e projectos de prestígios.

A novidade da abordagem mencionada neste ponto 2 consiste em apresentar o indicador do desenvolvimento humano de S.Tomé e Príncipe.

No século 20, desenvolveu-se importantes debates à nível nacional e internacional sobre o conceito de desenvolvimento humano e sobre as suas implicações nas políticas internacionais. Esteve no centro da atenção de importantes inventos internacionais tais como: a conferencia Mundial sobre Ambiente e o Desenvolvimento (Rio, 1992), a conferencia mundial sobre os Direitos Humanos (Viena, 1993), a conferencia Mundial sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994), a conferencia mundial para o desenvolvimento social (Copenhaga, 1995) ,a conferencia mundial sobre as Mulheres (Beijing, 1995), e a conferencia mundial sobre o Habitat (Istanbul, 1996).

Assim, as políticas de investimento que estimulam actividades geradoras de externalidade (melhorias na educação) ou introduzem retornos crescentes (melhorias na infra-estrutura

física) podem ser propícias ao crescimento.

Em relação à taxa de alfabetização, o país também tem um comportamento muito favorável, encontrando-se bastante acima da média do seu grupo de referência, isto é, acima da média para países classificados com “Desenvolvimento Humano Baixo” pelas Nações Unidas. A taxa de alfabetização – sabe ler e escrever é de 75%, sendo para o sexo masculino 83% e para o sexo feminino 68%.

2.1 Grupos sócio-económicos mais vulneráveis à pobreza

Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, mais do que a simples privação ou limitação de rendimentos, a pobreza representa a negação efectiva de oportunidades e opções das mais elementares, capazes de assegurarem ao indivíduo as bases para uma vida condigna. Esta perspectiva de abordagem remete claramente para o conceito da capacidade, o qual ultrapassa a mera noção do estado de empobrecimento, para relacionar-se mais com a ausência de oportunidades reais, devido tanto o constrangimento de ordem social e geral, como as restrições de índole pessoal, no sentido de uma humanamente valorizada e segura.

Em S.Tomé e Príncipe, o tratamento de variáveis como pobreza e vulnerabilidade é relativamente recente, tornando-se por isso bastante escasso os dados e informações acerca da situação dos vários grupos sócio-económico, face ao declínio da economia e ao impacto das políticas levadas a cabo pelos diversos governos. Foi somente a partir de 1991 que se iniciaram alguns trabalhos de identificação e avaliação de indicadores relativos à pobreza, tais como os relatórios sobre o Limiar da Pobreza em S.Tomé e Príncipe e Pobreza e Ajustamento em S.Tomé e Príncipe.

Os referidos Relatórios puderam pôr em evidência os efeitos das estratégias desenvolvidas por cada um, individualmente ou em comunidade, face às importantes mudanças económicas, que se vêm operando nos últimos tempos. Por exemplo, ao reduzirem-se consideravelmente os níveis de rendimento monetário real, o rendimento não monetário começou a ter cada vez maior importância, para fazer face às despesas do dia-a-dia. Assim, à medida que o rendimento não monetário tende a crescer, o rendimento em geral vê-se menos afectado, tanto pela inflação, como pela queda constante dos salários, particularmente para os indivíduos ou agregados familiares com melhores oportunidades, em termos de fontes alternativas de rendimento monetário e não monetário.

Segundo esses relatórios, em 1994 mais de 45% da população podia-se considerar em situação de pobreza, pelo menos em termos monetários. Pelo quadro seguinte se pode claramente comprovar o aumento simultâneo do número de pobres, assim como da intensidade da pobreza no país, ao longo do período 1987/1994. Quadro nº

Quadro Nº 5: Percentagem da população em situação de pobreza

Situação da população	1987	1990	1992	1994
% em estado de extrema pobreza	23	33	39	35
% no limiar da pobreza	13	8	9	11
% total de pobres	36	41	48	46

Fonte: O limiar da pobreza em STP, PNUD, 1995.

Factores de vária ordem explicam essa evolução, sobretudo entre as populações do meio rural, sendo de se destacar as seguintes:

1.A queda do PIB real per capita. Com efeito, constata-se uma queda de mais de 9% ao nível deste importante indicador, durante o período entre 1987 e 1990, ou seja, de cerca de 2,3% ao ano de termos reais e com base no índice de preços ao consumidor. A evolução média da economia nacional foi ficando sempre aquém das necessidades sociais, facto que contribui necessariamente para o agravamento da pobreza, mesmo material, da população, situação que chegou a assumir as proporções ainda mais gritantes nas Empresas Estatais Agro-pecuárias, devido ao atraso sistemático do pagamentos de salários.

2.A taxa crescente da inflação, que fez aumentar a vulnerabilidade das camadas mais desfavorecidas da população particularmente nas áreas urbanas e peri-urbanas da Capital.

3.A evolução do cabaz mínimo de família, cujo valor em relação ao PIB per capita aumentou entre 1987 e 1990, na razão de 65% para 74%, agravando assim a situação geral do país, ao ter feito aumentar para seis mil o número de famílias em estado real de pobreza material.

4.O aumento do desemprego e a baixa real dos salários. A taxa de desemprego, que era de 4,6% em 1981, passou para 21,5% em 1987 e para 27% em 1991, com maior incidência sobre os jovens de menos de 24 anos (72% do total em 1987 e 62% em 1992). Entretanto, o salário real tinha já naquela altura começando a ressentir-se do rigor das primeiras medidas de ajustamento, numa tendência que se tem vindo a acentuar de forma cada vez mais assustadora nos últimos anos, fundamentalmente devido à depreciação constante e sempre crescente da Dobra.

Para além da acção desses indicadores, é de se salientar ainda a importância que assume a redução crescente do nível dos indicadores sociais, nesse quadro geral de degradação constante das condições de vida da população, que traduz cada dia melhor incremento real da pobreza humana de S.Tomé e príncipe. Como teremos ocasião de apreciar mais adiante, aspectos relativos à saúde, à alimentação, à habitação, ao acesso à água potável e ao saneamento básico constituem também elementos básicos para o efectivo bem estar do cidadão, numa perspectiva de desenvolvimento humano integral e

sustentável, para quem o interessante é a pobreza vista na sua dimensão humana e não apenas nos seus contornos meramente materiais ou simplesmente monetários.

Alguns estudos já realizados procuram estabelecer uma certa classificação por categorias de situação que, sem pretender escamotear a complexidade do fenómeno, permite distinguir de uma forma mais simples a variedade de grupos face ao problema da pobreza. Nesse caso, os grupos partilham assim, ora características económicas comuns, ora semelhanças sociais entre si. Cabe então salientar que nem por isso as pessoas integradas nesta ou aquela categoria ou grupo são igualmente pobres ou vivem mesmo todas na pobreza. Relativamente cada um pode-se encontrar tantas semelhanças, como diferenças; pode-se ver pessoas com um nível de vida relativamente mais elevado que a maioria, do mesmo modo que outras que são efectivamente pobres, porque lhes falta a capacidade para desenvolver os mesmos mecanismos de defesa que, por exemplo, têm aquelas.

Assim, foi possível distinguir os seguintes grupos:

1. Assalariados agrícolas. Segundos o recenseamento de 1991, 21% da população total vivia nas empresas agro-pecuárias e englobava esses assalariados e as respectivas famílias. As condições de vida nesses locais eram e continuam a ser extremamente precárias, não dispondo as casas de números suficientes de divisões nem de instalações sanitárias, havendo normalmente falta de água potável e saneamento básico bastante deficitário; em muitos casos e devidos as dificuldades de acesso, escasseiam até aos artigos de primeira necessidade, como o pão, o peixe fresco e produtos de importação. Deste grupo, os mais vulneráveis são os residentes nas empresas intervencionadas, em que não se procedeu à distribuição de terras e não lhes é portanto dada a oportunidade de cultivar pequenas parcelas, como fonte alternativa de possível rendimento.

2. Funcionários públicos dos escalões mais baixos. Em 1994, o número de funcionários era de 3736 e na altura do salário médio rondava as Db 10 600, 00 / mês, portanto muito aquém do mínimo para cobrir as necessidades básicas, para quem não pudesse contar com qualquer outro rendimento suplementar ou alternativo. Os inscritos nos escalões mais baixos são particularmente vulneráveis à pobreza e o seu número atingia os 2 172, na sua maioria chefes de família, que em muitos casos tende a ser relativamente numerosa. Neste grupo poder-se-ão ainda incluir os 676 funcionários licenciados e os 1490 trabalhadores despedidos das Empresas não agrícolas, privatizadas ou liquidadas no quadro das medidas de ajustamento estrutural.

3. Pescadores e palaiês. Tradicionalmente ligados uns à pesca e as outras à venda de pescado, ambos tendem a usufruir de níveis relativamente altos de rendimento, assim como de meios para assegurarem a alimentação mais ou menos equilibrada. No entanto, essa sua actividade torna-os muito dependentes, sobretudo os pescadores, tanto das variações cíclicas ou sazonais, como da importação de motores, acessórios, artefactos de

pesca e combustíveis; por este último facto, eles ficam expostos as contingências da importação e principalmente do constante aumento da taxa de câmbio, em prejuízo do seu único meio de pagamento, a Dobra. Tudo isso aumenta a vulnerabilidade do grupo, na medida em que tende normalmente a contribuir para a degradação das suas condições de vida, ameaçadas ainda por certos hábitos nutricionais e outros que, não poucas vezes, põem em risco a própria saúde individual e o bem estar social.

4. Agregados familiares chefiados por mulheres. Em 1991 existiam 7 451 lares chefiados por mulheres, ou seja, cerca de 35% do total de agregados recenseados. Nesses agregados viviam cerca de 13200 pessoas, cujas chefes revelaram não ter qualquer fonte regular de rendimento, o que corresponde a cerca de 85% do total de agregados sem rendimentos próprios. Destacam-se particularmente no seio de tais agregados a propensão para a prevalência de problemas de saúde, devido à falta de instalações sanitárias e a deficiência alimentares.

5. Pessoas de mais de 60 anos vivendo sozinhas. De acordo com o recenseamento de 1991, mais de 2000 pessoas idosas viviam sozinhas. Curiosamente, cerca de metade da população nessa faixa etária (de idade superior aos 60 anos) ainda trabalha. Este seguimento da população é particularmente vulnerável à pobreza, dado que os subsídios e pensões são extremamente reduzidos e essas pessoas nem sempre podem contar com o auxílio de familiares.

Nesse âmbito, da problemática da pobreza, lamentavelmente não se dispõe de informações mais actuais, mas é de se admitir uma relativa agudização da situação, atendendo ao clima cada vez mais generalizado e profundo de carestia, como fruto de baixa real dos salários e outros rendimentos, face à constante depreciação da moeda nacional e ao conseqüente aumento da inflação.

OS DIREITOS DO CIDADÃO SANTOMENSE

O cidadão em S. Tomé e Príncipe tem assegurado, pelo menos em termos constitucionais toda a gama de direitos e liberdades fundamentais, que normalmente se vêem consagrados em Constituições de Estado de Direitos Democráticos. Depois de proclamar ... a sua adesão à Declaração Universal dos Direitos do Homem e aos seus princípios ..., a Constituição da RDSTP consagra toda a sua Parte II àquilo que entende por Direitos Fundamentais e Ordem Social. E assegura mais no seu artigo 18º, que o exercício dos direitos fundamentais só por ser restringido nos casos previstos na Constituição e suspenso na vigência de estado de sítio ou de estado de emergência declarados nos termos da Constituição e da lei. Conseqüentemente nenhuma restrição ou suspensão de direitos pode ser estabelecida para além do estritamente necessário.

Acontece entretanto na prática que os mecanismos hoje disponíveis ou disponibilizados até ao momento não conseguem garantir ao cidadão o cabal e correcto

exercício dos seus direitos e liberdades, tal como preconizado no texto constitucional.

Uma recente comunicação às II Jornadas Parlamentais de Fevereiro de 1999, informa:

- que as garantias de defesa do arguido no processo penal não são totalmente cumpridas pelas instituições que devem articular mecanismos afins;

- que a prisão preventiva que é de natureza excepcional é encarada sem grandes responsabilidades pelos órgãos do Estado. À falta de assistência ou patrocínio judicial aos arguidos em processo penal, a detenções feitas e resolvidas em instituições da Polícia, muitas vezes em circunstâncias de abuso de autoridade, assim como... notórias pronúncias e julgamentos feitos pelos juizes sem que pese a responsabilidade, ao ponto de concluir que... vive-se quase em absoluto numa ausência de controlo dos actos dos juizes. Para além de frisar a falta de formação permanente aos agentes da polícia e a falta de isenção ao nível dos órgão da comunicação social:

- que os salários praticados pelo estado aos seus agentes não são compatíveis com o custo mínimo de vida. É um salário convidativo à corrupção, pelo menos, potencialmente, pondo em causa a garantia da realização dos actos da administração pública em geral e dos tribunais em particular. Um dos requisitos em que se pugna para que haja um Estado de Direito Democrático é a demonstração da preocupação por parte do Estado da realização dos direitos sociais e económicos, que são segundo os seus autores, o direito à alimentação básica, roupa e abrigo e o direito a um salário decente se se é empregado... Constata-se uma situação de pobreza e a demonstração de que o esforço por parte do Estado para, a colmatar é praticamente nula. Desta forma está a proliferar-se os casos dos chamados meninos da rua.

A Mulher santomense

Uma das principais e mais prioritárias situações, a ter em conta à hora de articular a questão demográfica com o desenvolvimento, tende a ser cada dia mais a referente ao género. Com efeito, embora as mulheres representam 51% da população do País, são ainda bastante notórias as desigualdades entre a mulher e o homem nos vários domínios da actividade nacional. Repare-se por exemplo, na proporção e peso relativo das domésticas no âmbito geral da população ocupada, como atrás foi referenciado. Mantendo determinados estereótipos sociais e comportamentais, a sociedade santomense preserva mecanismos de discriminação de facto da mulher, que se vê assim constringida e limitada a sua participação efectiva na vida do País, sobretudo no respeitante à tomada das principais decisões. Basta referir que a sua representação é meramente simbólica nos órgãos de direcção política e administrativo do País, situação que se preserva no seio da própria instituição familiar, acaba por se estender à escola e centros de formação, ao mundo de emprego e, portanto, à sociedade em geral, com base em preconceitos, tabus e

juízos de valor comumente aceites e sobretudo, o que é ainda mais grave, levados à prática por quase todos, mesmo que de forma involuntária ou menos consciente.

Para além disso ou, se calhar, exactamente na sequência desses muitos aspectos em que a mulher é ainda claramente discriminada, com base em estereótipos comportamentais que provêm do seio da sua própria família, o nível de participação da mulher continua a ser bastante insignificante no domínio da vida política e administrativa do País. Completamente ausente na composição do actual elenco governamental (nos anteriores a sua presença muito raras vezes foi para além de um único membro), na Assembleia Nacional representam apenas 7% dos deputados, no Supremo Tribunal de Justiça há uma Juíza Conselheira e, ao nível dos órgãos autárquicos, existe uma Presidente da Câmara.

Felizmente, a situação tornar-se relativamente melhor ao nível da Administração do Estado, onde o número de mulheres exercendo cargos de direcção já começa a ser gradualmente mais significativo, o que entretanto já não é igualmente válido para o domínio da gestão económica, quer pública, quer privada; aqui, a actividade da mulher continua a ser normalmente de carácter subalterno, salvo no sector informal, onde o seu domínio parece ser quase incontestável. Claro que tudo isso a coloca nitidamente em situação de muito maior insegurança relativamente ao homem, não obstante a igualdade legalmente reconhecida e consagrada mesmo ao nível da Lei Fundamental.

A mulher é igual ao Homem em direitos e deveres, sendo-lhe assegurada plena participação na vida política, económica, social e cultural, de acordo com o N.º 2 do artigo 14.º da própria Constituição.

MOTOR DO CRESCIMENTO

Com o que foi dito, deduz-se que o investimento no capital físico não pode ser o motor do crescimento. Qual deve sê-lo?

Na origem das teorias e discussões sobre o desenvolvimento considerava-se o crescimento como um meio e não como um fim. A maior disponibilidade de bens e serviços era, efectivamente, um meio para aumentar as possibilidades do bem estar da população. Mas, como ocorre com frequência, fica-se obcecado com o binómio meio/ crescimento e se esquece a outra parte, o fim/ bem estar. Por isso, não deve causar qualquer surpresa, o caso de países que conseguem um bom nível de crescimento, sem reduzir o pobreza. Por outras palavras sem aumentar o bem estar comum.

O crescimento económico não resolve automaticamente os problemas da pobreza: Em contrapartida, a superação da pobreza dará lugar ao crescimento, o que implica redefinir a orientação da política económica, evitando confundir meios, fim e resultados. O principal objectivo da política económica do desenvolvimento, recorda-se uma vez mais, é o bem estar das populações, dos homens e das mulheres de todas as idades e culturas

que fazem parte da sociedade. Os meios são vários. Lutar contra a pobreza pode ser uma estratégia para articulá-los e dar-lhes sentido e pode ser, além disso, muito eficiente, na medida em que os avanços obtidos repercutem automática e necessariamente na melhoria do bem estar. Assim, o crescimento será um resultado, um indicador, uma consequência.

Nesta perspectiva, o que significa lutar com a pobreza? Em primeiro lugar, significa aumentar a nossa capacidade, vontade e o nosso compromisso individual e colectivo de investir nas três formas de capital: físico, humano e social. O Estado tem um papel fundamental. Pois, pode contribuir a criar e a manter as condições para que tal ocorra, transmitindo confiança a todas as pessoas de que o seu esforço não será aproveitado apenas por uma minoria. O desafio é, fundamentalmente, de carácter político e cultural. Implica alterar os sistemas de exclusão, marginalização e de dominação que afogam as iniciativas das pessoas e condenam-na a uma atitude fatalista de aceitação da pobreza.

A ausência de bens e serviços, a insatisfação das necessidades, a escassez crónica são manifestações da pobreza, sintomas que a revelam. Não a sua causa. A pobreza nasce de falta de poder. Quer dizer, da capacidade e vontade para actuar sobre si mesmo, sobre o meio e sobre o destino. Portanto, a verdadeira luta contra a pobreza consiste em estimular e facilitar a formação e a disseminação do poder político, cultural e económico entre todos. Romper sistematicamente as barreiras de privilégio e apoiar as iniciativas das pessoas. Em síntese superar a pobreza exige que se melhore o acesso dos cidadãos aos meios de trabalho (crédito, ferramentas, mercado); ao conhecimento (educação e tecnologia) e aos meios de decisão (cidadania e democratização).

Ninguém pode "tirar" os pobres da pobreza. Eles sairão quando o entenderem e não se lhes impeça. (Roberto Laserna – Relatório do Desenvolvimento Humano S.Tomé e Príncipe 1988).

A POBREZA DO CRESCIMENTO

Durante anos, os economistas basearam-se na convicção de que era possível acabar gradualmente com a pobreza, a medida que se aumentasse a produção nacional. Por isso, todos os esforços foram orientados nesse sentido: crescer. Insistiam em que a única maneira era aumentar os investimentos. Significaria que o Estado devia concentrar-se em estimular a poupança interna, atrair capital estrangeiro e criar um clima de estabilidade política, social e económica e de alto rendimento para o capital.

Porém, os resultados dessa política não foram satisfatórios. O aumento dos investimentos nem sempre teve o impacto esperado no crescimento. E quando isso aconteceu não reduziu a pobreza como se previa.

Hoje já se sabe que não é suficiente aumentar os investimentos em capital físico. Quer dizer, nas maquinarias, equipamentos e infra-estrutura. Um estudo feito pelos técnicos do Banco Mundial concluiu que apenas 36% do crescimento económico se explica pelos

investimentos no capital físico. Isto demonstrou a importância de outras formas de "capital". A teoria do desenvolvimento humano, chama a atenção precisamente, sobre essas outras formas que chama de "capital humano" e "capital social".

O capital humano se refere as capacidades dos trabalhadores e empresários para aproveitar as potencialidades que preferem os recursos naturais, a tecnologia, as máquinas e ferramentas, assim como a infra-estrutura. As referidas capacidades assentam-se na educação, que permite dispor de conhecimentos e na saúde, que torna possível o bom desempenho físico e mental das pessoas.

O capital social, um conceito mais amplo, refere-se às condições culturais e sociais do meio que podem desembocar em ambientes mais ou menos favoráveis a realização de objectivos comuns. A transparência e a solidez institucional, o cumprimento das normas, o respeito pelos valores, a segurança humana, são alguns componentes do que se chama capital social.

Tal como o capital físico, todas as formas de capital podem também ser criadas pela actividade humana e acumuladas no tempo. Mas têm uma enorme vantagem sobre o capital físico: não se desgastam com o uso. Pelo contrário, o uso as valoriza, a experiência acumula. Embora o capital em todas as suas formas possa concentrar nas mãos de alguns, dando lugar ao processos de dominação e de exploração, a rentabilidade de investimentos no capital humano e no capital social é tanto maior quanto mais ampla for a sua distribuição. Por exemplo, o monopólio do conhecimento é inútil (que faz um escritor sem leitores?), como é a concentração de direitos em grupos reduzidos (que serve tê-los se se necessita de exércitos privados para exercê-los?).

Por outro lado, a concentração de recursos económicos não conduziu a ciclos de elevada poupança destinada a investimentos, senão ao aumento de consumo de produtos luxuosos que muitas vezes dinamizam os mercados do exterior (e no caso particular dos Países de América Latina, férias em Miami, especulação nas bolsas de Nova Iorque, aquisição de bens em países "mais seguros").

A teoria do "trickle down" não funciona. Quando o crescimento se apoia apenas em investimentos que amplificam o capital físico, concentra os seus benefícios naqueles que o controlam, aumentando o fosso social e a pobreza de grande sectores da população.

O desenvolvimento económico é definido neste trabalho como um aumento sustentável dos padrões de vida, compreendendo consumo material, educação, saúde e protecção ambiental. Em sentido mais amplo, o desenvolvimento inclui também outros atributos importantes e correlatos, especialmente maior igualdade de oportunidades, liberdade política e liberdades individuais. O objectivo geral do desenvolvimento é, portanto, aumentar os direitos económicos, políticos e individuais de todas as pessoas de ambos os sexos e de quaisquer grupos étnicos, religiões, raças, regiões e países. Este objectivo não mudou substancialmente desde o início da década de 50, quando a maior

parte do mundo em desenvolvimento emergiu do colonialismo.

O pensamento desenvolvimentista passou por profundas mudanças nos últimos 40 anos. Essas mudanças não foram, de modo algum, totais, nem existe acordo universal quanto ao que é necessário para que um país se desenvolva. Contudo, a antiga fé no governo como capaz de dirigir o desenvolvimento cedeu lugar a uma maior confiança nos mercados. Estratégias voltadas para o âmbito interno estão sendo cada vez mais substituídas por estratégias voltadas para o exterior. A tributação discriminatória da agricultura com a finalidade de financiar a indústria deixou de ser a norma.

Nos últimos anos, muitos países têm implementado reformas voltadas para o mercado. Juntamente com essas mudanças, veio o crescente reconhecimento de que o desenvolvimento é um processo multidimensional, no qual as reformas de preços, os investimentos e o aprimoramento das instituições são complementares. O êxito depende da correcção de muitos factores.

Vários países atingiram rápido desenvolvimento no após-guerra. Em sua maioria, esses países têm duas características em comum: investiram na educação de homens e mulheres e no capital físico; e atingiram alta produtividade através desses investimentos, atribuindo papel de destaque aos mercados, à concorrência e ao comércio exterior. Desse modo, as suas economias deram alento a novas ideias, ao progresso tecnológico e às pressões no sentido da eficiência.

O grau e a eficiência do envolvimento do Estado na economia têm sido vitais. Uma das lições aprendidas é que é melhor que o Estado se concentre naquelas áreas em que complementa a respalda o sector privado (oferecendo por exemplo, informações, infraestrutura, saúde, pesquisa e educação) do que em áreas nas quais substitui o sector privado (por exemplo, produzindo cimento e aço ou administrando linhas aéreas e hotéis). Uma segunda lição é que a qualidade do governo é tão importante quanto a quantidade. Muitos factores económicos, sócio-políticos e históricos têm o seu papel no governo. A história demonstra que as liberdades individuais e políticas – objectivos por si mesmos – não precisam obstar o desenvolvimento económico; antes revelam-se úteis à consecução de vários objectivos do desenvolvimento.

2.2 O Desenvolvimento humano sustentável: um processo integrado

O desenvolvimento humano sustentável é definido como um processo de ampliação das oportunidades de escolha de pessoas. Diariamente elas fazem as suas escolhas, algumas básicas para a vida humana e outras importantes para o desenvolvimento das suas capacidades: ter uma longa vida digna, e saudável, ter acesso ao conhecimento, participar na vida social, política e cultural da comunidade, desfrutar de uma segurança humana.

O objectivo básico do desenvolvimento humano sustentável é, portanto, expandir as

oportunidades da população para realizar as suas capacidades, individuais, colectivas; e ter uma vida longa, saudável e criativa, sem comprometer as oportunidades das futuras gerações.

Desenvolvimento humano, que coloca o ser humano no centro do desenvolvimento:

Desenvolvimento do ser humano: porque é preciso aumentar as capacidades humanas através da melhoria das condições de educação, de saúde, e as oportunidades de participar activamente na economia e política (emprego, participação política);

Desenvolvimento para o ser humano: porque o fim do desenvolvimento é um bem-estar da população. Não se limita apenas a gerar crescimento económico, mas também a distribuir os seus benefícios equitativamente para aumentar a qualidade de vida de toda a população, especialmente dos mais pobres;

Desenvolvimento pelo ser humano: porque só a população; quer ao nível individual quer colectivo, é capaz de produzir o seu próprio desenvolvimento. Neste sentido, o crescimento económico, a educação, a saúde, a segurança humana e a boa governação, são meios que permitem ao ser humano participar activamente no seu próprio desenvolvimento.

Desenvolvimento sustentável, que é capaz de se sustentar a si mesmo, ampliando as oportunidades da geração presente, sem comprometer as das futuras («equidade intergeracional»). Esta questão da sustentabilidade não se refere apenas à protecção do meio ambiente, mas também ao fortalecimento das instituições governamentais e da sociedade civil, de forma a que todo o processo de desenvolvimento se torne sustentável.

O conceito de desenvolvimento humano sustentável baseia-se portanto, em três pilares fundamentais:

- Segurança humana (em todas as suas dimensões: económicas, alimentar, sanitária, ambiental, pessoal, comunitária e política);
- Equidade (social, geográfica, étnica, de género, e inter-geracional);
- Participação (comunitária e individual)

2.3 Medição do desenvolvimento humano em S.Tomé e Príncipe

A análise das condições do desenvolvimento humano sustentável e a preparação das políticas correspondentes aos seus fins necessitam de métodos inter e transdisciplinares, visto que esta nova perspectiva do desenvolvimento é mais abrangente. Os métodos devem evidenciar as interrelações entre os processos económicos, sociais, políticos e culturais, a fim de se compreender adequadamente a forma como uns e outros se condicionam mutuamente.

Esta nova maneira de compreender o desenvolvimento implica também novas formas de medi-lo e avalia-lo; sobretudo, se tomarmos em conta, a necessidade de comunicação existente entre os dirigentes políticos e a sociedade civil em geral. A construção de

indicadores constitui, por isso, um aspecto importante para estimular a discussão sobre o desenvolvimento e divulgar a perspectiva «humana e sustentável» do mesmo.

O desenvolvimento humano tem componentes próprias que são essenciais para a sua medição: crescimento económico, educação saúde, governabilidade, segurança humana, sustentabilidade. A seguir, pode-se apreciar a forma como elas se encontram interligadas.

Existe uma complementaridade e mutua dependência entre essas componentes ao ponto de que o investimento ou a falta deles repercute-se natural e inevitavelmente nas demais, quer isoladamente, quer em conjunto. Por exemplo, analisemos a relação entre o crescimento económico e as outras componentes no caso particular de São Tomé e Príncipe:

Equidade e crescimento económico

Para aumentar ao máximo as oportunidades de atingir um maior grau de bem – estar que o crescimento oferece, é necessário que este seja adequadamente gerido. Uma distribuição não equitativa do mesmo acaba sempre por gerar turbulência sociais e políticas, susceptíveis até de o comprometer. Em São Tomé e Príncipe começam a vislumbrar-se já alguns sinais indicadores de desequilíbrios significativos, no quadro de uma economia mal estruturada, mal gerida pelas personagens políticas mal enquadradas e muitos sem capacidade de levar a cabo um projecto do ministério em que se encontram inseridos, devido o baixo salário e falta de incentivos, existe pouca produtividade e sem capacidade efectiva de redistribuição.

Capital humano e crescimento económico

Os investimentos na educação, na saúde e nas habilidades humanas, permitem à população participar no processo de criação de riqueza, melhorando a produtividade e a competitividade. Ao mesmo tempo, permite-lhes partilhar os benefícios do crescimento através do emprego remunerado. No país, tem-se vindo a dar clara ênfase ao investimento no capital humano. Entretanto, constata-se que, devido aos constrangimentos no plano económico e financeiro, mesmo esses investimentos tendem a ver-se comprometidos, face à incapacidade da economia em gerar novos postos de emprego e também do Estado em manter a rede de serviços mínimos, tanto na educação, como na saúde.

Capital social e crescimento económico

Investimentos em capital social repercutem positivamente no crescimento económico. Um clima de boa governabilidade (cumprimento das normas, o bom funcionamento das instituições, existência duma sociedade civil organizada), permite resolver conflitos sem ter

que recorrer à mudanças dramáticas na estrutura do poder e nas políticas económicas. Uma sociedade « bem equipada » em termos de capital social, consegue reduzir os custos de transações económicas porque a comunicação flui com mais facilidade, acelerando assim a disseminação de ideias e técnicas inovadoras: Acontece que em São Tomé e Príncipe a fragilidade relativa das instituições e a pouca consistência do regime democrático ainda compromete, tanto o crescimento económico, como de forma geral, o desenvolvimento humano.

Sustentabilidade e crescimento económico

Sustentabilidade significa que o crescimento económico presente não deve comprometer o futuro das novas gerações. Uma economia baseada na exploração do capital natural pode alcançar um rápido crescimento a curto prazo, mas pode pôr em risco o desenvolvimento a longo prazo porque os recursos naturais são limitados. Em S.Tomé e Príncipe, a erosão costeira e o abate indiscriminado de árvores, para atender às necessidades actuais de construção, constituem por exemplo uma importante ameaça ao futuro. Por outro lado, no caso de uma economia tão dependente do exterior, como é o caso da santomense, o peso excessivo da dívida pode levar à exploração desenfreada e irracional dos recursos naturais do país susceptíveis de serem utilizados na indústria local e contribuir de forma rápida ao pagamento dos interesses da dívida.

Índice de Desenvolvimento Humano Santomense

A forma mais simples de medição do desenvolvimento humano baseia-se no cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual integra indicadores de progresso económico, educativo e saúde, susceptíveis de facilitar a avaliação do desempenho dos países em matéria de desenvolvimento humano.

O *Progresso económico* é medido pela disponibilidade de bens e serviços, e numa economia de mercado essa disponibilidade é medida pelo rendimento. Em comparações internacionais o rendimento é medido pelo PIB per capita (medido em dólares americanos e ajustado com os níveis de preços);

O *progresso educativo* é medido pela capacidade da população para actuar em benefício do seu próprio desenvolvimento. A taxa de alfabetização de adultos mede a capacidade educativa da população actual e a taxa de escolaridade mostra o esforço realizado pela sociedade para aumentar essa capacidade;

O *progresso em termos de saúde*, é medido pela capacidade física da população actual, através do indicador da esperança de vida.

O índice de desenvolvimento humano é pois um instrumento analítico que tem serviço

para comparar os níveis de desenvolvimento humano de um país, em diferentes momentos ou em relação aos outros países. É um instrumento que permite identificar as áreas de maior fortaleza ou debilidade no progresso dos países, e facilita a definição de prioridades para a intervenção política. Por se tratar de um indicador simples e que dispensa uma base estatística sofisticada, é fácil a sua desagregação por grupos sociais (urbano/rural, homens/mulheres, etnias, etc.) e por unidades territoriais (países, Estados, províncias, regiões, distritos, etc.).

Contudo, o IDH tem as suas limitações, nomeadamente:

- número limitado de variáveis incluídas, e o facto de ser um indicador «composto». Com efeito, ele não inclui todas as componentes do conceito do desenvolvimento humano (o grau de sustentabilidade do crescimento económico, o nível de participação política, a boa governabilidade etc.) A crítica é justificada. Mas, por outro lado, muitas mais variáveis não dão necessariamente origem a um melhor índice; antes pelo contrário, elas podem até confundir o resultado final, ao fazerem diluir eventualmente as principais tendências. É melhor reconhecer que o índice propõe-se deliberadamente analisar apenas parte da realidade socioeconómica do país, de modo que, pelo menos, o seu cálculo se torne simples; ao mesmo tempo que permite identificar propriedades na orientação de políticas nacionais. Por enquanto, pode-se estudar em paralelo outras questões que afectam o desenvolvimento humano, em vez de tentar integrar tudo no mesmo indicador.

- O índice só mede os processos mais elementares de desenvolvimento humano: esperança de vida, educação básica e o nível de rendimento per capita só até ao limite de 5.000 USD. É claro que para o caso particular para a maioria dos países em vias de desenvolvimento, o índice capta as propriedades nacionais, mas nos casos dos países industrializados, que, por exemplo, já atingiram uma taxa de alfabetização próxima dos 100%, o índice não consegue captar o processo socio-económico. Este problema está sendo resolvido, através da associação e do reforço da informação do IDH com quadros detalhados de indicadores do desenvolvimento humano nos países industrializados.

- O índice assenta de forma geral numa base de dados ainda bastante fraca e pouco fiável. A solução a este problema não é deixar de calcular as estimativas do IDH, mas sim pelo contrário, insistir em atribuir mais recursos para melhorar a base estatística dos países.

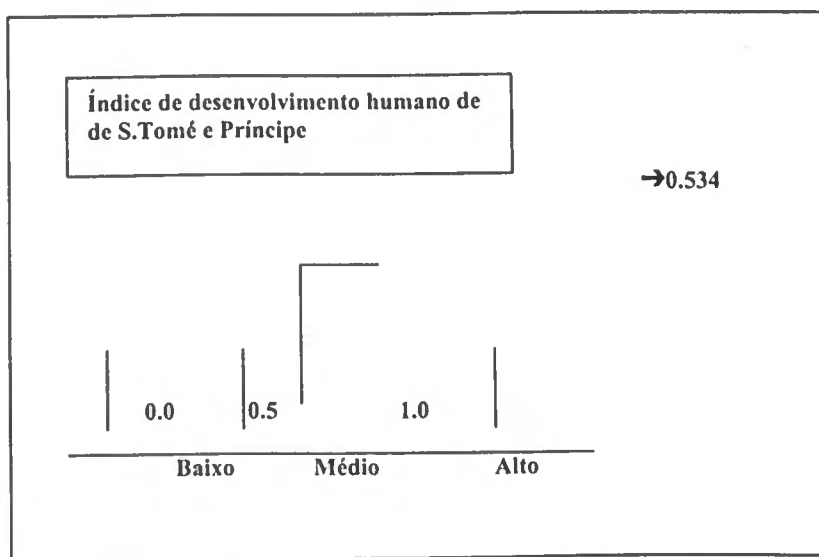
No caso particular de São Tomé e Príncipe, a medição do desenvolvimento humano torna-se extremamente difícil na medida em que se coloca essencialmente o problema da desagregação da informação estatística, em função das diferenças territoriais (entre Distritos e Regiões), entre géneros, entre tipos e níveis de serviços públicos, para além da necessidade de registos de actualização de dados. Como se poderá apreciar ao longo do relatório, dificuldades várias serão destacadas, em virtude da falta ou da insuficiência qualidade de informações. Face a isso, no presente relatório procura-se analisar, além das

variáveis do IDH, todo um pacote de aspectos, tais como, governabilidade e a pobreza humana, com os quais se pretende dar uma visão mais global e integrada da problemática do desenvolvimento humano em S.Tomé e Príncipe.

•Índice de Desenvolvimento Humano de S.Tomé e Príncipe no contexto mundial

Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano de 1997, S.Tomé e Príncipe ocupa a 125ª posição num total de 175 países. O valor do Índice de Desenvolvimento Humano de S.Tomé e Príncipe foi de 0.534. Este valor coloca o País no grupo de países com um nível de desenvolvimento humano médio, embora esteja próximo do valor que o classificaria no grupo de países de desenvolvimento humano baixo (0.500). (Fig. Nº3)

Figura Nº3 Escala de valores do índice de desenvolvimento humano de S.Tomé e Príncipe



Entretanto, na perspectiva do rendimento económico, S.Tomé e Príncipe está no grupo de países mais pobres do mundo, na 128ª posição, com um PIB per capita na ordem dos 400 dólares americanos, muito inferior à medida dos países industrializados, que é aproximadamente de 14000 dólares americanos. (Quadro nº 6)

Se analisarmos os dois últimos dados na perspectiva do desenvolvimento humano, pode-se depreender que S.Tomé e Príncipe desfruta de melhores condições de vida do que aquelas que se deduzem dos indicadores puramente económicos. Isto explica-se pelos progressos atingidos pelo país no âmbito educativo e em termos relativos, na área de saúde.

O valor do IDH da África Subsahariana é de 0.380. do que se depreende que S.Tomé

e Príncipe tem um nível de desenvolvimento humano de aproximadamente 30% superior à média dos países africanos ao sul do Sara, embora o valor do seu PIB per capita seja cerca de 4% inferior à média deste grupo.

No contexto do grupo dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) constata-se que S.Tomé e Príncipe tem um dos maiores níveis de desenvolvimento humano, situando-se em segunda à posição de Cabo Verde.

Finalmente, é interessante comparar a situação de S.Tomé e Príncipe com os países de África Subsahariana de características físicas semelhantes, nomeadamente os pequenos estados insulares. Constata-se que as condições de vida da população de S.Tomé e Príncipe são melhores do que as dos habitantes das Comores, embora não possamos ignorar que a ajuda externa per capita a S.Tomé e Príncipe é dez vezes superior àquela recebida pelas Comores. Porém, se comparamos S.Tomé e Príncipe com as Seychelles e as Maurícias, observamos que estes estados insulares desfrutam de níveis de desenvolvimento humano e do rendimento económico muito mais elevados. Uma das razões do progresso atingido por elas é, sem dúvida, a boa gestão da parte dos governos destes Estados, que têm sabido aproveitar os seus recursos internos e externos para aumentar o nível de desenvolvimento da população. (Quadro N° 7)

Quadro N°6 : O Índice de Desenvolvimento Humano santomense no contexto mundial

Países	PIB per capita (USD 1987)	IDH	Índice da esperança de vida	Índice da educação	Índice do PIB
Países em desenvolvimento	823	0.576	0.61	0.65	0.46
Países industrializados "	14.473	0.911	0.82	0.93	0.91
Mundo	3.470	0.764	0.64	0.71	0.94
STP	486	0.534	0.70	0.64	0.26

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano de 1999

Quadro N 7º: O Índice de Desenvolvimento Humano santomense comparado com a média da África Subsahariana, os PALOP e outros países insulares africanos

Paises	População (em milhões de Habitantes)	PIB per capita (US dólares 1987)	Ajuda Externa per capita (US dólares 1980)	IDH	Índice da esperan ça de vida	Índice do PIB
Afr.Sub.		507		0,380	0,42	0,25
PALOPS						
Angola	10,5	335 a	44	0,335	0,37	0,29
C.Verde	0,4	654	305	0,547	0,67	0,11
G.Bissau	1,0	216	160	0,291	0,30	0,15
Moçambique	16,6	133	77	0,281	0,35	0,26
Países Insulares						
Comoros	0,6	437	56	0,412	0,52	0,21
Maurícias	1,1	2.399	..	0,831	0,76	0,98
Seychelles	0,1	4.974	..	0,845	0,78	0,96
STP	0,1	486*	510	0,534	0,70	0,26

Fonte: Relatório do Desenvolvimento Humano, PNUD, Lisboa, 1999

3. Oportunidades produtivas do sector primário

Agricultura: A economia de S.Tomé e Príncipe está muito dependente do sector primário, designadamente da agricultura que representa mais de 25% do PIB, tradicionalmente mais de 50% das exportações e ocupa mais de 30% da força de trabalho assalariada.

O sector agro-pecuário tem a sua máxima expressão na produção de cacau. A agricultura tem-se baseado sistematicamente em sistemas de dominância monocultura de exportação, não existindo no país grande tradição em sistemas de produção para consumo alimentar.

A agricultura e as actividades que dependem directa e indirectamente deste sector são ainda dominantes na actividade económica. As estimativas de área cultivada, segundo o Ministério de agricultura e Desenvolvimento Rural, apontam para um valor de 65 367,7 há (dados de 1990) e que, em termos de importância relativa, se distribuem da seguinte forma:

Área de cacausal – 26 076 ha

Área de coqueiral – 7 676 ha

Área de palmar – 3 857 ha

Área de cafezal – 984 ha

A produção de culturas alimentares faz-se tradicionalmente em sistemas voltados para o autoconsumo e muitas vezes quase exclusivamente baseados em sistemas extractivos, tirando partido da natureza exuberante e do enorme potencial produtivo natural.

Verifica-se que, entre 1989 e 1993, os aumentos de produção foram significativos nas culturas alimentares, com grandes aumentos de produção em todas as culturas consideradas, com excepção da fruta-pão que mantém sensivelmente o mesmo nível de produção.

As culturas alimentares distribuem-se de uma forma mais ou menos por todo o país, tendo vindo a ser incentivadas nos últimos anos de forma clara, designadamente através do processo de privatização de terras em curso. Destaca-se a produção de banana, matabala, fruta-pão e milho, produção essa que ocorre, em grande parte para algumas culturas, de forma praticamente espontânea.

Quadro Nº8 :PRODUÇÃO POR SECTORES DE ACTIVIDADES

em milhões Dbs

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Sector primário	9.249	17.070	24.583	46.682	74.007	
Agricultura	8.223	15.210	21.688	42.942		
Pesca	1.026	1.860	2.895	3.740		
Sector secundário	6.947	12.079	17.737	37.343	32.024	
Manufatura e energia	1.943	2.648	5.250	7.875	11.504	
Construção	5.004	9.431	12.487	29.468	20.520	
Sector terciário	20.099	35.464	56.580	115.975	174.969	
Comércio e transporte	6.906	12.156	18.754	37.508	38.200	
Administração pública	8.088	13.211	21.788	44.669	65.260	
Instituições financeiras	2.041	4.591	7.484	15.134	29.578	
Outros serviços	3.064	5.506	8.554	18.664	41.931	

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
PRODUTO INTERNO BRUTO	36.295	64.613	98.900	200.000	281.000	334.109
Consumo	41.360	77.628	118.395	232.060	314.439	370.193
Público	12.107	27.824	44.954	89.870		
Privado	29.253	49.804	73.441	142.190		
Investimento	16.372	38.336	49.641	99.500		175.407
Procura interna	57.732	115.964	168.036	331.560		545.600
Exportações de bens e serviços	8.599	13.322	23.449	56.778		
Procura global	66.331	129.286	191.485	388.338		
Importações de bens e serviços	30.036	64.673	92.586	188.338		

Fonte: Banco Nacional de S.Tomé e Príncipe, 1999

Na produção de culturas de exportação destacam-se a produção de cacau, café e copra. Durante a década de 1990 verificou-se aumentos significativos de produção do óleo de palma e do café. Na produção de culturas alimentares, os aumentos de produção mais espectaculares são os relativos à matabala.

Para além da produção de cacau, o sector agro-industrial em S.Tomé e Príncipe destaca-se, também, pela actividade relativa às oleaginosas. Se utilizarmos como referência as áreas de cultivo, verificamos imediatamente que logo depois do cacau se destacam o coqueiro e a palmeira do dendem.

Os principais produtos finais do sector de oleaginosas são os óleos e os sabões, os derivados de coco, por exemplo, o coco ralado, e ainda os subprodutos do processo de transformação, normalmente utilizados na alimentação animal.

A extracção de óleo de palma tem uma longa tradição no país, sendo feita para fins alimentares e para exportação, e de forma industrial, semi-industrial e artesanal ao nível

familiar e das empresas agrícolas.

Quadro nº 11: Produção Agrícola para Exportação

DESIGNAÇÃO	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Cacau	2 798,7	3 062,0	3 688,3	4 305,0	3 391,0	4 061,5
Copra	1 230,7	nd	679,1	677,8	872	880
Óleo de palma	195,7	952	1 024,0	1 041	700	1 000
Café	36,7	nd	14	23,5	23,5	60
Produção Alimentar						
Banana	7 085	10 000	12 250	13 000	13 650	14 235
Fruta-pão	1 875	922	1 500	1 800	1 500	1 800
Milho	2 700	3 600	4 000	4 000	4 300	4 300
Matabala	2 430	1 478	5 000	7 000	8 500	8 650

Fonte: Ministério de agricultura e Desenvolvimento Rural (1994)

Actualmente destaca-se no sector uma empresa industrial, a EMOLVE, desenvolvida como empresa estatal e que se encontra na fase de privatização, com cerca de 600 ha de palmar devidamente organizado para a exploração industrial. A capacidade instalada da unidade de transformação é de cerca de 6 000 litros de óleo/dia. A EMOLVE trabalha a cerca de 50% da sua capacidade e discute-se actualmente a necessidade e forma de privatização da empresa. A produção de óleo de palma em 1990 era de 2 991 mil litros.

Relativamente à produção de óleo de copra, destaca-se a empresa SOCOMIL, que é a empresa de maior dimensão, embora existem espalhadas por todos os Distritos outras empresas de menor dimensão produtoras de óleos e sabões, como por exemplo: Água-Izé, e Manuel do Rosário.

PECUÁRIA

A produção pecuária constitui-se como actividade imprescindível, seja como fonte de alimentos ricos em proteína, seja como parte integrante de um sistema de produção e de um sistema económico-social. Como espécies de maior relevo destacam-se as aves, os suínos e ainda os caprinos. A comparação com os efectivos existentes em 1964, de acordo com o recenseamento agrícola efectuado, permite não só mostrar as modificações que se efectivaram, mas também, em alguns casos, mostrar o potencial produtivo real, já conseguido no passado.

Houve uma diminuição drástica do efectivo bovino, em contraste com um enorme aumento do efectivo caprino. Quanto aos suínos, a situação é dificilmente comparável, devido ao surto de peste suína que se verificou em 1992 (com precedentes já em 1979) e que destruiu grande parte do stock: A região autónoma do Príncipe oferece oportunidades nesta área, uma vez que o seu maior grau de isolamento e a ausência até ao momento de surtos epidémicos permite um maior grau de garantia em relação à produção de suínos.

No caso da produção de aves, houve um aumento significativo da capacidade produtiva.

Espera-se em breve obter uma recuperação dos efectivos bovinos, principalmente nas propriedades de média dimensão, eventualmente com gado com aptidão mista, para produção de carne e leite.

RECURSOS FLORESTAIS

Os recursos florestais do País são uma das potências riquezas que importa explorar e preservar. Neste momento esses recursos têm importância, principalmente do ponto de vista doméstico, uma vez que não é permitida a exportação de madeira em bruto, medida essencial para preservar os recursos naturais do país.

Podemos considerar 3 fases de processamento da madeira, sendo a primeira serração, a segunda a transformação com produção de aglomerados, contraplacados, etc., e a terceira a carpintaria e produção de objectos utilitários em madeira. De acordo com um estudo da ONUDI (1995), existem 21 serrações no país, estando 15 em funcionamento, localizadas na cidade de S.Tomé ou integrando empresas agrícolas. Não existem dados estatísticos sobre carpintaria/marcenaria. Normalmente as serrações têm uma secção de carpintaria.

A produção da madeira serrada enfrenta dificuldades devido ao envelhecimento do equipamento e aos problemas de transporte dos toros, trabalhando-se com eficiência reduzida e causando grandes perdas de matéria-prima. Nas actuais condições é difícil satisfazer a procura interna.

De acordo com um estudo efectuado pela ONUDI (1985), os principais problemas ali apontados, sobre os factores limitadores do desenvolvimento da fileira, foram os seguintes:

- a inexistência de inventários sobre as espécies e sua localização, de forma a permitir racionalizar a exploração e evitar a ocorrência de danos ao património ecológico;
- dificuldade de acesso às zonas florestais e exploração intensiva sem controlo nas zonas de fácil acesso;
- dificuldade de dispor de informação fidedigna sobre as espécies existentes e sobre o seu comportamento;
- ausência de capacidade de controlo e de fiscalização;
- não reposição e replantação por forma a garantir a sustentabilidade dos sistemas produtivos.

As indicações e estimativas efectuadas apontam para a possibilidade de satisfazer a procura interna e de se conseguir colocar no mercado externo produtos da fileira florestal capazes de gerar divisas, sendo imprescindível definir uma política de gestão florestal que garanta a exploração sustentada dos recursos florestais.

O projecto de bambu e de palha, iniciado em 1988 e desenvolvido com apoio da China, tem obtido resultados encorajadores, sendo possível passar a uma fase de apoio à produção empresarial visando a exploração destes produtos.

A exploração de plantas medicinais é hoje uma área do maior interesse internacional, em que o país é, ao que tudo indica, muito promissor e onde se poderá encontrar fontes alternativas de riqueza e de obtenção de divisas.

PESCAS

Devido a origem vulcânica, S.Tomé e Príncipe dispõe de uma plataforma continental relativamente pequena, cerca de 1459 km² (sendo 436 km² afectos a ilha de S.Tomé e 1023 km² a ilha do Príncipe) e uma zona Económica Executiva (ZEE) 180.000' km². O país conta com 222 km de costas (150 km em S.Tomé e 72 km em Príncipe), nas quais pode-se encontrar 46 praias.

Quanto à evolução do sector das pescas verifica-se, em termos gerais, uma certa estagnação e uma diminuição substancial do volume de captura nestes últimos anos, o que pode estar relacionado com a contracção do poder de compra da população santomense e com dificuldades várias, como sejam o preço do combustível, conservação e distribuição da produção. A pesca em S.Tomé e Príncipe tem grande tradição, sendo efectuada essencialmente numa base artesanal e semi-industrial. Os recursos financeiros obtidos através das licenças de pesca das empresas estrangeiras e da distribuição do direito de pesca em águas de S.Tomé e Príncipe a países terceiros, são também recursos em moeda forte importantes para o país.

Neste sector existiu um protocolo com a União Europeia relativamente à pesca de atum, que o país mantém com o exterior. Este acordo estabelecido pelo período de 3 anos, de 1993 a 1996, pelo valor total de 1 650 mil Ecus (550 mil Ecus por ano) permite o acesso a 48 licenças (embarcações), das quais 40 foram atribuídas a cercadores e 8 para palangreiros. As licenças existentes não têm sido utilizadas na sua totalidade. Das licenças atribuídas, a Espanha tem um conjunto de 20 embarcações, das quais 17 para pesca a cerco (de 55 a 78 metros) e 3 para a pesca à linha (31 a 36 metros), enquanto que a França detém 15 embarcações, todas para pesca a cerco (de 47 a 62 metros). No passado existiram alguns acordos de pesca com a ex-URSS, que hoje já não está em vigor. Mais recentemente, efectuou-se um protocolo com Angola que abarca outros recursos ligados ao mar e que terá aplicação de acordo com as necessidades, não tendo sido utilizado até ao momento. As licenças atribuídas à União Europeia, e o preço pago, permitem uma captura de 9 000 toneladas/ano de atum, mas não limitam esta quantidade de recolha, podendo pescar-se para além deste limite desde que se faça o pagamento correspondente ao excedente em termos proporcionais. Para além da atribuição da licença no âmbito da União Europeia, um país da União que queira ter embarcações licenciadas, deverá ainda pagar 1 500 Ecus por embarcação para a pesca a cerco e 200 Ecus para o caso do palangreiro ou pesca à linha. O acordo com a União Europeia não exclui a possibilidade de contactos bilaterais ao nível dos diversos governos.

O potencial do país em recursos haliêuticos não é suficientemente conhecido, embora

existem em alguns casos estimativas dos recursos existentes e do potencial de pesca sustentável. Estima-se entre 4 000 a 6 000 toneladas o potencial de pesca sustentável para a espécie plágicas.

O volume médio anual de capturas efectuadas por entidades de S.Tomé e Príncipe, estima-se ser da ordem das 3 000 toneladas de peixe, embora o potencial produtivo e de consumo local seja muito superior. Existem várias limitações importantes ao aumento do volume pescado, de que destacamos os problemas de conservação, distribuição e comercialização.

O consumo local não só absorve toda a produção nacional, como tem capacidade para ir muito mais além. Estima-se que o actual consumo de peixe per capita seja de 25kg/ano podendo atingir capitações muito superiores (que se estima poder ser a ordem dos 45 kg), o que significa a existência de um potencial mercado local capaz de absorver aumentos produtivos.

Os recursos naturais marítimos permitem outras actividades económicas de interesse, como é o caso da extracção do sal. Actualmente, o país importa todo o sal que consome. Foram já identificadas algumas áreas com potencial para a produção de sal por evaporação da água do mar. Não há dados seguros sobre o rendimento possível. Contudo, partindo-se de estimativas de rendimento de 120-140 ton/há e das áreas identificadas, estima-se grosseiramente como credível a produção de 30 000 ton/ano. Esta produção deverá ser orientada para a exportação, especialmente para o vasto mercado da África Central, grande região importadora de sal.

3.1 SECTOR SECUNDÁRIO

O sector secundário no seu conjunto absorvia, em 1993, um volume de emprego de 6 280 trabalhadores, o que representava 16% do emprego total (39 392 efectivos).

A sua participação no PIB foi de 13,5 dos quais 7,9% gerados pela Indústria e Energia e 5,6% provenientes do sub-sector da Construção.

No Atelier sobre o Desenvolvimento Industrial, realizado no país em 26 e 27 de Abril de 1995, foi feito um balanço sobre o estado do sector, tendo sido salientados os seguintes aspectos principais:

- o diminuto peso da indústria na economia nacional;
- a sua estrutura pouco diversificada;
- o reduzido número de empresas existentes;
- a fraca produção gerada e a sua tendência decrescente no passado recente;
- a aleatoriedade das principais produções devido a um deficiente funcionamento.

No mesmo Atelier foram equacionados os principais constrangimentos ao desenvolvimento industrial:

- dificuldade de acesso ao financiamento industria;

- escassez de divisas postas à disposição do sector;
- deficiência de infra-estruturas;
- insalubridade e reduzida dimensão do mercado,
- ausência de tradição industrial;
- ambiente legislativo e institucional não estimulante,
- fraca protecção à indústria nascente;
- débil qualificação da força de trabalho.

No citado encontro concluiu-se que o modelo de desenvolvimento industrial do país deve centrar-se, a curto e médio prazo, na realização de unidades existentes (priorizando-se as serrações, a SOOMIL, a CST, a ROSEMA e a COARG) e na criação de unidades em áreas onde existe algum potencial de desenvolvimento, baseado na disponibilidade de recursos naturais ou noutras vantagens comparativas (priorizando-se aqui as madeiras, óleos e sabões, alimentação animal, legumes, materiais de construção, sal produtos de bambu e a transformação artesanal de produtos alimentares). A longo prazo, será de desenvolver uma base industrial voltada para a exportação, explorando a complementaridade oferecida pelos mercados externos ou a inserção num projecto de implementação da actividades francas em S.Tomé e Príncipe.

As principais actividades ou oportunidades existentes no ramo extractivo são as seguintes:

- pedreiras de basalto;
- extracção de inertes (areias e barro);
- extracção de pozolanas;
- extracção de águas minerais ou de mesa.

Até ao momento, a extracção de basalto teve lugar em quatro pedreiras, exercida por três empresas – SOLAR (privada), EMOP (mista) e CONSTRUTORA (pública, em processo de privatização). Todavia, a irregularidade da extracção faz antever a conveniência de se associarem parceiros estrangeiros em futuras acções de exploração.

A extracção de inertes encontra-se em fase de declínio e o seu relançamento está invariavelmente ligado à execução de projectos de infra-estruturas, bem como à dinamização da indústria de barro vermelho (telhas e tijolos), esta por sua vez articulada com a indústria da construção civil.

A extracção de pózolanas (inertes para utilização em obras portuárias) tem sido feita numa forma não sistemática, encontrando-se as maiores reservas em Sacli, relativamente próximo da cidade de S.Tomé.

Finalmente, quanto às águas minerais e de mesa, encontrava-se em elaboração em finais de julho de 1994 a Carta Geológica do país, executada pelo Instituto de Investigação Científica e Tropical e pela Faculdade de Ciências de Lisboa, sob financiamento da Cooperação Portuguesa, a qual contempla em especial as potencialidades neste domínio.

Até ao momento foram identificadas 9 nascentes com algum potencial – Correia, Madre Deus, Benéfica, Trindade, Queluz, Pedra Maria, Flebê, Caixão Grande (que já teve exploração no passado), Boa Entrada, Milagrosa e Bela Vista.

A indústria transformadora santomense restringe-se a cerca de meia centena de estabelecimentos dos quais 70% são padarias e 15% são serrações de madeira. Além destas actividades, têm significado as bebidas (cervejas e refrigerantes), as confecções (uma unidade), óleos e sabões (três unidades), a cerâmica (uma unidade), as artes gráficas (duas unidades) e a metalomecânica (uma unidade).

A revisão da regulamentação relativa ao licenciamento industrial, tem sido uma preocupação e diligências têm sido levadas a cabo para a elaboração de uma regulamentação que se adapte as realidades do país. Os procedimentos actualmente existentes envolvem muitos Ministérios e Direcções para a concepção de um alvará.

Segundo a Direcção de Estatística, a produção industrial alcançada em 1994 rondou os 26 mil milhões de dobras (cerca de 2.6 milhões de contos), sendo o contributo da indústria gráfica para o total de aproximadamente 90%.

Os valores de produção bruta provenientes dos restantes sub-sector, foram diminutos devido essencialmente ao muito baixo grau de aproveitamento do parque industrial existente, a braços com inúmeros problemas, desde a falta de peças sobressalentes até à escassez de matérias primas e subsidiárias. Esta situação já se arrasta desde há vários anos.

As deficiências no abastecimento de energia particularmente de energia eléctrica, são geralmente consideradas um dos mais graves problemas de S.Tomé e Príncipe, sendo vistas como um efectivo estrangulamento ao desenvolvimento industrial e social do país. Em 1992, foi elaborado o *Plano Director de Energia*, diagnosticando e analisando todo este sub-sector e estabelecendo metas até ao ano 2010, visando não somente colmatar as insuficiências hoje detectadas, como criar uma base infra-estrutural ao desenvolvimento.

O sistema actualmente de produção, compreende as seguintes centrais:

(I) Central térmica da cidade de S.Tomé, com dois grupos *Cummins* de 1 000 KWA e um grupo ABC de 1 200 KWA de condições ISSO;

(II) Uma central térmica em cerâmica, com um grupo *Cummins* de 950KWA;

(III) Uma central hidroeléctrica em Contador, com duas turbinas de 1 200 KWA;

(IV) Uma central hidroeléctrica em Guégué, com uma turbina de 150 KWA, fora de funcionamento, mas com projecto de reabilitação e ampliação.

Este sistema compreendido as centrais (I) a (IV), está interligado. Para além dele, há ainda duas centrais fornecedoras de centros isolados;

(V) Uma central térmica em Micoló, com um grupo de 31 KWA;

(VI) Uma central térmica em Angolares, com um grupo de 75 KWA.

A rede da distribuição abrange essencialmente o Norte e o Leste da ilha de S.Tomé,

onde se concentram as principais actividades económicas e a maior parte da população.

A produção de energia eléctrica ronda os 20 000 MVH, chegando aos consumidores cerca de 16 000MVH, ou seja, há perdas da ordem dos 20%. De acordo com o Plano referido, o consumo no período 1982-91 cresceu a uma taxa média de 4,7%, enquanto que o crescimento populacional foi de cerca de 2%:

Aproximadamente 65% do consumo total destina-se a fins económicos.

Em 1991, dos 111 900 habitantes de S.Tomé cerca de 60% dispunham de energia eléctrica, correspondendo este valor a 46% das residências, sendo a grande maioria servida pela rede pública.

Todo o sistema de energia eléctrica, incluindo a produção, transporte e distribuição, é propriedade de uma empresa pública, a EMAE.

Um estudo antes realizado apresentava a seguinte estrutura de repartição do consumo de hidrocarbonetos, computado em 18 mil toneladas, no ano de 1989;

50-55% para transportes;

15% para consumo doméstico;

12-15% para a produção de electricidade;

10-15% para actividades piscatórias.

As importações provêm de Angola, país que concede facilidades de preços (facturação a cerca de 50% das cotações mundiais) e de pagamento, no quadro de relações privilegiadas existentes com S.Tomé e Príncipe.

A capacidade de armazenamento de combustíveis é reduzida, o que tem causado algumas vezes necessidades de racionamento devido a rupturas no abastecimento. Trata-se de um circuito vicioso, na medida em que a reduzida dimensão do consumo nacional, associada à débil capacidade de armazenagem, não justifica a utilização de navios de grande porte.

As importações e consumo de derivados de petróleo nos últimos cinco anos, compreendendo a gasolina, gásóleo e petróleo de iluminação, não excederam os 17 000 milhões de litros, como se pode observar em detalhe, no quadro seguinte:

CONSTRUÇÃO

Em finais de 1999, o número de empresas de construção civil licenciadas na Direcção de Construção Civil ronda a volta de 14 com alvarás definitivos e cerca de 21 com alvarás provisórios. Somente quadro empresas podem tomar a responsabilidade para empreitadas de valor superior a 1 500 milhões de dobras: SOLAR; SATOM; BATIGA e MORGANTI. A única empresa de origem portuguesa que nos últimos anos teve alguma presença no território foi a Empresa Ramalho Rosa, a qual esteve envolvida nos trabalhos de modernização das pistas e instalações do aeroporto da cidade de S.Tomé.

3.2 SECTOR TERCIÁRIO

Uma primeira ideia acerca da dimensão das actividades comerciais em S.Tomé e Príncipe pode extrair-se a partir do seguinte conjunto de indicadores macro-económicos:

População empregada no comércio e actividades directamente associadas (em 1991):

no comércio propriamente dito = 4 056 efectivos (12% da população empregada);

em restaurantes/bares/hotéis=395 efectivos (1,1%);

em bancos/seguros/instituições financeiras=176 efectivos (6,4%);

transportes/armazenagem/comunicações =2 166 efectivos (6,4%);

Subtotal =6 813 efectivos (20%).

PIB gerado pelo comércio e transportes (em 1993) = 28% do total.

Incidência do Consumo Privado na Despesa Interna Bruta (em 1993) 0 60%_x.

Ratio Exportações/PIB (em 1993) = 25%.

Ratio Importações/PIB (em 1993) = 69%.

Não obstante a importância relativa do comércio e actividades associadas no conjunto da economia santomense, as características históricas do país, integrado num espaço económico, social e político multi-continental, com vocação para a exportação em regime de limitada diversidade, conduziu a uma estrutura produtiva de base agrícola que pouco espaço criava para o desenvolvimento do sector comercial e dos serviços que se circunscrevem aos núcleos urbanos. Assim, pode afirmar-se que as cidades de S.Tomé, Santo António do Príncipe, Trindade e Guadalupe, com larga supremacia da primeira, praticamente absorvem a totalidade das actividades comerciais de um país cuja população total ronda os 135 mil habitantes.

Um censo realizado pela *Direcção de Estatística* já no corrente ano de 1995 revelava que das 259 empresas existentes no país, 100 pertenciam ao sector do comércio a retalho, 26 ao do comércio por grosso, 36 ao sector da hotelaria/restauração, 18 ao sector de transportes/armazenagem/comunicações e apenas 2 ao sector de consultoria/informática/outros serviços. Ou seja, a importância relativa do comércio e actividades associadas torna-se mais visível quando se observa que nele se situam 182 das 259 empresas existentes em todo o país.

TURISMO

O turismo é hoje uma actividade considerada como factor de desenvolvimento económico de muitos países, com particular realce para as pequenas ilhas, onde o mesmo representa, em certos casos a fonte principal de recursos.

Não obstante encontrar-se numa situação privilegiada em relação a outros sectores pois todas as suas receitas são em divisas, e as potencialidades aos olhos dos investidores estrangeiros ditados pelos encantos tropicais associado a beleza das roças de cacau, que por vezes se assemelham a parques com graciosas construção do tipo colonial, dando a uma estadia em S.Tomé e Príncipe um encanto fora do comum, as actividades turísticas

estão ainda na sua fase embrionária. O mesmo não constitui ainda uma fonte significativa de rendimento nem do emprego para o País, quando comparado com os Estados cuja características semelhantes a S.Tomé e Príncipe (Seychelles, Maurícias, Camores), e cujo o Turismo representa alguns casos cerca de 60% do PIB

São Tomé e Príncipe é sem dúvida um destino turístico de oportunidades únicas no Atlântico.

Actualmente, já possui alguma capacidade com grande qualidade, para receber turistas, seja na ilha de S.Tomé, seja na ilha do Príncipe. Entre as várias atracções que podem ser consideradas de interesse para o turismo, podemos começar por destacar a oportunidade de contacto com a vegetação e natureza exuberante e exótica, o clima do tipo equatorial (que apresenta enormes variações, principalmente na ilha de S.Tomé), todo um conjunto de características de país não industrializado, extremamente dependente dos seus recursos naturais, população muito afável e, apesar de todas as dificuldades, com um ambiente social pacífico e grau de segurança que podemos caracterizar de elevado em qualquer parte do mundo.

O turismo tem vindo a ser cada vez mais reconhecido como uma alternativa promissora para o desenvolvimento do país. As indicações disponíveis, em termos de definição de política sectorial, apontam claramente para uma opção de privilegiar o turismo de média/alta qualidade. A capacidade de "carga turística" do país é limitada, principalmente se pretender preservar os recursos naturais de forma equilibrada, o que rapidamente nos leva a concluir ser essa política a única via de desenvolvimento turístico sustentado.

Entre 1990 e 1994, verificou-se um aumento considerável do número de entradas no país cujo objectivo era essencialmente turístico (cerca de 2 700 entradas). Não deixa de ser significativo verificar-se que o número de entradas por motivos profissionais era já ligeiramente superior em 1990, tendo-se tornado ainda mais importante em 1994 comparativamente às entradas turísticas. A principal origem dos visitantes é a Europa, seguindo-se, a grande distância, o continente africano.

As unidades hoteleiras existentes com características tipicamente tradicionais reúnem excelentes condições para abrigar turismo de excelente qualidade. Grande parte delas encontram-se fora da cidade de S.Tomé, outras na própria cidade, situadas a curta distância do aeroporto, por exemplo o *Hotel Marlin Beach, inaugurado em 1994, representa actualmente a opção de melhor qualidade.*

Para um turismo mais exótico e distante dos centros urbanos, existem 2 unidades hoteleiras fundamentais e que se encontram em fase de lançamento. Na ilha de S.Tomé, o *Club Santana*, dotado de estruturas turísticas muito bem enquadrada no ambiente local.. No Príncipe, o *Ilhéu Bom-Bom*, representa uma iniciativa dirigida a turismo de alta qualidade, ou seja, a um mercado muito específico que depende de acções de divulgação

3

muito dirigidas sem dúvida um investimento que se enquadra perfeitamente no ambiente exótico da região, oferecendo uma série de alternativas de diversão ligadas ao mar, como por exemplo a pesca de alto mar e o mergulho.

O complexo dispõe de uma frota de pesca desportiva, com pessoal especializado disponível para as actividades desportivas ligadas ao mar, das quais destacamos o mergulho em águas caracterizadas pela sua rara transparência. Este complexo referencial, cuja integração no meio é de elevada qualidade, sendo, contudo, necessário Ter em atenção os aspectos sociais locais para que a população possa participar mais activamente nestas iniciativas.

A listagem de Projectos em Curso e manifestações de intenção, obtida junto de organismos oficiais, não esgota todas as iniciativas nesta área, uma vez que sabemos existirem já algumas actividades ligadas ao turismo no espaço rural e várias ideias de projecto para tirar partido das estruturas das antigas roças com património de valor histórico, que não constam da listagem apresentada.

A grande limitação apontada ao desenvolvimento da actividade turística no país, continua a ser que deve ser devidamente equacionado de uma forma gradualista, tentando a irradiação como objectivo final. Existem, contudo, possibilidades de oferecer períodos de estadia em que o risco é menor, nomeadamente nas estações secas, em que as práticas de prevenção podem ter um maior grau de eficácia.

A debilidade deste sector é determinada em primeiro lugar, pela falta de uma estratégia do desenvolvimento para o sector, associada a inexistência de infra-estruturas de apoio, assim como o desconhecimento de S.Tomé e Príncipe pelos grandes operadores turísticos mundiais, na medida em que S.Tomé e Príncipe estão inseridos numa sub região com poucas tradições turísticas e com elevados custos de transportes (aéreo e marítimo) com destino a S.Tomé e Príncipe.

Outro problema não menos grave é a saúde pública, mais concretamente a expansão crescente do paludismo, que é um grande impedimento para o desenvolvimento económico. Este problema impossibilita não só o desenvolvimento dum turismo internacional de qualidade, como também é um problema para o bem estar de todos que trabalham ou vivem no País. O número de turistas que escolhem S.Tomé e Príncipe como destino tem vindo a diminuir nos últimos anos.

4. A situação económica

Durante a época colonial, desenvolveram-se sucessivas plantações de cana-de-açúcar, café e cacau em grandes superfícies de terreno. Em 1990 a produção de café atingiu o seu auge com 2500 toneladas, cifra esta que foi decrescendo progressivamente, tendo praticamente desaparecido na altura da independência. A produção de cacau já atingiu o seu máximo em 1920, cerca de 30.000 toneladas, tendo decaído progressivamente até a presente data com cerca de 3 000 toneladas em 1997.

Após a independência em 1975, praticamente todas as actividades económicas passaram para as mãos do Estado: as autoridades santomenses optaram por uma economia de gestão centralizada. Foram nacionalizadas as roças, propriedades latifundiárias dos antigos colonos, e transformadas em empresas agro-pecuárias. A nacionalização das plantações afectou todos os proprietários de terras com mais de 200 hectares o que motivou que o Estado passasse a ser proprietário de mais de 80% das terras cultivadas. Todos os investimentos públicos para o desenvolvimento de cultivos alimentares e da pecuária foram canalizados através das explorações agrícolas estatais. Paralelamente o Estado adquiri o monopólio dos sectores de exportação e importação através das empresas públicas ECOMEX e ECOMIN. Pode-se constatar que até aos finais da década 70, S.Tomé e Príncipe teve um crescimento real positivo bastante significativo.

O declínio do crescimento económico começou a partir dos anos 1980, como aliás ocorreu em todo continente africano , daí que a década 80 tenha sido descrita como a "década perdida". No caso particular de S.Tomé e Príncipe, uma série de factores estiveram na origem do declínio económico. Técnicas deficientes de gestão e a falta de incentivos salariais contribuíram para que a produtividade do trabalho baixasse consideravelmente. O conseqüente declínio da produção, associado à queda acentuada dos preços mundiais e à sobrevalorização progressiva da taxa de câmbio, resultaram em défices operacionais crescentes das empresas produtoras de cacau os quais foram financiados através de transferências de tesouro e do crédito ao Banco Central.

Numa tentativa de diversificar a economia o governo lançou-se num programa ambicioso de investimentos públicos, envolvendo investimentos substanciais (na maioria financiados por créditos externos), nos sectores de construção, bebidas, avicultura, pescas, transportes e turismo). Durante o período 1980-1985, os investimentos públicos representavam em média 48% do PIB. Esses investimentos não contribuíram significativamente para o crescimento económico, muito pelo contrário, a excessiva estabilização da economia bloqueou os resultados dos enormes investimentos realizados, tanto no sector agrícola como no sector industrial, que em conseqüência deram lugar a pesados custos recorrentes e a uma carga onerosa do serviço da dívida. A crise que já se

fazia sentir na década 80, agudizou-se a partir de 1985, o PIB per capita decresceu aproximadamente em 30% em termos reais apesar da adopção de algumas medidas económicas dirigidas para reforçar o sistema de incentivos. Os desequilíbrios internos e externos permaneceram em níveis bastante críticos:

- Tanto o défice fiscal como o da balança de pagamentos representou em média mais de 50% do PIB em 1985;
- montante da dívida externa (incluindo atrasados) ascendia a 86,2 milhões de USD, correspondendo a cerca de USD 750 por habitantes;
- rácio do serviço da dívida em relação às exportações aumentou de 6% em 1981 para 53% em 1985.

Perante esta situação alarmante, o governo decidiu redefinir a sua estratégia de desenvolvimento e, em meados de 1987, foi adoptado o primeiro Programa de Ajustamento Estrutural (PAE) com apoio dos principais doadores internacionais do País, dentre os quais BM, FMI, BAD. No âmbito das reformas institucionais, iniciou-se o processo de reforma administrativa e do sector público empresarial. Assistiu-se a um progressivo afastamento do Estado do sector empresarial e uma política de liberalização do comércio e dos preços foi implementada.

Apesar das medidas adoptadas, dos esforços desenvolvidos e dos sacrifícios consentidos durante a primeira fase do PAE, os objectivos preconizados não foram atingidos:

- crescimento do PIB foi insuficiente para fazer face à taxa de crescimento da população;
- défice fiscal global aumentou de 27,9 milhões de Dobras em 1987 para 50,8 milhões em 1989, devido à progressiva baixa das receitas de exportação resultante da queda brusca dos preços do cacau no mercado internacional, e ao aumento significativo dos investimentos na renovação do cacausal;
- Registou-se uma aceleração da inflação, que passou de 25% em 1987 para 45% em 1989;
- Aumentaram os problemas sociais causados pelo desemprego e a eliminação de subvenção dos produtos alimentares básicos, uma vez que os salários reais do sector público urbano se deterioraram.

Nos primeiros anos da década de 90, foram adoptadas uma série de medidas no domínio da reforma dos sectores agrícola e financeiro e das finanças públicas, visando a melhoria do desempenho da economia. Contudo os desequilíbrios ao nível macro-económicos têm continuado a agravar-se, devido aos seguintes factores:

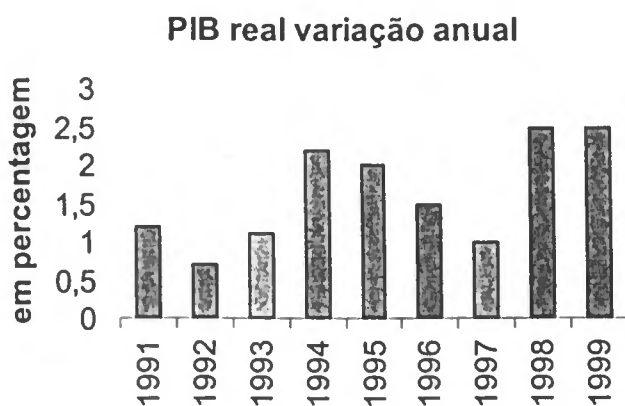
- Desfuncionamento das instituições públicas, que sendo particularmente visível no domínio da implementação das políticas económicas e da gestão das finanças públicas, é um problema que afecta ao conjunto da administração pública;
- Fraca capacidade institucional na absorção de recursos e na realização de programas;

- Ausência de uma estratégia global de desenvolvimento que incluía medidas destinadas a atenuar os custos sociais extremamente elevados para o País e, em particular para as camadas mais vulneráveis da população;
- Financiamento do PAE com uma percentagem elevada de recurso de endividamento externo, levando o País a suportar um fardo de dívida externa incontrolável, acumulando atrasados;
- Má articulação e aplicação das ajudas externas em apoio à S.Tomé e Príncipe (na restauração e modernização da administração pública, no desenvolvimento do capital humano e no fortalecimento da capacidade institucional do Estado).

O rendimento da economia santomense é essencialmente produto do investimento público, nomeadamente nos sectores da agricultura e da construção. O investimento privado é ainda insuficiente e está concentrado nos sectores da hotelaria, comércio, e construção. Poucas iniciativas privadas estão orientadas para actividades de transformação e produção, assistindo a proliferação de actividades do comércio.

A produção e as exportações têm continuado a descer, e a taxa média de crescimento do PIB em termos reais, no período de 1993 à 1997, cifrou-se na ordem de 2,1%. (Figura 4)

Figura Nº4



O efeito conjugado das desvalorizações sucessivas da dobra e a liberalização dos preços tem contribuído para o aumento do custo de vida, agravando a vulnerabilidade das camadas mais desfavorecidas da população, sobretudo nas zonas urbanas, provocando o aumento do nível dos preços (em 1997 a taxa de inflamação estimada era de mais de 81,1%) e a baixa real dos salários. (Quadro n.º11)- Evolução da taxa de inflação e do índice dos preços.

O PESO DA DÍVIDA EXTERNA

O ciclo vicioso do endividamento externo santomense começou com a queda dos preços internacionais do cacau em finais da década de 70, altura em que as receitas de exportação começaram a ser insuficientes para colmatar os desequilíbrios estruturais da economia.

A dívida externa estimada em 1997 totalizou os 270,1 milhões de USD, cerca de seis vezes superior ao valor do PIB, cabendo as instituições multilaterais mais de 60% e as bilaterais 28%. (Quadro n.º 9)

Quadro N.º9 DÍVIDA EXTERNA EM MILHÕES DE USD (Ano de base 1997)

DÍVIDA EXTERNA	1993	1994	1995	1996	1997
Dívida de médio e longo prazo	197,4	214,1	226,8	234	238,3
Credores multilaterais	122,4	136,1	155,2	162,2	162,9
Credores bilaterais	42,8	44,1	71,6	106,9	75,4
Instituições financeiras	26,2	27,5	0	0,8	0
Créditos de fornecedores	6	6,4	0	0	0
Dívida de curto prazo	39,8	31,3	26,8	31,8	31,8
DÍVIDA EXTERNA TOTAL	237,2	245,4	253,6	265,8	270,1
Atrasados	84,4	82,5	50,3	61,1	46,3
Dívida de curto prazo	84,4	82,5	50,3	61,1	46,3
Dívida dem/l prazo	44,6	51,2	23,6	29,3	14,5
Serviço da dívida de m/l prazo programado	123,6	100	109,6	74,53	37,8
Dívida externa total (% das exportações)	2.238,00	2.079,00	2.690,00	2.505,00	1889
Dívida externa total(% do PIB)	531,7	527,6	557,5	585,8	628,1

Fontes: Banco Central de S.Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BI do BP.

A evolução dos rácios do serviço da dívida e da dívida externa total em relação às exportações de bens e serviços e ao PIB respectivamente elucidados no quadro acima demonstram inequivocamente a incapacidade do País em poder cumprir com as suas obrigações externas, se se tiver em conta os critérios de sustentabilidade macro-económica mínima aceitável da dívida externa para um País. Esta situação faz com que a dívida externa constituia um verdadeiro obstáculo ao processo de desenvolvimento, pois que pela sua estrutura os maiores credores são instituições multilaterais, com maior incidência para o Banco Africano de Desenvolvimento e a Agência Internacional de Desenvolvimento, cujas as dívidas não são susceptíveis de reescalonamento ou perdão.

As principais causas do aumento contínuo da taxa de inflação são o financiamento monetário do déficit público e a ausência de mecanismos capazes de mobilizar a poupança interna e de orientá-la para actividades produtivas e não meramente especulativas. Também é preocupante, o nível de desemprego existente no país em 1995 a taxa de desemprego estimada era de 30%. A redução de efectivos da função pública e os

desequilíbrios provocados pela privatização e ou liquidação de algumas empresas públicas, têm agravado o problema de desemprego no país.

O desequilíbrio das finanças públicas tem alcançado umas dimensões preocupantes: em 1997 registou-se um défice primário de aproximadamente 4,0 milhões de dobras, o que significa um distanciamento de 5% do PIB em relação ao objectivo do Orçamento Geral do Estado. Para além disso, a própria estrutura das receitas públicas revelaram uma forte dependência da ajuda externa.

No que diz respeito à execução do orçamento Geral do Estado, ao nível das receitas fiscais, constata-se, em termos nominais, um aumento progressivo das mesmas nos últimos anos, devido à melhor eficácia dos serviços de impostos directos (os resultados atingidos pelos impostos indirectos não foram muito satisfatório, devido ao fraco desempenho dos serviços aduaneiros e ao nível exorbitante das isenções fiscais e demais imposições aduaneiras sobre as importações de mercadorias, fundamentalmente no que concerne ao controlo das mesmas). Mas em simultâneo, assiste-se a uma falta de rigor no controlo das despesas públicas, o que associada à ausência de definição de prioridades, em termos de aplicação das disponibilidades financeiras, faz com que o défice público continue aumentando.

A balança de pagamentos vinha sofrendo de um défice crónico, de há largos anos até meados de 1997, período em que se começou a receber alguma ajuda financeira de apoio à balança de pagamentos, proveniente da República da China- Taipé e da prevista exploração petrolífera na Zona Económica Exclusiva de S.Tomé e Príncipe, o que contribuiu para a inversão da situação em finais de 1997. (Quadro n.º10) – Balança de pagamentos.

Quadro° N.º10 Balança de Pagamentos (em milhões de USD)

	1992	1993	1994	1995	1996
Balança de transacções correntes	-23,1	-23,8	-17,5	-16,7	-19,4
Balança comercial	-17,0	-17,2	-18,6	-17,5	-17,6
Exportações	5,5	6,6	6,5	5,1	5,0
Importações	-22,5	-23,7	-25,1	-22,6	-22,5
Balança de serviços	-18,1	-18,3	-15,9	-21,9	-19,7
Transferências	12	11,7	17,0	22,7	17,9
Balança de capitais	13,1	8,8	8,1	11,3	5,6
Capitais a curto e médio prazo	-1,2	-0,4	2,4	-1,5	0,0
Balança Básica	-11,2	-15,3	-7,1	-6,9	-13,8

Fonte: Banco Central de S.Tomé e Príncipe, 1998

Quadro Nº 11- EVOLUÇÃO DA TAXA DE INFLAÇÃO E DO ÍNDICE DOS PREÇOS

	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Inflação	27,3	21,8	37,7	37,7	50,8	81,1
índice de preços	220,7	268,8	370,2	461	100	223,4
Taxa de câmbio em média anual (dob)	320	430	735	1420	2203	4553

Em 1997 a balança de transacções correntes apresentou uma melhoria, com um défice de USD 1,6 milhões (3,6% do PIB), contribuindo para um saldo global da balança de pagamentos (ligeiramente) positivo. Quer as exportações, quer as importações não se distanciaram muito do habitualmente registado, mas as pequenas variações destas, no sentido ascendente para as primeiras e descendente para as segundas, permitiram um nível de cobertura de 27,6% (valor mais favorável desta década). As exportações não conseguiram alcançar o montante esperado, mas acusaram um crescimento de 8,2% relativamente ao ano anterior (em USD correntes). A fraca produção de cacau, em consequência do ataque de pragas durante a fase do cultivo, foi compensada pelo aumento do preço internacional deste produto, permitindo, assim um desempenho razoável das exportações quando analisadas em termos de valor. (Quadro n.º 12 e 13).

Quadro n.º 12

Quadro n.º 12	Distribuição Geográfica das exportações, 1990-1997									Em % do total 1990 a 1997
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997 (Est)	1990 a 1997	
Alemanha	44,8	18,8	15,4	0	0	0	20,9	5,7	12,5	
China	8,8	2,1	3,9	0	0	0	0	0	1,7	
Holanda	31,1	64,7	34,6	82,7	86,4	70,5	63,9	50,9	61,5	
Portugal	1,6	1	1,9	0,7	0,6	1,9	2	5,7	1,9	
Outros	13,7	13,4	44,2	16,6	13	27,6	13,2	37,7	22,4	
Exportações totais	100	100	100	100	100	100	100	100	100	

Quadro n.º 13

Quadro n.º 13	Distribuição Geográfica das importações, 1990-1997									Em % do total 1990 a 1997
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997 (Est)	1990 a 1997	
Alemanha	0,5	0,2	0,3	1,2	2,6	2,2	1,2	1,7	1,2	
Angola	12,1	9,8	4,5	7,3	4,8	4,4	13,3	6,7	7,7	
Bélgica	8,3	4,8	4,2	6,5	7,6	6,6	10,1	5,8	6,7	
China	0,8	1,5	1,9	1,6	0,9	0	1,2	0	1	
Espanha	12,3	5,5	6,8	0,5	0,4	0,4	2	0	3,4	
França	6,2	6,3	6,7	6,3	10,1	16,8	8,1	17,9	9,7	
Gabão	3,4	2,9	3,2	6,4	1,8	0,8	0,4	0,8	2,6	
Holanda	2	2,9	3,5	1	2,4	2,6	0,8	0	2	
Itália	0,2	0,3	0,2	5,3	1,7	7,1	2,8	0,4	2,3	
Japão	6,7	6,8	7,2	9,8	5,4	14,2	10,1	3,3	8	
Portugal	39,5	35,6	38,7	35,4	28,3	38,2	29	26,3	34,1	
Outros	8	23,4	22,8	18,7	34	6,7	21	37,1	21,3	
Exportações totais	100	100	100	100	100	100	100	100	100	

Fonte: Banco Central de S.Tomé e Príncipe

Em relação às importações denota-se alguma tendência para uma maior despesa em produtos petrolíferos e, inversamente, um menor gasto em produtos alimentares, o qual poderá ser compreendido à luz das reformas que se têm vindo a observar neste sector, nomeadamente o redimensionamento da propriedade agrícola e a sua privatização.

Esta pequena e dispersa produção agrícola, (essencialmente direccionada para auto-consumo) não é captada pelas estatísticas oficiais, mas a diminuição das importações de bens alimentares poderá estar a reflectir o desenvolvimento deste sector.

Tal como a balança comercial, a balança de bens e serviços registou igualmente um desagravamento no seu défice, via proveitos, uma vez que os encargos se situaram num montante semelhante ao registado no ano anterior.

O elevado potencial turístico deste país parece ter vindo a ser gradualmente descoberto. O montante contabilizado nesta rubrica alcançou os USD 4.0 milhões, o que equivale a 75,5% das exportações de bens. Sendo um recurso praticamente inexplorado, poderá haver espaço para o seu desenvolvimento, tornando-se uma das principais fontes de recursos do país.

Um outro facto que contribuiu para os proveitos desta balança consistiu na autorização à prospecção e exploração de petróleo em São Tomé e Príncipe no montante contratual total de USD 5 milhões, correspondendo a 1997 uma tranche no montante de USD 2 milhões.

A diminuição (em USD 12,4 milhões) no défice da BTC durante 1997 é, assim,

explicada pelas transferências unilaterais (as quais alcançaram um valor superior ao registado no ano anterior em USD 10,0 milhões), nomeadamente pelas provenientes de fontes oficiais, responsáveis por 97,5% do total de transferências. O aumento desta rubrica deveu-se, em grande medida, à assinatura de um plano de cooperação com a República de Taiwan no montante de USD 4,3 milhões.

Assistiu-se assim, durante 1997, a um reforço de captação de recursos externos assente nos donativos, em detrimento da utilização de créditos (quer para projectos, quer para apoio à balança de pagamentos), o que, associado a um montante de investimento directo estrangeiro de fraca expressão, provocou um saldo de capitais de m/l prazo de USD 2.7 milhões, contrastando com os USD 11.8 milhões alcançados no ano anterior e os USD 7.3 milhões programados.

O saldo global de balança de pagamentos viria a acusar um excedente de USD 0,8 milhões. No entanto, o aumento das reservas superou bastante este valor em consequência de nova acumulação de atrasados externos no montante de USD 6.5 milhões (situação motivada pelo elevado défice orçamental).

Para 1998 esperou-se a continuação de um forte fluxo de transferências da República de Taiwan e de proveitos relacionados com a autorização à prospecção de petróleo, cuja soma deverá aproximar-se dos USD 11 milhões. O défice da BTC deverá manter-se, assim, num montante reduzido, mas ligeiramente superior ao do ano anterior. Com a perspectiva de uma recuperação dos capitais de m/l prazo (via desembolsos e investimento directo estrangeiro) o saldo global da balança de pagamentos deverá acusar um novo excedente, que se prevê ser um pouco superior ao do ano anterior.

Sem perspectivas de melhoria parece estar a evolução da dívida externa. Ao não conseguir implementar com sucesso as medidas propostas para 1997, São Tomé e Príncipe afastou a possibilidade de uma possível assistência ao abrigo da iniciativa HIPC do FMI e Banco Mundial. No final de 1997, o stock total atingiu USD 267 milhões (608% do PIB e 2143% das exportações de bens e serviços) representando a componente multilateral 60% do total.

O padrão do comércio externo parece indiciar alguma quebra de hegemonia que se vinha verificando nesta década. A Holanda tem perdido peso no mercado de exportação (continuando a ser, no entanto, o principal cliente) dando mais espaço a Portugal e a outros países. O principal fornecedor continua a ser Portugal, estando a França e vários outros Países a ganhar quota. A extrema sensibilidade deste país às variações do apoio externo ficou bem patente no ano de 1998 com significativa diminuição das transferências oficiais

(de USD 31.3 milhões em 1997 para USD 13.3 milhões), facto que contribuiu para tornar deficitário o saldo global da balança de pagamentos (USD 2.0 milhões), face ao ligeiro excedente registado no ano anterior.

A extrema sensibilidade deste país às variações do apoio externo ficou bem patente

no ano de 1998 com a significativa diminuição de transferências oficiais (de USD 31.3 milhões em 1997 para 13.3 milhões), facto que contribuiu para tornar deficitário o saldo global da balança de pagamentos (USD 2.0 milhões), face ao ligeiro excedente registado no ano anterior.

De notar, contudo, que o montante de transferências oficiais (donativos) pode estar subavaliado, uma vez que se observa uma alteração na forma como o apoio externo continuou a ser prestado (essencialmente por Taiwan) privilegiando o apoio directo à execução dos projectos, em detrimento do apoio concedido em dinheiro. Por não envolver uma transferência monetária para as autoridades são-tomenses, o sistema estatístico deste país tem tido alguma dificuldade em contabilizar este apoio.

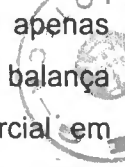
Excluindo as transferências oficiais, a evolução da balança de transações correntes mostrou-se favorável, bem como a evolução dos capitais de médio/longo prazo.

Relativamente a balança comercial, registou-se uma diminuição do seu défice em 1998 (pelo quinto ano consecutivo) em resultado da expansão das exportações (concentradas, em mais de 85%, no cacau) e numa ligeira diminuição dos montantes despendidos com as importações, nomeadamente dos produtos petrolíferos, reflectindo a baixa no preço internacional crude. Apesar da melhoria do ratio de cobertura das importações pelas exportações, este ainda se situa em apenas 35,3%, evidenciando a dependência externa deste país.

Mais expressiva foi a redução do défice da balança de serviços e rendimentos em 1998, situando-se num montante (USD 10.5 milhões) que é cerca de metade dos montantes verificados nos três anos anteriores. O principal determinante para esta evolução consistiu no menor gasto incorrido com acções de assistência técnica. Com efeito, em cada um dos três anos anteriores esta rubrica observou cerca de USD 10 milhões, cerca do dobro da despesa com a importação de produtos alimentares.

Relativamente ao saldo de balança de capitais e financeira de 1998, verificou-se um forte aumento dos recursos captados face a 1997 (situando-se em USD 6,4 milhões), embora este montante permaneça aquém dos valores registados nos anos anteriores a 1997 devido ao menor montante desembolsado para a execução de projectos. Para tal contribuiu a recuperação ao nível do investimento directo estrangeiro, que alcançou USD 4,2 milhões em 1998 (contrastando com os USD 0.4 milhões contabilizados no ano anterior). O impulso no processo de privatizações foi o factor preponderante, destacando-se a alienação de 49% do capital da ENCO, tendo 40% da capital sido adquirido pela Sonangol (a empresa petrolífera angolana) e os restantes 9% por investidores santomenses. O STAFF-MONITORED PROGRAM acordado pelo FMI definiu como adjectivo para a balança de pagamentos de 1999 um saldo global excedentário de USD 2.6 milhões, assente numa redução do défice da BTC (que seria basicamente explicada por uma retoma de donativos) e numa maior captação de capitais de médio/longo prazo (por

3



sua vez explicada por um aumento dos desembolsos para projectos. Para 1999 apenas são conhecidas estimativas provisórias para o primeiro semestre referentes à balança comercial. No entanto, pode-se antever uma nova redução do défice comercial em consequência de uma redução das importações, caso a contenção das despesas de capital efectuadas pelo Estado, verificadas no primeiro semestre de 1999, continue a verificar-se durante a Segunda metade do ano. Programa estabelecido com o FMI for cumprido, poderá eventualmente vir a ser firmado um acordo ESAF, como primeira etapa para a elegibilidade à iniciativa HIPC de redução desta iniciativa. O acordo teria de ser firmado até ao final do ano 2000. Tal como nos anos anteriores a dívida externa voltou a aumentar em 1998. Totalizou 274.3 milhões (672% do PIB) mais USD 7.1 milhões (64.0 pontos percentuais) que no ano anterior, sendo quase 50% desta variação explicada por acumulação de atrasados, essencialmente sobre credores bilaterais. No entanto, 68.4% do total de stock de dívida externa refere-se a credores multilaterais, o que reafirma a importância directa da iniciativa HIPC como um mecanismo essencial para alcançar um nível de dívida sustentável. O programa acordado com o FMI no início de 1999 não permite a acumulação de novos atrasados perante credores multilaterais. Relativamente aos principais parceiros comerciais, embora se verifique uma maior diversificação, Portugal e Holanda continuam a ser o principal fornecedor e cliente de mercadorias, respectivamente.

4.1 PROCURA, PRODUÇÃO E PREÇOS

Após três anos sucessivos de diminuição da actividade económica, as estimativas para o crescimento real do produto apontam para uma taxa idêntica à taxa anual de crescimento populacional (2,5%).

Para esta recuperação terá contribuído, de forma notória, o novo fôlego na adopção das reformas estruturais, sendo de destacar a realização do plano de acção traçado para reduzir a pobreza, através da distribuição à população de terras cultiváveis do Estado e do arrendamento, a longo prazo, de grandes propriedades estatais.

Num país caracterizado por uma agricultura de subsistência e de condições climáticas que propiciam, à partida, um forte potencial de crescimento desta actividade, a adopção destas medidas revelou-se bastante adequada para a dinamização da produção agrícola e das actividades comerciais afins.

Paralelamente, estas medidas permitem uma maior diversificação - a produção de cacau é responsável pela quase totalidade das exportações, embora se projecte uma diminuição do seu peso relativo com a execução da reforma agrícola - o que poderá tornar a economia menos dependente da flutuação do preço internacional deste produto. No entanto, em 1998 a produção de cacau beneficiou do aumento de preço deste produto, registando-se igualmente um aumento no volume produzido.

Apesar de a grande maioria da população se dedicar à agricultura, as estatísticas (de

pouca fiabilidade) atribuem um peso ao sector primário de cerca de ¼ do PIB, reflectindo uma estrutura produtiva essencialmente determinada para o consumo próprio, a qual escapa ao apuramento da contabilização das estatísticas oficiais.

Durante 1997, as estatísticas apontam uma diminuição do crescimento real do PIB, pelo terceiro ano consecutivo, estimando-se em 1,0%. Com uma taxa de crescimento populacional que ronda os 2,5% ao ano, o PIB per capita ter-se-á situado em cerca de USD 326, correspondendo o valor mais baixo desta década.

Estes valores devem ser encarados com a devida reserva, dado que a informação oficialmente contabilizada no domínio das contas nacionais, apesar de todos os esforços encetados nos últimos anos, continua a reflectir um sistema de produção de informação de estatística bastante deficiente, em resultado de dificuldades técnicas (por falta de meios humanos e materiais) e de uma estrutura produtiva marcadamente vocacionada para o auto-consumo, a qual não é apurada na contabilização das estatísticas oficiais.

A revisão, efectuada em 1995, das séries oficiais do PIBpm desde 1990 permitiu uma maior cobertura dos sectores económicos oficiais, ou seja de actividade não paralelas. No entanto, a abrangência mantém-se insuficiente e as séries apuradas continuam a subestimar a evolução dos preços.

O principal factor que esteve na base de uma nova estimativa em baixa (quer face ao inicialmente previsto quer face ao ano anterior) para o crescimento real do PIB assentou numa produção de cacau inferior à registada nos anos anteriores.

Esta representa 95% do sector primário, o qual contribui em cerca de 25% para a formação do PIB. A contribuição por volta dos 55%, do sector terciário, algo exagerada num país com o nível de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, reforça a convicção da fraca abrangência das estatísticas e o elevado peso de uma economia informal no sector primário.

Na óptica da despesa observa-se uma melhoria apreciável na contribuição das exportações para a formação do produto, desenvolvendo-se tal evolução a um aumento no preço internacional do cacau, que mais que compensou a quebra na produção deste produto. As restantes rubricas continuam a evidenciar uma economia significativamente dependente do exterior, bem patente no facto de as importações representarem valores idênticos ao do produto interno e de o investimento (resultante, do índice de preços. Com efeito, a celebração da cadência inflacionista que se observava em S.Tomé e Príncipe desde finais de 1996 inverteu a sua tendência em Abril de 1998, bem patente no facto de a inflação homóloga se situar sistematicamente aquém da inflação média, as quais encerraram o ano em 20.9% e 50.5%, respectivamente. Para esta evolução contribuiu decisivamente o menor crescimento monetário (16.3% em 1998 relativamente aos 93.8% registados no ano anterior), o qual se situou aquém da variação nominal do produto.

No início de 1999, as autoridades Santomenses começaram a seguir um programa

económico elaborado conjuntamente com o FMI designado por STAFF-MONITORED PROGRAM. Trata-se de uma definição de medidas e metas trimestrais para 1999 (ao nível do reforço da posição fiscal e das contas externas e limitação do financiamento do Estado junto do Banco Central), sem apoio financeiro por parte do Fundo, e que poderá, caso a sua adopção venha a provar os resultados esperados, abrir a possibilidade a eventuais conversações sobre o estabelecimento de um programa ESAF.

O programa económico acordado com o FMI prevê um crescimento real do produto novamente de 2,5% e uma redução de taxa de inflação homóloga para 10.0%. Relativamente à evolução dos preços, constata-se um esforço efectivo por parte das autoridades em manter a redução da cadência inflacionista em resultado, essencialmente de um maior rigor orçamental, que contribuiu para um crescimento monetário no primeiro semestre de 1999 de apenas 5% (face aos 19% programados para o ano).

A manter-se esta evolução, o objectivo de reduzir a inflação homóloga de 20.9% em Dezembro de 1998 para 10.0% em Dezembro de 1999 afigura-se viável. De facto, em Junho de 1999 a inflação acumulada quedou-se pelos 5.0% (metade do programado para todo o ano) e a inflação homóloga situou-se em 11.7% o que constitui a taxa mais registada nesta década. O desafio que as autoridades enfrentam é prosseguir o controlo da inflação, dada a forte pressão para o aumento das despesas, nomeadamente das despesas de capital, cujo grau de execução no primeiro semestre foi de apenas 6.1%

Vive-se presentemente uma grande expectativa em São Tomé e Príncipe relacionada com a possível exploração de petróleo nas suas águas territoriais. O assunto não é novo e a questão que ainda continua em aberto consiste em saber se as reservas de petróleo que têm sido encontradas em resultado das diversas pesquisas recentemente realizadas são, ou não economicamente viáveis. Existe ainda relativamente pouco explorado um outro recurso natural com um forte potencial de desenvolvimento dadas as características naturais privilegiadas deste país: o sector turístico.

É de realçar que com o Projecto de Privatização das Terras, alguns beneficiados como os pequenos agricultores preferem cultivar as hortícolas onde a procura no mercado nacional é elevada, suportando a luta pela sua sobrevivência e da sua família.

4.2 Mercado de trabalho

A situação de emprego no país tem sido ,e continua a ser, uma preocupação geral, uma vez que os níveis de ocupação da população activa são baixos e a taxa de desemprego é muito elevada.

O sistema educativo em S.Tomé e Príncipe apresenta ainda uma enorme deficiência no tocante à articulação com o mundo de trabalho, de modo a que através deste pudesse ser mais útil no processo de desenvolvimento sócio-económico do País.

A formação técnicoprofissional, enquanto vertente da acção da educativa ligada de forma mais directa e imediata ao mundo de trabalho e da produção, confronta uma situação de autêntica asfixia e completo estrangulamento. Várias razões se podem tirar, mas no entanto uma parece ser a principal e neste caso determinante mesmo sobre todas as demais. Trata-se da exiguidade do próprio mercado interno, mesmo em termos puramente comerciais e portanto, conseqüentemente também em termos laborais e de emprego.

A reduzida dimensão do mercado de trabalho torna extremamente polémica e complexa a problemática da formação profissional. Por um lado, o País necessita de quadros técnicos de nível intermédio ou auxiliar, susceptíveis de se formar localmente, para completar a acção dos outros de formação média e superior; mas entretanto, por outro lado, o seu número não pode ir para além da capacidade de absorção do mercado, que é neste caso particularmente limitada. Assim se completa extraordinariamente a situação, ao tornar-se simplesmente desaconselháveis a criação e manutenção de estruturas de formação técnicoprofissional com carácter permanente, ministrando cursos regulares, que rapidamente estariam perante a saturação do mercado.

Também o facto do sistema educativo ser linear e sem saídas vocacionais ou profissionalizantes faz, por outro lado, crescer a frustração no seio dos jovens que, uma vez concluída a 11ª classe, se vêem na incómoda situação de nem poder prosseguir os seus estudos por falta de bolsas de estudos, nem de conseguir um emprego condigno, por falta de formação específica. Este fenómeno estará certamente na base de uma certa conduta, que tende a adoptar por vezes grande parte da juventude, num misto de irreverência, muita indiferença e alguma rebeldia incontida. Sublinhe-se que é exactamente a partir desta juventude que o próprio Sistema vai, em jeito de refluxo ou de retroalimentação talvez, reproduzir e generalizar tal sentimento e tal conduta, ao encontrar precisamente no seio dela o manancial onde recrutar os seus docentes de ocasião, num autentico ciclo vicioso que assim se gera, se move e se promove incessantemente.

Se o sector de serviços, largamente dominado pelos serviços públicos e administrativos, for excluído da análise, o sector agrícola é predominante em toda a actividade produtiva.

A distribuição da população activa por sector de actividade é apresentada no quadro seguinte onde se discrimina o número de trabalhadores por sector de actividade entre o período de 1989 a 1993.

A análise e descrição da distribuição da população por sectores de actividade completa-se com a caracterização da população segundo a condição de actividade, onde se destaca a população activa, a população reformada e o número de desempregados e sua evolução entre 1981 e 1991.

O sector terciário é o que tem gerado mais emprego, embora os dados apresentados

mostrem que o sector primário teve também um papel importante na criação de novos postos de trabalho, inversamente o sector secundário é aquele que menor importância tem e o que menos contribui para a melhoria das oportunidades de trabalho.

A função pública tem ainda uma enorme importância, tendo-se verificado uma clara contenção no aumento do número de postos de trabalho revelando os dados disponíveis uma redução absoluta.

Também de grande relevância são os dados apresentados relativos à evolução real do salário médio por sector de actividade. Verificou-se, claramente a partir de 1987, uma redução generalizada dos níveis salariais. Esta evolução, a que não serão alheios os esforços de contenção do consumo e de reorganização da economia, por forma a encontrar uma situação sustentável do ponto de vista dos equilíbrios macro-económicos (Planos de Ajustamento Estrutural), criam tensões enormes do ponto de vista social facilmente compreensíveis e que podem conduzir a situações de ruptura.

Os sectores em que essa redução mais se fez sentir até 1992, de acordo com os dados disponíveis apresentados, foram os sectores dos transportes, agricultura e pescas.

A administração pública parece ser o sector que menos penalizado foi, como vimos, fosse sujeito a uma redução de pessoal.

A análise e descrição da distribuição da população por sectores de actividade completa-se com a caracterização da população segundo a condição de actividade, onde se destaca a população activa, a população reformada e o número de desempregados e sua evolução entre 1991 e 1999.

4.3 ASPECTOS DA SITUAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

As finanças públicas consistem na principal fonte geradora de desequilíbrios macro-económicos em São Tomé e Príncipe. Uma consolidação duradoura da condução da política orçamental poderá aliviar a pressão que o Estado exerce sobre a economia, quer pela ineficiente captação de recursos para o sector público, quer pela prática de injeção monetária e consequente instabilidade nominal.

Desta forma, é de realçar os progressos, embora modernos, que se observaram em 1997, nomeadamente a diminuição do défice global (base compromissos). Em termos do PIB, o seu valor situou-se nos 26.7%, o que compara com um nível orçamentado de 35.1% e registado no ano anterior de 32.2%. Apesar de continuar bastante elevado, este valor representa o resultado mais favorável da década.

Relativamente a um nível de despesas totais semelhante ao verificado no ano anterior (cerca de 70% do PIB), a evolução positiva é, assim, explicada pelas rubricas de receitas. Analisando-as face ao PIB, observa-se que as receitas tributárias, receitas não tributárias e donativos melhoram relativamente a 1996, superando, inclusivamente, os

valores alcançados em 1995 (com excepção das receitas não tributárias), ano em que se verificou um saldo corrente, excluindo os juros da dívida pública, positivo.

O mérito do aumento das receitas é, de certa forma, esbatido quando se observa que o principal impulso resulta da rubrica dos donativos, mais uma vez o valor elevado registado nesta década, o qual alcançou 27.8% do PIB, excedendo o valor orçamentado.

Desta forma, o ano de 1997 confirmou o que já se vinha verificando nos anos anteriores: um forte peso dos donativos no total de receitas, os quais foram responsáveis por 64% destas.

A evolução favorável das receitas correntes reflectiu, igualmente, um outro facto extraordinário, embora de menor amplitude, que consistiu na arrecadação de receitas relacionadas com a autorização à prospecção e exploração de petróleo nas águas territoriais de S.Tomé e Príncipe.

Descontando este facto, as receitas correntes revelam um relativo insucesso em matéria fiscal, como por exemplo nos impostos aduaneiros (quer ao nível da arrecadação de receitas, quer ao nível da eliminação de isenções atribuídas no passado).

Do lado das despesas constata-se que a não alteração do seu valor total em termos do PIB esconde, alterações importantes em algumas das suas rubricas. No caso das despesas correntes, as relacionadas com o pessoal situaram-se em 5.9% do PIB (mais 1.7 pontos percentuais que no ano anterior), em consequência do significativo aumento dos salários da função pública.

Outra categoria de despesas que registou igualmente um maior valor em termos do PIB consistiu na rubrica juros da dívida pública, mas a diminuição das transferências fez com que o valor das despesas correntes se apresentasse semelhante ao nível do ano anterior (cerca de 27.5% do PIB).

O total de despesas de capital manteve-se, igualmente, ao mesmo nível do ano anterior (representando 42.2% do PIB). Estas resultam praticamente na totalidade de financiamento externo (cerca de 97%) confirmando, mais uma vez, a extrema dependência deste país do exterior. Contudo, as despesas de capital quedaram-se bastante aquém do orçamentado – constituindo a única rubrica que apresentou um afastamento considerável – situando-se em 42.2% do PIB, contra os 51.6% esperados, traduzindo um menor peso das despesas financiadas internamente e, sobretudo, das financiadas através de desembolsos sobre o exterior.

O incumprimento das obrigações internas e externas constituiu a principal forma de financiamento do défice. De particular importância revestiu-se o aumento dos atrasados externos pelo não pagamento dos juros devidos e, sobretudo, pela não liquidação das prestações de capital em dívida. Em relação ao financiamento interno bancário, verificou-se mais uma vez que o valor orçamentado foi excedido. Este não resultou directamente da concessão de crédito ao SPA, mas da diminuição dos seus depósitos orçamentais no

sistema bancário e, em menor grau, da utilização de parte dos fundos de contrapartida.

Para 1998 espera-se a continuação de um forte peso dos donativos nas receitas e um reforço das despesas de capital superior ao aumento dos primeiros, estimando-se, assim, um agravamento no défice orçamental (base compromissos) em quase 10 pontos percentuais, havendo, contudo, alguma margem de manobra para o seu financiamento através da utilização dos fundos de contrapartida acumulados durante o ano de 1997 e previstos realizar ao longo de 1998.

Particularmente importante para a estabilidade macro-económica reveste-se a condução da política fiscal, uma das principais responsáveis pelos desequilíbrios macro-económicos que têm caracterizado a economia de S.Tomé e Príncipe. Em 1998, as contas públicas registaram um agravamento do saldo global (base compromissos), situando-se em 30.5% do PIB, face aos 26.7% registados em 1997, (valor mais favorável da década). Apesar do agravamento do saldo global - significativamente influenciado por uma menor captação de donativos - a análise às diversas rubricas permite constatar uma maior captação de receitas correntes, quer face ao ano anterior, quer relativamente ao orçamento para 1998.

Para a recuperação das receitas correntes concorreram alguns factores decisivos, sendo de destacar (I) o maior esforço ao nível da auditoria fiscal, (II) a concretização dos resultados esperados com a introdução do sistema Sydonia (sistema de controlo de fluxos alfandegários), bem patente no facto dos impostos sobre as importações terem mais que duplicado quando estas diminuíram 6.3% e (III) o facto de a privatização parcial da ENCO ter obrigado a uma maior disciplina fiscal da empresa, o que se traduziu num reforço na arrecadação de impostos aduaneiros e de impostos sobre o consumo de combustíveis. Desta forma, o aumento das receitas correntes viria a ultrapassar inclusivamente o valor orçamentado (em 3.4 pontos percentuais face ao PIB).

Constata-se igualmente alguma contenção ao nível das despesas correntes, que aumentaram menos de um ponto percentual face ao ano anterior e situaram-se ligeiramente aquém do valor orçamentado. Ao nível das rubricas verificaram-se alguns desvios, podendo estes ser identificados nas rubricas de despesas com o pessoal (reflectindo a adopção de uma nova grelha salarial para o pessoal militar) e despesas com bens e serviços.

Paralelamente à melhor posição das contas correntes do Estado, cujo saldo deficitário desceu de 12.2% do PIB em 1997 para 9.3% em 1998, verificou-se uma significativa redução das despesas de capital financiadas externamente, reflectindo a quebra dos donativos em 18.1 pontos percentuais face ao PIB. Contudo, em termos do PIB a redução no total de despesas de capital viria a ser ligeiramente atenuada com o reforço das despesas financiadas internamente, situando-se o total das despesas de capital em 30.9% do PIB, reflectindo um grau de execução de 57.6%. Excluindo os donativos, em

1998 o défice orçamental global situou-se em 40.2% do PIB, o que traduz uma diminuição de 14.3 pontos percentuais relativamente ao registado no ano anterior. O saldo primário, excluindo os donativos e as despesas de capital financiadas externamente, registou um ligeiro excedente (0.7% do PIB) face a dois anos em que se apresentou deficitário.

O financiamento do défice, contrariamente ao verificado no ano anterior, assentou em recursos internos (17.7% do PIB), através da contrapartida recebida pela prospecção de petróleo (4.0 milhões), da receita de privatização parcial da ENCO (USD2,6 milhões) e ainda através do crédito concedido ao Estado pelo BCSTP. Verificou-se uma nova acumulação de atrasados externos (8.7% do PIB), essencialmente sobre credores bilaterais.

O programa orçamental para 1999 acordado com o FMI prevê uma redução do défice global para 25.6% do PIB, que a verificar-se seria o valor mais baixo da década. A fragilidade deste valor (recuperação esperada dos donativos de 9.7% do PIB para 22.4%), tal como se observou em 1998, não apresenta uma constância suficientemente regular e previsível. De facto, a análise das contas públicas referentes à primeira metade de 1999 (com a necessária reserva de estas estimativas ainda poderem ser revistas) permite constatar que os donativos captados não atingiram sequer $\frac{1}{4}$ do valor orçamentado. As despesas de capital com financiamento externo, em grande medida resultantes desses donativos, não acusam qualquer gasto, mais que contrabalançando, assim, uma captação de donativos muito inferior, e tiveram de ser canalizados recursos internos para as despesas de capital, constatando-se que nos primeiros seis meses já foi excedido o montante orçamentado para todo o ano de 1999.

Relativamente às receitas e despesas correntes registadas no primeiro semestre o seu valor não se encontra significativamente afastado do orçamentado, observando-se um grau de execução de 45.4% e de 46.1%, respectivamente. O maior controlo sobre esta categoria de despesas observado em 1998 parece assim, manter-se em 1999. Trata-se, inclusivamente, de um dos objectivos na esfera das finanças públicas, a par com outras reformas programadas na administração fiscal, como o reforço dos meios técnicos e a formação dos recursos humanos, o aprofundamento das auditorias fiscais e a reformulação do complicado sistema de taxas e isenções que se tem revelado propício à fraude evasão fiscais.

4.4 ASPECTOS DA SITUAÇÃO MONETÁRIA, FINANCEIRA E CÂMBIAL

A condução da política monetária – tradicionalmente executada com pouco rigor e cujas consequências de instabilidade nominal afectaram o desenvolvimento económico e degradaram o nível de vida – foi, a par com a condução da política fiscal, outra área onde São Tomé e Príncipe demonstrou um maior controle durante 1998.

O programa anual para o crescimento monetário – habitualmente excedido todos os anos em elevados montantes – definiu para 1998 uma taxa de crescimento de 20.7%. No entanto, esta quedou-se pelos 16.3% (contrastando com os 93.8% alcançados em 1997), o que contribuiu decisivamente para uma expressiva estabilidade cambial e redução de inflação.

Uma ressalva deve, contudo ser feita relativamente ao passivo da síntese monetária, que corresponde ao facto de a conta Outras Rubricas Líquidas apresentar um valor significativamente elevado, o qual poderá ser responsável por alguma subavaliação do crescimento monetário em 1998 - ideia reforçada pelo facto de a taxa de crescimento monetário em 1998 se apresentar inferior à taxa de inflação e à taxa de crescimento nominal do PIB.

O crescimento monetário registado em 1998, ao contrário do observado em 1997, assentou na expansão do crédito interno total, uma vez que as disponibilidades líquidas sobre o exterior apenas aumentaram ligeiramente, reflectindo a menor captação de donativos.

O aumento do crédito interno total é explicado em 55% por uma maior montante de crédito concedido ao SPA e por uma diminuição dos depósitos do Estado, que reflectiu a contracção dos depósitos em moeda estrangeira, uma vez que os depósitos orçamentais e resultantes de fundos de contrapartida recuperaram face ao ano anterior. Relativamente aos fundos de contrapartida, a partir de 1998 começaram a ser exclusivamente depositados no BCSTP, o que contribuiu para reduzir a liquidez dos bancos comerciais. No entanto, tal não impediu que o crédito ao sector privado aumentasse 85.4%.

As taxas de juro tornaram-se positivas em termos reais (não obstante os bancos comerciais terem baixado o valor nominal destas). A média anual de ITCE depreciou 32.0% em termos nominais e manteve-se ao mesmo nível em termos reais.

Para 1999, as autoridades são-tomenses comprometeram-se a respeitar um programa que previa um crescimento monetário de 19%. As estimativas preliminares referentes ao primeiro semestre do ano apontam para uma taxa que não deverá exceder os 5%, (o que representa $\frac{1}{4}$ da expansão da massa monetária programada para 1999).

O crescimento monetário aquém do programado no primeiro semestre de 1999 não pode ser dissociado da mais contida e prudente condução das despesas fiscais, facto bem patente na contracção, na ordem dos 30%, registada no crédito líquido ao SPA. Paralelamente, a menor captação de donativos revelou-se como um factor exógeno à actuação das autoridades monetárias e que contribuiu decisivamente para esta evolução no crescimento monetário. Convém salientar que se regista um valor contabilizado em outras rubricas líquidas que é praticamente o dobro do registado no final de 1998, pelo que é novamente necessário alguma prudência na interpretação destes valores.

O BCSTP efectuou durante 1999 algumas operações de secagem de liquidez de

moeda nacional, através da venda de divisas aos bancos comerciais. Esta medida contribuiu para a estabilidade cambial, embora relativamente ao USD (moeda de destaque na função de reserva de valor) se tenha registado uma desvalorização da moeda de 4.1%, o que pode ser compreendido dada a valorização internacional do USD no período.

A maior confiança no sistema financeiro (associada à maior estabilidade da moeda Santomense) e o aumento das taxas de juro em termos reais traduziu-se num reforço dos depósitos bancários. No entanto, este apresentou-se mais expressivo no caso dos depósitos em moeda estrangeira, nos quais representam cerca de metade do total dos depósitos. Face a uma situação em que se registou uma contracção da circulação da moeda nacional é um indício positivo da maior confiança no sistema financeiro, situação que constitui um passo importante para incrementar a intermediação financeira.

Em Maio de 1997, as autoridades Santomenses decidiram implementar um pacote de políticas de ajustamento com o objectivo de minorar a instabilidade nominal e a degradação do PIB per capita. No entanto, a sua implementação revelou-se bastante incompleta e as contas monetárias evidenciaram uma nova derrapagem no crescimento da massa monetária (93.8), superando, de novo, largamente a meta programada, (34.2%) e continuando, assim a alimentar a cadência inflacionária.

O crescimento monetário em 1997, esteve associado ao aumento dos activos externos, nomeadamente a captação do elevado montante de donativos. Esta expansão foi parcialmente esterilizada com a constituição de fundos de contrapartida.

Ainda que insuficiente, a constituição dos fundos de contrapartida permitiu uma contracção do crédito líquido ao SAP e do crédito interno total. O crédito à economia evidenciou um crescimento de 35.7%, mais uma vez suplantado o programado.

O crescimento da massa monetária assentou, sobretudo, no aumento da quase-moeda (constituída praticamente na totalidade – 98.8% - por depósitos em moeda estrangeira) e na circulação monetária, consequência de uma economia caracterizada por uma procura de moeda fortemente determinada pelo motivo de transacções. Com uma variação de menor amplitude relativamente às duas outras anteriores apresentou-se a evolução dos depósitos à ordem, os quais se situaram, no final de 1997, aquém do valor alcançado pela quase-moeda. A preferência pelos depósitos em moeda estrangeira em detrimento da detenção de meios de pagamento mais líquidos como os depósitos à ordem e, embora com menor amplitude, a circulação monetária reflecte, assim, o custo de oportunidade resultante da erosão monetária a que os agentes estão sujeitos nesta economia marcada pela inflação (e consequente rendibilidade negativa dos depósitos em moeda nacional) e desvalorização da moeda.

As taxas de juro não acompanharam o aumento da inflação tornando-se ainda mais negativas em termos reais. Esta situação tem dificultado o desenvolvimento do sistema financeiro e perpetuado práticas bancárias indesejáveis de intermediação, nomeadamente

a referente a depósitos de moeda estrangeira no exterior, o que fomenta a procura de divisas no mercado paralelo e pressiona a depreciação nominal da dobra. De facto, mais uma vez se verificou, com particular acuidade durante o ano de 1997, que a degradação das condições monetárias se viria a reflectir nos indicadores cambiais índice de taxa de câmbio nominal efectiva sofreu uma depreciação de quase 50%. A depreciação real situou-se nos 14%. Nos primeiros meses de 1998, observa-se um aumento do diferencial da taxa de câmbio oficial face à paralela, atingindo 5% em Junho

Por o crescimento monetário suplantarem sistematicamente os valores programados e admitindo a incapacidade em controlar os agregados monetários, o Banco Central decidiu abandonar os instrumentos monetários directos. Em julho de 1997 liberalizou as taxas de juro e eliminou os limites de crédito (os dois instrumentos de controlo directo que vinha utilizando na tentativa de conter o crescimento da moeda) e no mesmo mês substituiu a de taxa de redesconto por um mecanismo de assistência extraordinária de muito curto prazo, de características muito semelhantes às operações de redesconto.

Paralelamente, de modo a dispor de um instrumento mais flexível, o Banco Central instituiu as Letras de Regulamentação Monetária (LRM's). Está previsto serem emitidas em dobras, mas indexadas ao USD, ou seja, estão sujeitas a um procedimento de ajuste automático de acordo com as variações na taxa de câmbio oficial média do USD, entre a data de colocação e a do seu vencimento. Serão colocadas a desconto e os prazos de colocação serão de um mínimo de três meses e de um máximo de doze meses. O montante máximo que o Banco Central está autorizado a emitir está limitado em STD 10 milhões (cerca de USD 1.45 milhões).

A vantagem na indexação ao USD consiste em oferecer um meio de aplicação de poupança suficientemente atractivo que redirecciona as aplicações nos depósitos em moeda estrangeira. Pretende-se, assim, contribuir – a par com um coeficiente de reservas obrigatórias único (22%) para os depósitos em moeda nacional e estrangeira para a menor pressão de procura de moeda estrangeira e menor depreciação da dobra.

SEGUNDA PARTE

AS ELITES DE S.TOMÉ E PRÍNCIPE: OPINIÕES E EXPECTATIVAS

5. INTRODUÇÃO

O inquérito às Elites de S.Tomé e Príncipe foi concebido para captar as opiniões e as expectativas das elites de S.Tomé e Príncipe em relação à situação sócio-económica em que o país atravessa.

Por elites entende-se os cidadãos com poder de decisão ou execução de políticas públicas, (políticos, intelectuais e empresários).

Neste capítulo V apresenta-se o relatório técnico do inquérito às elites de S.Tomé e Príncipe, com a sua descrição e análise dos resultados.

Na secção 5.1 apresenta-se a ficha técnica do inquérito; na secção 5.2 faz-se a descrição e análise dos resultados. Esta descrição estatística serve para conferir sobre a adequação do processo de codificação e carregamento de dados, e servir de base no posterior tratamento e análise dos dados do inquérito. Na secção 5.3 as conclusões finais que colmatam com a terceira e última parte desta tese.

5.1 Ficha Técnica do Inquérito

A preparação do inquérito seguiu as seguintes etapas:

- 1.Elaboração de uma moldura do universo a inquirir;
- 2.Selecção aleatória dos 150 indivíduos a inquirir;
- 3.Distribuição dos 150 inquéritos em Janeiro de 2000;
- 4.A recolha que obedeceu uma certa insistência aos inquiridos, visto que, o País encontrava-se mergulhado numa greve generalizada, dando origem a que a solicitação de entrega não obedecesse a um certo ritmo que se esperava, mas considerou-se o inquérito terminado em fevereiro de 2000.

A Amostra

A evolução da recepção dos inquéritos no período de lançamento foi o seguinte:

Quadro Nº13.1 : Evolução dos inquéritos recebidos

Data	15/1/2000	15/2/2000	23/2/2000
Nº de inquéritos recebidos	50	90	115

Obteve-se 115 respostas, que dão para um nível de significância de 95% uma margem de erro de +/-2,4% para dados globais.

- O número total de inquéritos distribuídos foram 150.
- O número de inquéritos devolvidos foi 0

-O número total de respostas foi de 115.

-A Taxa de resposta foi de 76,6%.

O questionário

O inquérito está organizado em cinco secções: (1) Informação Sócio-demográfica; (2) Informação sobre actividades; (3) Informação profissional; (4) Informação sobre S.Tomé e Príncipe; (5) Informação sobre valores e atitudes.

As questões colocadas eram predominantemente questões qualitativas, vide questionário em anexo, e permitiram atingir o objectivo do inquérito.

Objectivo do inquérito

O objectivo do inquérito é de servir de instrumentos de análises sobre a situação política, social e económica de São Tomé e Príncipe.

O modelo utilizado para analisar e testar as opiniões saíram três hipóteses sobre as seguintes questões:

Questão de pesquisa 4.1: Quais são os principais problemas da África actual?

Questão da pesquisa 4.2: Quais são os principais problemas de S.Tomé e Príncipe?

Questão da pesquisa 4.3: Que tipo de políticas económicas e sociais são prioritárias em S.Tomé e Príncipe?

As respostas às estas questões proporcionarão sugestões valiosas e opções sobre o desenvolvimento de S.Tomé e Príncipe para o século XXI de forma a ultrapassar a crise que se vem arrastando em todo o país. Outras questões podem ser exploradas com base neste inquérito, dependendo da imaginação do investigador.

Analizamos por ordem sequencial: i) os problemas d' África; ii) os principais problemas de São Tomé e Príncipe e iii) as políticas económicas e sociais prioritárias para São Tomé e Príncipe.

5.2 DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS

Questão 4.1: Quais são os principais problemas d' África actual?(Assinale com x os campos que quizer).

Demasiados em muitos problemas

Os processos de integração Africana estão poucos desenvolvidos

Os mercados internos são pequenos

Os países africanos estão marginalizados no comércio internacional

A conflitualidade social e tribal não permite o desenvolvimento

A corrupção não permite o desenvolvimento

As más políticas comerciais (tarifas e taxas) não permitem o desenvolvimento

A relação entre o sector transaccionável e não transaccionável não incentiva o desenvolvimento

A educação não incentiva o desenvolvimento

As instituições e o sistema de incentivos não incentiva o desenvolvimento

A cooperação económica não incentiva o desenvolvimento

Outro factor (qual?)

Quadro Nº 14

Designação	Números de respostas	Intervalo	Média das respostas no intervalo
Prob1-muitos	98	1-1.00	9082
Prob2-integ	72	1-1.00	7639
Prob3-peque	77	1-1.00	8312
Prob4-margin	61	1-1.00	7705
Prob5-tribal	76	1-1.00	8026
Prob6-corrup	84	1-1.00	9048
Prob7-tarif	67	1-1.00	7463
Prob8-trade	60	1-1.00	6833
Prob9-educa	54	1-1.00	7037
Prob10-coop	55	1-1.00	6909
Prob11-instit	55	1-1.00	6000
Prob12-OUT	45	1-1.00	3556

Verifica-se que os principais problemas identificados são: 1º demasiados em muitos problemas; 2º A corrupção; 3º Os mercados internos são pequenos; 4º A conflitualidade social e tribal; 5º Os países africanos são marginalizados no comércio internacional; 6º Os processos de integração africana estão pouco desenvolvidos; 7º As más políticas comerciais (tarifas e taxas) não conduzem ao desenvolvimento; 8º A educação não promove o desenvolvimento; 9º As instituições e sistemas de incentivos; 10º A cooperação económica; 3º Outros problemas são insignificantes.

Interessa neste contexto captar a posição relativa de diferentes itens. A título de exemplo a educação é o problema que vem na última posição, mas é de realçar que se trata de um problema prioritário. A corrupção em segunda posição é claramente um problema prioritário. Concluiu-se que a corrupção e a pequenez dos mercados internos parecem que constituem os principais problemas identificados.

Questão 4.2: Quais os principais problemas de São Tomé e Príncipe? (assinale com x os campos que quiser)

	1	2	3	4	5
Demasiados em muitos problemas					
Os processos de integração Africana estão pouco desenvolvidos					
Os mercados internos são pequenos					
Os países africanos estão marginalizados no comércio internacional					
A conflitualidade social e tribal não permite o desenvolvimento					
A corrupção não permite o desenvolvimento					
A relação entre o sector transaccionável e não transaccionável não incentiva o desenvolvimento					
A educação não incentiva o desenvolvimento					
A cooperação económica não incentiva o desenvolvimento					
As instituições não incentivam o desenvolvimento					
Outro factor (qual?)					

Quadro 15

Designação	Números de respostas	Intervalo	Média das respostas no intervalo
ST1-muitos	107	1-5.00	4.22
St2-integ	90	1-5.00	3.17
St3-peque	97	1-5.00	4.16
St4-margin	95	1-5.00	3.83
St5-tribal	96	1-5.00	3.57
St6-corrup	106	1-5.00	4.38
St7-tarif	96	1-5.00	3.83
St8-trade	96	1-5.00	3.48
St9-educa	98	1-5.00	3.72
St10-coop	96	1-5.00	3.43
St11-instit	94	1-5.00	3.24
St12-OUT	70	1-5.00	3.12
	58	1-5.00	

Verifica-se que os principais problemas de São Tomé e Príncipe são: 1º A corrupção não permite o desenvolvimento; 2º Demasiados em muitos problemas; 3º Os mercados internos são pequenos; 4º As más políticas comerciais (tarifas e taxas) não permitem o desenvolvimento; 5º A marginalização; 6º A educação não incentiva o desenvolvimento; 7º A conflitualidade social e tribal não permite o desenvolvimento; 8º A relação entre o sector

transaccionável e não transaccionável não incentiva o desenvolvimento; 9º A cooperação económica não incentiva o desenvolvimento; 10º As instituições não incentivam o desenvolvimento.

Verifica-se que a corrupção e a expansão do mercado interno continuam a ser os principais problemas de São Tomé. Apesar dos principais problemas serem os mesmos a hierarquização dos restantes é distinto dos registados para a África. Evidencia-se nesta distinta hierarquização que a corrupção é menos importante do que a percepção para o caso africano e a educação e a educação é mais importante.

Questão 4.3: Que tipo de políticas económicas e sociais são prioritárias em São Tomé e Príncipe (assinale com x os campos que desejar)

	1	2	3	4	5
Política e infraestruturas					
Exploração de petróleo					
Incentivos à agricultura					
Incentivos à pesca					
reformas estruturais na justiça					
Reformas na educação					
Reformas na saúde					
Diminuição de impostos					
Estabilização de preços no mercado de caca					
Instalação de uma zona franca					
Políticas liberais genéricas					
Políticas intervencionistas					
Outras (qual?)					

Quadro 16:

Designação	Número de respostas	Intervalo	Média das respostas no intervalo
Pe1-infra	105	1-5.00	4.38
Pe2-petrol	107	1-5.00	4.48
Pe3-agric	106	1-5.00	4.49
Pe4-pesca	106	1-5.00	4.51
Pe5-justiça	101	1-5.00	4.19
Pe6-educa	102	1-5.00	4.05
Pe7-saúde	106	1-5.00	4.31
Pe8-impost	100	1-5.00	4.00
Pe9-cacau	103	1-5.00	4.20
Pe10-zona	97	1-5.00	3.77
Pe11-liberal	92	1-5.00	3.27
Pe12-interve	88	1-5.00	3.03
Pe13-outra	73	1-5.00	3.09
	63	1-5.00	

Verifica-se que as principais políticas sugeridas são: 1ª Incentivos à pesca ; 2ª Incentivos à agricultura; 3ª Exploração de petróleo; 4ª Infraestruturas; 5ª Reformas na saúde ; 6ª Estabilização de preços no mercado de cacau; 7ª Reformas estruturais da justiça; 8ª Reformas na educação; 9ª Diminuição de impostos; 10ª Instalação de uma Zona Franca.

A hierarquização das políticas revela naturalmente que a realidade determina as prioridades.

5.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise dos resultados far-se-á recorrendo às análises das componentes principais por forma a identificar quais os problemas e quais as políticas a adoptar. A análise das componentes principais é uma técnica algébrica que permite reduzir um conjunto de variantes a um subconjunto de vectores linearmente independentes, permitindo captar associação entre as variáveis.

A aplicação das componentes principais emerge que o primeiro vector está associado a tarifas e a educação. Segundo vector está associado a integração económica e a dimensão do mercado e o terceiro vector ao tribalismo.

Quadro Nº17: Variância total explicado (Questão 4.1)

Componentes	Valores próprios iniciais			Extracção de Sums de quadrado Loadings		
	Total	%da Variância	%Cumulativa	Total	%de Variância	%Cumulativa
Prob1-muitos	7.014	58.45	58.45	7.014	58.45	58.45
Prob2-integ	1.50	12.56	71.01	1.50	12.56	71.01
Prob3-peque	969	8.07	79.093	969	8.075	79.09
Prob4-margin	641	5.34	84.43	641	5.34	84.43
Prob5-tribal	546	4.55	88.98	546	4.55	88.98
Prob6-corrup	434	3.62	92.60	434	3.62	92.60
Prob7-tarif	266	2.21	94.81	266	2.21	94.81
Prob8-trade	240	2.00	96.82	240	1.73	96.82
Prob9educa	208	1.73	98.55	208	723	98.55
Prob10coop	--	723	99.27	--	527	99.27
Prob11instit	--	527	99.80	--		99.80
Prob12OUT	--	198	100.00			

Quadro Nº18: Matriz das componentes rodadas (Método Varimax)

Designação	Componentes					
	1	2	3	4	5	6
Prob1-muitos	--	--	183	--	936	185
Prob2-integra	222	503	132	269	--	--
Prob3-peque	145	933	176	120	--	--
Prob4-margin	241	148	140	893	--	157
Prob5-tribal	218	189	890	132	210	--
Prob6-corrup	267	--	--	152	207	906
Prob7-tarifa	743	276	358	198	--	215
Prob8-trade	393	328	330	399	290	200
Prob9educa	792	104	144	276	206	321
Prob10-coop	289	156	168	205	364	27521
Prob11-instit	328	285	444	357	239	3
Prob12-outro	204	147	232	202	149	123

Existe portanto dois problemas mais relevantes para África: O Mercado (integração e expansão do mercado interno) e o tribalismo. O interesse destes problemas reside na sua comparação com os de São Tomé e Príncipe.

Quadro N° 19: Variância total explicado (Questão 4.2)

Componentes	Valores próprios iniciais		Extracção de Sums de quadrado Loadings			
	Total	%de variâncias	%de variâncias Cumulativas	Total	% de variância	%de variância Cumulativa
STP-muitos	7.04	58.71	58.71	7.04	58.71	58.71
STP- integr	1.22	10.23	68.94	1.22	10.23	68.94
STP-peque	1.08	9.00	77.95	1.08	9.00	77.95
STP-margin	650	5.41	83.37	650	5.41	83.37
STP-tribal	554	4.61	91.29	554	4.61	87.98
STP-corrup	397	3.30	93.74	397	3.30	91.29
STP-tarif	295	2.45	95.79	295	2.04	93.74
STP-trade	246	2.04	97.57	246	1.77	95.79
STP-educa	213	1.77	98.87	213	1.30	97.57
STP-coop	156	1.30	99.69	156	817	98.87
STP-instit	--	817	100.00	--	--	99.69
STP-out	--	309				--

Da análise das componentes principais para os *principais problemas de São Tomé e Príncipe* emerge que o primeiro vector está associado às tarifas e ao comércio; o segundo vector ao pequeno mercado interno; o terceiro vector aos muitos e variados problemas; o quarto vector à corrupção; o quinto vector às instituições; o sexto vector à cooperação e o sétimo vector ao tribalismo.

Existem portanto três tipos de problemas distintos, os ligados à dimensão (pequeno mercado interno), os ligados a governabilidade (corrupção, instituição, tribalismo) e os problemas ligados ao comércio e às tarifas. Confrontando estes resultados com os de África, evidencia-se um conhecimento mais objectivo da, que se reflecte nos problemas identificados.

Quadro Nº20: Matriz das componentes – Questão 4.2 (com rotação Varimax)

	1	2	3	4	5	6	7
St1- muitos	145	216	889	277	130	-	128
St2-integ	228	214	126	-	248	246	192
St3-peque	261	842	245	143	-	180	149
St4-margin	361	261	-	-	157	-	244
St5-tribal	399	155	153	-	104	-	824
St6-corrup	204	135	282	885	172	135	-
St7-tarif	782	262	150	178	-	332	312
St8-trade	778	173	124	194	195	-	243
St9-educa	383	436	288	226	-	259	142
St10-coop	215	213	-	165	362	797	-
St11-instit	-	-	163	214	809	317	102
St12-OUT	199	-	114	124	330	224	186

Verifica-se que os problemas que afectam a África são genericamente os mesmos que afectam S.Tomé e Príncipe. As heranças pré-coloniais, coloniais e pós-coloniais explicam em profundidade a crise actual e distinguem-na daquela que afecta os outros continentes. A crise macro-económica explica-se pela história desde da época mercantilista à contemporânea, desde das economias de troca às economias de renda que conduziu a uma marginalização externa. O cacau que era a fonte de riqueza do país hoje é já quase que não se produz devido aos preços do mercado internacional. Os produtores de cacau já começaram por optar por uma outra produção, mas isto leva o seu tempo e a crise sufoca aquele país. Os desequilíbrios financeiros internos reflectem-se ao nível internacional, pelo défice das operações correntes da balança de pagamentos. a lógica de economia de renda e a debilidade dos ganhos de produtividade conduzem a uma perda duradoura da competitividade externa. Com uma dinâmica largamente induzida pelo exterior, S.Tomé e Príncipe como a África tende, para além das flutuações, a marginalizar-se, face aos principais centros motores da economia internacional. Quaisquer que sejam os critérios retidos, S.Tomé e Príncipe estava aquando da independência política, numa situação de grande dependência económica, cujos os indícios eram: a elevada taxa de abertura, a fraca diversificação das exportações, e a polarização das trocas em torno das antigas metrópoles (Esseks, 1975).A maior parte dos produtos energéticos, dos bens intermediários e de equipamento, da mão-de-obra qualificada e do enquadramento provinha do exterior. As empresas e as administrações estrangeiras assumiam um peso determinante nos sectores-chaves: bancários, comerciais, de transporte e industriais. ao longo da década de sessenta, as trocas com o exterior levaram a uma diversificação dos parceiros e a um peso crescente das importações de bens de equipamento. Em

contrapartida, as exportações diversificaram-se pouco e a taxa de abertura das economias aumentou. O choque inflacionista, posterior ao primeiro *boom* petrolífero, facilitou o acesso aos capitais externos. A economia de crédito internacional traduziu-se por uma forte expansão dos fundos internacionais susceptíveis de empréstimo. A diminuição da parte relativa da ajuda pública e do investimento directo foi acompanhada de um crescimento rápido dos créditos à exportação e dos empréstimos bancários avaliados pelos Estados. Nota-se uma forte diferenciação entre os países. A década de oitenta caracterizou-se, ao contrário da precedente, por uma rarefacção de crédito, uma subida da taxa de juro e uma diminuição dos termos de troca. Verificou-se, da dívida, uma intermediação da ajuda pública e um alívio da dívida, mas os empréstimos bancários e os investimentos directos não arrancaram ou desajustaram-se. Os Estados do Norte não deram mais as suas garantias aos empréstimos. Os Países africanos caíram num processo de *endividamento permanente*. A década de noventa registou-se uma melhoria dos preços. A dívida foi estabilizada. Os ajustamentos cambiais permitiram ganhos de competitividade.

Mas se os problemas se identificam a hierarquização é distinta evidentemente na percepção genérica dos problemas da problemática apenas e na percepção específica dos problemas da ilha de S. Tomé e Príncipe.

Avalia-se algumas políticas prioritárias sugeridas como é evidente e que estejam inseridas no aproveitamento dos recursos naturais como primeiras apostas e perspectivas para o século XXI, nas políticas de infraestruturas em segundo plano e por último nas reformas institucionais.

S.Tomé e Príncipe, após a independência tem sofrido sucessivas crises económicas e sociais e esta é a razão para os santomenses se tornarem responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento.

Estas ilhas na África Central aparecem como o palco de epidemias, miséria e fome. Vista numa perspectiva interna, onde sopra a democracia, está em profunda mutação. A subida das tensões e dos conflitos existentes são não mais do que a luta pelos órgãos do poder no seio da classe elite por um lado, por outro lado, as relações pessoais e as solidariedades étnicas prevalecem sobre a institucionalização do Estado, a crise económica reforçou a decomposição deste. Em certos casos extremos, a crise transformou a economia de renda em economia "mafiosa" e de pilhagem.

Desde logo o futuro do Estado condiciona o futuro da economia. O petróleo por explorar é como alvo de interesses económicos, actualmente para os santomenses uma esperança de melhoramento do nível de vida. Com excepção dos interesses petrolíferos, S.Tomé e Príncipe não constitui mais um alvo estratégico, assim como a África de uma forma geral. S.Tomé e Príncipe, continua a receber ajudas bilaterais sob a forma de ajudas a projectos, de ajuda ao ajustamento e de cooperação técnica e cultural. A ajuda apresenta-se, em 1999- 2000, como um processo permanente de fornecimento dos fundos

que permite ao Estado assegurar o mínimo das funções de soberania. A sua interferência é crescente. A ingerência tornou-se *económica*, num contexto em que a condicionalidade surge a ligar os empréstimos às opções de política económica e aos critérios de desempenho. Ela é orçamental, desde que os programas de investimento público sejam estabelecidos pelas autoridades de Washington, e visa as importações através da afectação de fundos de compensação. "Assim, a ingerência é tomada em consideração para um núcleo duro das despesas sociais. Em vários sectores, constata-se um regresso dos expatriados, e a privatização conduz, na maioria das vezes, a uma desnacionalização. A ingerência é *política* desde que a condicionalidade vise a democracia"(Philippe Hugon - A economia de África-1999).

No sentido de captar o vector ou vectores sintéticos das políticas declaradas prioritárias, efectuou-se a análise das componentes principais sobre os dados apresentados no quadro 4.3. As políticas económicas e sociais prioritárias.

O método das componentes principais permitiu gerar vectores linearmente independentes que explicam em termos cumulativos 73,5% da variância. No quadro abaixo apresenta-se a variância total explicado pelos 2 vectores linearmente independentes que explicam em termos cumulativos 73,5% de variância.

Quadro Nº21 : Questão 4.3 Variância total explicado - políticas

Componentes	Valores próprios iniciais		Extracção de Sums de quadrada de Loadings			
	Total	%de variância	%de variância Cumulativa	Total	%de variância	%de variância Cumulativa
Pe1-infra	8.18	62.97	62.97	8.18	62.97	62.97
Pe2-petrol	1.37	10.59	73.56	1.377	10.59	73.56
Pe3-agric	978	7.52	81.09	978	7.52	81.09
Pe4-pesca	629	4.83	85.92	629	4.83	85.92
Pe5-justiça	528	4.06	89.98	528	4.06	89.98
Pe6-educa	372	2.86	92.84	372	2.86	92.84
Pe7-saúde	276	2.12	94.97	276	2.12	94.97
Pe8-impost	215	1.65	96.63	215	1.65	96.63
Pe9-cacau	189	1.45	98.08	189	1.45	98.08
Pe10-zona	--	727	98.80	--	727	98.80
Pe11-liberal	--	552	99.36	--	552	99.36
Pe12-interve	--	478	99.83	--	478	99.83
Pe13-Outra	--	163	100.00	--	163	100.00

A partir da matriz de componentes com rotação Varimax verifica-se que as duas componentes correspondem aos seguintes itens:

1º vector: Pe1-infra+ Pe2-petrol+ Pe3-agric+ Pe4-pesca+ Pe5- justiça

2º vector: Pe6-educa+ Pe7-saúde+Pe8-impost+Pe9-cacau+Pe10-zona+Pe11-liberal+ Pe12-interven+Pe13-outro

Quadro N°22: Questão:4.3 Matriz das componentes rodadas (Método Varimax)

Designação	Componentes					
	1	2	3	4	5	6
Pe1- infra	566	156	673	156	145	--
Pe2-petrol	871	283	--	135	--	188
Pe3-agric	891	165	284	102	145	--
Pe4-pesca	884	106	297	136	131	167
Pe5-justiça	331	156	778	300	159	170
Pe6-educa	191	210	365	226	170	251
Pe7-saúde	241	262	124	166	205	854
Pe8-impot	470	346	280	297	220	160
Pe9.cacau	176	228	249	868	114	153
Pe10-zona	358	459	--	373	187	242
Pe11-liberal	237	854	126	153	241	217
Pe12-interve	280	667	208	330	343	197
Pe13-outra	187	294	148	113	882	186

- Verifica-se assim que o primeiro vector engloba o sector primário e as infraestruturas e o segundo vector engloba as políticas sociais e outras. Verifica-se assim uma segmentação quase perfeita entre as políticas de infraestruturas do sector primário e as políticas sociais.

Conclui-se desta análise que a percepção das elites de São Tomé e Príncipe sobre as políticas a que dão mais importância:

1º A políticas de investimento público e infraestruturas e no relançamento do sector primário da economia;

2º A políticas liberais e intervencionistas activas;

3º A políticas de relançamento do cacau.

Sendo estas opiniões determinadas pelo passado, elas serão avalizadas a luz dos desafios que o futuro coloca a S.Tomé e Príncipe

Identificados os problemas e as políticas coloca-se a questão de analisar os inquiridos. Quem é quem entre as elites? Por responder a esta questão utilizou-se um modelo logit binominal em que a variável dependente da questão 1.12 – considera-se uma pessoa influente em São Tomé e Príncipe? Sim=1, não=0, depende de um conjunto de atributos sócio-económicos.

1.11 Considera-se uma pessoa influente em São Tomé e Príncipe? Sim ____ Não ____

Quadro nº 23: A questão 1.11 cruzado com o género

	SEXO		
	Masculino	Feminino	Total
Influente Não	34 61,8%	21 38,2%	55 100%
Influente sim	33 70,2%	14 29,8%	47 100%

Verifica-se que 47 indivíduos (46%) responderam que eram influentes, sendo que 70% deles são homens e 30% mulheres.

Análise através do modelo logit binominal

O Modelo logit binominal explica quais as actitudes dos inqueridos que se consideram uma pessoa influente em S.Tomé e Príncipe.

Y=0 considera-se influente =1

Y=1 não se considera influente =0

Quadro Nº 24 : Modelo logit binomial

Variável	Parâmetro	Wald	Nível de significância
Internet	3,0467	4,6544	0,031***
Idade	0,1877	8,0194	0,004***
Mercados internos africanos são pequenos	3,5923	6,6950	0,0097***
Questão 4.5 (ajuda pública)	3,128	4,6454	0,031***
Partido(5.1)	-	0,1384	0,52
MLSTP/PSD	1,4774	0,4700	0,49
PCD/GR	3,6148	2,2539	0,1333
ADI	2,2212	1,1543	0,2827
CODO	11,6736	0,0498	0,8234
ALIANÇA POPULAR	12,1049	0,0433	0,8531
FRENTE POPULAR	13,1054	0,0333	0,7451
Votou branco ou nulo	86,67% 0,52	-	--
Não votou	0,709	-	--
Componente	44,931	-	0,000

Verifica-se no modelo que os indivíduos que se consideram influentes votaram em branco ou não votaram, são mais velhos do que novos, utilizaram a internet, consideram que os mercados internos Africanos são pequenos e que a ajuda pública é muito importante para o desenvolvimento de S.Tomé e Príncipe. Estes indivíduos não possuem qualquer relação estatística significativa com os partidos políticos o que é inesperado.

Que conclusão surge destes resultados? Emerge destes resultados que São Tomé e Príncipe inserida em África, partilha dificuldades idênticas, mas com ponderações distintas. A corrupção e os mercados são os principais problemas, evidenciando uma percepção insuficiente das instituições.

Como expandir mercados gerando o desenvolvimento? Com políticas sectoriais clássicas de infra-estruturas, agricultura e pescas, dizem os inquiridos. Este diagnóstico não atende ao facto de um dos vectores linearmente independentes dos problemas ter sido a governabilidade, evidenciando percepção clássica e tradicionais na elite Santomense. A ausência de modernidade patente nas políticas propostas evidencia uma preferência pelo status quo. Metade da amostra inquirida não se considera influente são os mais velhos, utiliza a internet e têm opinião sobre os mercados africanos (que são pequenos) e sobre a ajuda pública.

TERCEIRA PARTE

OPÇÕES DO DESENVOLVIMENTO PARA O SÉCULO XXI

PROBLEMAS PARA O SEU DESENVOLVIMENTO

A globalização e a localização (a integração da economia mundial e a crescente demanda de autonomia local) são duas das forças mais importantes que influenciarão o desenvolvimento no século XXI. Essas forças afectarão o comércio, os fluxos de capital, o meio ambiente, a descentralização e o desenvolvimento urbano e levarão os países a buscar um equilíbrio dinâmico no âmbito internacional subnacional.

A verdadeira riqueza de uma nação é o seu povo, e o objectivo do desenvolvimento é a criação de um ambiente que permita às pessoas beneficiar de uma vida longa, saudável e criativa. Esta simples mas poderosa verdade é muitas vezes esquecida quando se tem como objectivos a riqueza material e financeira.

A globalização oferece grandes oportunidades para o progresso humano – *mas apenas com governação mais forte.*

Esta época de globalização está a abrir muitas oportunidades a milhões de pessoas em todo mundo. O aumento do comércio, novas tecnologias, investimentos estrangeiros, meios de comunicação e ligações à Internet em expansão estão a estimular o crescimento económico e o progresso humano. Tudo isto oferece um enorme potencial para erradicar a pobreza no século XXI – para continuar o progresso sem precedentes do século XX. Temos mais riqueza e tecnologia – e mais empenho numa comunidade mundial – do que anteriormente.

Mercados mundiais, tecnologia mundial, ideias mundiais e solidariedade mundial podem enriquecer a vida das pessoas, em todo o lado, aumentando grandemente as suas escolhas. A crescente interdependência da vida das pessoas apela para a partilha de valores e para um empenhamento partilhado no desenvolvimento humano de todos os povos.

O mundo pós-guerra fria dos anos 90 acelerou o progresso na definição de tais valores – ao adoptar os direitos humanos e ao estabelecer objectivos de desenvolvimento nas conferências das Nações Unidas sobre o ambiente, a população, o desenvolvimento social, sobre as mulheres e sobre as povoações humanas.

Mas a globalização actual está a ser guiada pela expansão do mercado – abrindo fronteiras nacionais ao comércio, capitais, informação – ultrapassando a governação desses mercados e as suas repercussões para as pessoas. Fizeram-se mais progressos nas normas, padrões, políticas e instituições para abrir os mercados mundiais do que para as pessoas e seus direitos. É necessário um novo compromisso para a ética do universalismo estabelecido na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Os mercados concorrenciais podem ser a melhor garantia de eficiência mas não necessariamente de equidade. A liberalização e a privatização podem ser um passo para os mercados concorrenciais – mas não uma garantia da sua existência. E os mercados não são nem a primeira nem a última palavra no desenvolvimento humano. Muitas actividades

e bens essenciais ao desenvolvimento são fornecidos fora dos mercados – mas estão a ser comprimidos pela pressão de concorrência mundial. Há compressão fiscal sobre os bens públicos, uma compressão do tempo sobre as actividades de apoio familiar e social e uma compressão dos incentivos sobre o ambiente.

Quando o mercado vai demasiado longe, dominando os resultados sociais e políticos, as oportunidades e recompensas da globalização difundem-se de forma desigual e não equitativa – concentrando poder e riqueza num grupo seleccionado de pessoas, países e empresas, marginalizando os outros.

Quando o mercado fica fora de controlo, as instabilidades revelam-se na aceleração e na queda das economias, como na crise financeira da Ásia Oriental e suas repercussões mundiais, que reduziu o produto mundial num valor estimado de 2 biliões de dólares em 1998-2000. Quando as motivações de lucro dos actores do mercado ficam fora de controlo, desafiam a ética das pessoas – e prejudicam o respeito pela justiça e direitos humanos.

O desafio da globalização no novo século XXI, não é travar a expansão dos mercados mundiais. O desafio reside em encontrar as regras e instituições para uma governação mais forte – local, nacional, regional e mundial – para proteger as vantagens dos mercados mundiais e da concorrência mas, também, para providenciar espaço suficiente para os recursos humanos, comunitários e ambientais, necessários para assegurar que a globalização funciona para as pessoas – não apenas para os lucros. Globalização com:

- Ética – menos violação dos direitos humanos.
- Equidade – menos disparidade dentro e entre nações.
- Inclusão – menos marginalização de pessoas e países.
- Segurança humana – menos instabilidade das sociedades e menos vulnerabilidade das pessoas.
- Sustentabilidade – menos destruição ambiental.
- Desenvolvimento – menos pobreza e privação

A Transformação estrutural

Quase sempre o desenvolvimento envolve uma mudança de composição sectorial da produção. A participação da agricultura na produção e no emprego – tipicamente elevada nos estágios iniciais – passa a declinar. Enquanto a participação da indústria no PIB dos países de baixa renda aumentou de 27% em 1965 para 34% em 1988, a participação da agricultura diminuiu de 42 para 31%. Mudanças semelhantes ocorreram na participação dos vários sectores no emprego, embora a agricultura continue sendo o maior empregador em muitos países em desenvolvimento. O estágio seguinte dessa evolução sectorial é geralmente uma transição na direcção dos serviços.

Tal como nos países industrializados, o aumento populacional nos países hoje classificados como em desenvolvimento, foi inicialmente alimentado pela queda rápida das taxas de mortalidade, queda essa resultante da melhoria das condições de vida. Embora o

aumento da renda e o declínio da mortalidade oferecem incentivos à redução da fecundidade e à desaceleração do aumento populacional, essa "transição demográfica" nem sempre ocorre de forma ordenada. A população do mundo em desenvolvimento aumenta em cerca de 2% ao ano, taxa que é mais de duas vezes superior à que é registrada em países industrializados. Essa taxa diminuiu ligeiramente nos anos 80 em relação às duas décadas anteriores, mas com importantes diferenças regionais: houve um acentuado declínio no Leste asiático e um aumento na África subsaariana.

O rápido crescimento da agricultura é geralmente associado a um processo de industrialização bem-sucedido e a aumentos duradouros da produção total e da produtividade. O aumento da produção total e da produtividade é geralmente menor quando o crescimento da agricultura é pequeno. Dos 68 países em desenvolvimento para os quais o Banco Mundial dispõe de dados confiáveis, 30 países registaram taxas de crescimento agrícola de mais de 3% ao ano nos últimos 25 anos. Todos esses 30 registaram uma taxa de aumento do PIB de pelo menos 2,5%; e dois terços dos países cujo sector agrícola cresceu rapidamente registaram também um crescimento económico muito rápido (de mais de 5%).

O aumento dos rendimentos agrícolas é essencial ao crescimento da produção agrícola. Assim, um rendimento maior é também positivamente associado ao crescimento da produção total. O progresso tecnológico é um dos factores que têm feito aumentar a produtividade das terras e do trabalho, permitindo que um contingente de mão-de-obra agrícola menor satisfaça a procura interna e externa de produtos agrícolas. A fim de acelerar o processo de desenvolvimento, alguns países taxam implicitamente ou explicitamente a agricultura, como meio de promover a indústria. Geralmente, isto não produz bons resultados. Em vez de impostos, medidas coerentes com o aumento da produtividade agrícola constituem uma base mais firme para a industrialização.

O declínio dos custos em várias indústrias torna possível a um país diversificar a estrutura produtiva, adoptar novas linhas de produção e concorrer com êxito nos mercados mundiais. Centros urbanos em rápido crescimento são geralmente parte dessa nova situação. Nos países industrializados, quase 80% da população vive em áreas urbanas. Nos países em desenvolvimento, o percentual urbano da população dobrou nos últimos 30 anos, chegando a mais de 40%. As estratégias governamentais exercem efeito directo ou indirecto sobre essa transição.

Segundo o escritor J.P.Olivier Sardan, (1988) "o desenvolvimento é sobretudo uma realidade. Existe desenvolvimento desde que existam "desenvolvedores"(ocidentais ou nacionais, institucionais ou ONG), desde que intervenções voluntaristas de origem externa a um determinado meio visem transformar em parte este determinado meio, geralmente através da introdução de novas tecnologias e/ou da transformação de certos comportamentos económicos (e, pelo menos indirectamente, não-económicos). Quer o

desenvolvimento “funcione” ou “não funcione”, quer seja positivo ou negativo, interessado ou desinteressado, ele existe, porque existe todo um conjunto de práticas sociais sob esta designação. Para a antropologia do desenvolvimento, o desenvolvimento é em primeiro lugar um objecto de estudo.”

A antropologia deve estudar o desenvolvimento como um “fenómeno social” como qualquer outro, ao mesmo nível do grau parentesco ou a religião. De igual modo, como agem os agentes de desenvolvimento no terreno – que não são simples correias de transmissão, e que têm as suas próprias estratégias – como analisar o modo de funcionamento “real” de um organismo de desenvolvimento O FMI ou o Banco Mundial (em ambos os casos só a investigação pode dar respostas a estas perguntas, não bastando o pressuposto ideológico: a sociologia das organizações mostrou o caminho), estudar a corrupção no aparelho do estado, ou determinar os modelos de comportamento económico de uma população rural (a partir da observação, e não da protecção de categorias pré-fabricadas).

O campo do desenvolvimento não está desprovido de pontos de vista formativos, de pressupostos ideológicos (de todos os lados), de ideias feitas e de boas intenções... Perante os “fracassos”, sejam quais forem os motivos invocados, face à crise permanente das economias africanas, a tentação de “não há nada a fazer senão...”, é grande. Mas o que talvez faça, falta é a *compreensão* dos mecanismos reais em acção, a análise dos processos em jogo, a todos os níveis.

Parafraseando e invertendo a célebre frase de Marx, “*o problema em relação ao desenvolvimento consiste talvez em compreender o mundo antes de o transformar...*” Os candidatos à transformação não faltam; é mesmo isso que faz viver os operadores do desenvolvimento. Os estudos que permitem essa compreensão e a tensão que lhes é prestada pelos “transformadores” é que já são mais raros.

Isto implica, juntamente com teorias macro-económicas e de tipo formativo, análises mais finas, mais específicas, mais intensas, em particular a um nível estratégico – o do “ponto de impacto” das políticas de desenvolvimento sobre as populações envolvidas. Trata-se de Ter *um ponto de vista* mais próximo dos destinatários últimos e dos beneficiários reais ou potenciais do desenvolvimento que lhes são dirigidas. Olivier Sardan, diz que “se insisto neste nível mais “*micro*” e “*actor oriented*”, mais familiar ao antropólogo, não é para negar a importância de estudos mais estruturais e “macro, mas porque a interacção “desenvolvedores” / desenvolvidos, sob condicionantes do tipo “macro” (relações de produção, mercado mundial, políticas nacionais, etc.) é um lugar estratégico para compreender tanto as lógicas dos organismos de desenvolvimento como as lógicas reais dos produtos e das populações envolvidas. Com efeito, supomos (mas trata-se de um paradigma básico das Ciências sociais) que os discursos públicos, as políticas proclamadas, as estruturas administrativas ou jurídicas, não coincidem com as práticas

reais, quer no desenvolvimento quer nos outros aspectos da vida social.

Perante essas ideias, ressalta-nos desde logo, o inevitável estatuto de pequena economia periférica, onde a competitividade das produções tradicionais se encontra, à partida, limitada pela conjugação de um mercado insuficiente e dos sobrecustos de transporte associados à pronunciada descontinuidade geográfica e à localização distante dos centros de produção e consumo. Por outro lado, encarada pela positiva, a fertilidade do solo e o clima ameno, proporciona condições naturais que, convenientemente exploradas, lhe conferem inestimáveis vantagens comparativas no domínio económico. São exemplos flagrantes, dizem as vozes da população: "Atira-se uma semente ao solo e ela começa logo a germinar".

A cultura agrícola bem explorada, é capaz de sustentar uma actividade económica permanente, nomeadamente nos sectores da pesca ou a excelência da paisagem das Ilhas que, adequadamente complementada, pode atrair importantes fluxos turísticos. O aproveitamento de todos os recursos hídricos existentes nas ilhas e outros recursos naturais como fontes de energia também contribuiria de igual modo para o desenvolvimento económico-social do País.

O desenvolvimento faz intervir múltiplos actores sociais, tanto da parte dos grupos visados como da parte dos organismos de desenvolvimento. Os seus estatutos profissionais, as suas normas de acção, as suas competências, as suas estratégias, diferem consideravelmente. O desenvolvimento "no terreno" é o resultado destas múltiplas interacções, que nenhum modelo económico de laboratório pode descrever a priori, mas cujas modalidades a sociologia e a etnologia podem tentar descobrir. Isso implica um saber que não se improvisa... O confronto de lógicas sociais variadas à volta dos projectos de desenvolvimento constitui um fenómeno social complexo, que tanto os economistas como os "tomadores de decisões" têm tendência a ignorar. Perante a distância entre as condutas previstas e as condutas reais, tende-se a fazer referência ao social como uma "caixa preta", isto é, a "explicar" o inexplicado através do inexplicável": invoca-se a "cultura", os valores", a "nação", isto é, recorre-se àquelas noções particularmente enganadoras que caracterizam a "do-it-yourself sociology" de certos economistas.

Deste modo, as referências aos "factores culturais" esquecem o mais das vezes a existência de sub-culturas, a diversidade cultural interna dentro de um mesmo grupo social, o peso das clivagens sociais (idade, sexo – género -, classes sociais, entre outras) nas normas e comportamentos.

Assim, as referências do "factor nacional" esquecem o mais das vezes os mecanismos de funcionamento do aparelho do Estado, as suas formas de organização, os seus modos de reprodução, as suas lógicas institucionais, as suas contradições internas...

Ora acontece que tudo isso se estuda. Nem as "discussões de café" nem as considerações ideológicas podem substituir a investigação. Para renovar nalguma medida

as "teorias" do desenvolvimento, é preciso aceitar a necessidade de saber mais acerca de como é que o desenvolvimento tem lugar realmente e sobre as práticas efectivas do conjunto dos actores sociais que ele envolve.

As Instituições e desenvolvimento

A lição que emerge desta abordagem refere-se à importância da compreensão de instituições de relevo quando se avalia o desenvolvimento em si e o plano da política de desenvolvimento: "As Novas Instituições Económicas " NIE. Esta secção faz referência como é que as instituições influenciam o desenvolvimento económico e reflectem particularmente no relevo da metodologia indutiva levando em consideração a importância que a mudança institucional e "NIE" .

- Integração de pessoas com diferentes gostos e preferências
- Formação de grupo de interesse
- Pré requisitos para o sucesso de acção colectiva
- Teorias organizacional
- A emergência de regulamentos para tomadas decisões das firmas
- Comportamento de buscas de renda
- Mudança tecnológica e suas relações com mudanças de institucionais
- Determinantes de direitos da propriedade
- Coordenação dos problemas
- Limitações racionais de comportamento humano

A NIE ao fazer o estudo de pesquisa sobre a mudança institucional, que é a questão chave do longo processo de mudança económica, baseia-se em duas linhas principais, uma delas é a transição e informação e outra tem haver com acção colectiva. Este último é abordado pelo Mancur Olson (1970), faz uma abordagem como é que o grupo se comporta, também abrange o comportamento de pesquisa de renda.

Os grupos de interesse tentam encontrar os seus objectivos. Douglas North e Albert Hirschman (1970) também fizeram abordagem sobre esta matéria. Todos eles consideram instituições como constituintes importantes sobre da estrutura económica de uma sociedade. Douglas North é um historiador económico e ganhador do prémio Nobel. Hirschman é um economista de desenvolvimento económico de grande respeito, empregando a razão indutiva, e a metodologia "holística " de modelos. Douglas North (1970) estudou o papel que desempenha as instituições no desenvolvimento económico, mas recentemente em 1989 ele virou as suas atenções na liberalização. Relativamente a liberalização dos países em vias de Desenvolvimento e economista neoclássico ignora as instituições pelo facto dos custos de transição serem zero. Mas no mundo real o processo de intercâmbio que desenfreia a vida económica não implica custos de transacção, e constitui as chaves da matéria que desempenha no factor económico. Se os custos de

transporte fossem o único custo de intercâmbio daí podia-se observar no tempo uma relação inversa entre os custos de transporte, que declinam com a história por outro lado, o intercâmbio de bem estar económico teria demonstrado uma subida secular. Se formos a pensar no caso do império romano o comércio possivelmente alargava-se a imensa área, embora com sistema de transporte rudimentar na altura. Depois do fim do império romano, o comércio e a propriedade económica declinaram mas isto não quer dizer que a razão seja a subida de custos de transporte . Os custos de transporte pelo contrário eram os mesmos, mas outros custos de transição subiram, como seja a disponibilidade de administrar as regiões longínquas e o desenvolvimento da estrutura da lei e justiça.

A análise dos casos do PVD's, de hoje, Douglas (1970) faz uma distinção entre economias dominadas pela mudança do pessoal e economias dominadas pela mudança do impessoal .

Na economia simples, a mudança do pessoal constitui a norma, os custos de transacção são baixos. Os contractos formais são desnecessários pelo facto da referida mudança basear-se no conhecimento a ou na formação do pessoal !

Existem poucas oportunidades para o oportunismo, fugas, enganar, Nestas pobres sociedades existe pouca divisão da mão de obra e especialização.

Os custos de produção são altos embora os custos de transacção sejam baixos. O outro extremo tem a haver com a estrutura da economia moderna. Os custos de produção são baixos, por causa da especialização e economias de escala, mas os custos de transacção são potencialmente muitos altos com muitas oportunidades para a corrupção, oportunismo ou fugas.

Para reduzir estes aspectos de custos de transacção ainda mantendo-se baixos os custos de produção tem-se que desenvolver os mecanismos institucionais que inclui os contractos, garantias e elaboração de mecanismos monitores incorporados na especificidade de bens e direitos de propriedades. Isto faz com que os ganhos de câmbio sejam alcançada sem incorrer em pesados custos de transacção.

Douglas acredita que o desenvolvimento de direitos de propriedade é necessário para que o ganho de produtividade seja automático original.

O governo deve especificar os direitos de propriedade e reforçar os contractos.

A ideologia comum de mudança deve ser a energia da sociedade e o estabelecimento comum de normas nas quais se possa acreditar. Isto não acontece sempre. Os governantes podem fazer reaparecer normas que possam estar a seu favor sem respeito da eficiência económica .As normas podem ser empreendidas em função dos interesses privados e vantagens políticas.

O segundo exemplo do uso da análise institucional para explicar a propriedade relativo dos PVD, provem da extensão e vários trabalhos de A.O. Hirschman (1958).

Hirschman é um economista de desenvolvimento (que tem empregado a distinção

metodológica baseadas na razão indutiva! O estudo de instituição levou Hirschman a ter uma visão particular sobre a inferência de produtividade económica e a estagnação económica a nível da firma ou ao nível de Estado Nação. Por exemplo existe a sua aplicação de conceitos de exit and voice (saída de vozes)). Analistas neoclássicos permite o opção exit como consumidores insatisfeitos com a escolha de produtos e serviços fornecidos pelos competidores.

Hirschman argumenta que a opção voice pode ser mais forte para a mudança. Voice significa tentativa de mudança melhor do que escapar de uma objecção de negócios do estado.

A sociedade nas quais o empreendimento e a eficiência são mais fáceis de existir do que as suas opiniões de voice, de modo a afectar a mudança, provavelmente pode estagnar.

O sector público é assim, livre de Voice que pode ser algo forte para a mudança .

Hirschman no contexto do desenvolvimento económico, escreveu extensivamente sobre o desenvolvimento as forças de motivo para o desenvolvimento não se baseiam nas proporções de poupança e ratio de saídas de capitais etc. Mas os requisitos de comportamento nas situações de desequilíbrio que levam as acções necessárias para a ocorrência do desenvolvimento, por exemplo: "bottlenecks" emerge no desenvolvimento económico, e carências de mão de obra qualificada, carências de certos capitais de inputs.

O desenvolvimento está explícito em termos do andamento de processo de mudança em todo o sistema não só económico mas como dimensões políticas e sociais, tendo não apenas económicos , mas sim as dimensões políticas e sociais.

Em conclusão muitas linhas de inquérito de NIE são interdisciplinares, envolvendo historiadores, sociólogos, cientistas políticos e advogados, assim como, economistas.

Todos eles concordaram que as instituições podem induzir o desenvolvimento económico.

1.As instituições podem promover a possibilidade de coordenação na mudança de bens e serviços reduzindo custos de transacções e promovem o crescimento económico

2.As instituições afectam os recursos de mobilidade e incentivos para a inovação e acumulação e são essenciais para o processo de desenvolvimento

3.As instituições afectam a expectativas de pessoas e preferências, por ex.: religião ou etnia, que pode desencorajar empréstimos, individualismo, posicionamento empresarial, i.e. factores do processo de crescimento económico.

4.As instituições políticas apropriadas que determinam as normas do jogo sob o qual a especialização eficiente e a mudança terá lugar são determinantes no crescimento. Deste modo as instituições podem influenciar profundamente a proporção do crescimento económico, de modo que o crescimento possa trazer mudança institucional. Por ex. :

podem influenciar a posição relativa de diferentes grupos de interesse, ou por outro lado podem determinar as características do mercado e a extensão de direitos de propriedades privadas.

O progresso no sentido da mais complexa instituição, não é automática e deslinear!

Adelman e Morris têm investigado o papel das instituições no crescimento e desenvolvimento desde 1960, usaram várias técnicas estatísticas para contar a complexidade e diversidade da experiência do crescimento, de países em países e de tempos em tempos.

Eles incorporaram nas suas investigações os factores políticos, sociais e culturais.

Como não existem hipóteses firmes acerca das relações específicas envolvidas na mudança económica, social e política, Adelman e Morris não especificam as funções particulares e que seriam testadas através de procedimentos económicos tradicionais.

Em vez disso empregam a razão indutiva e suas próprias palavras "let the data specify the model"- 1967 (Adelman e Morris).

As variáveis de 1967 eram 40 indicadores socioculturais , políticas e económicas.

Exemplo dos indicadores socioculturais, eram de extensão da mobilidade social, literária e grau de urbanização, grau cultural e homogeneidade étnica.

Indicadores políticos incluíam o poder militar, e a extensão da estabilidade política.

Indicadores económicos incluíam com a estrutura do comércio externo, abundância de recursos naturais e grau de desenvolvimento na produtividade agrícola e a eficácia do sistema de taxa ou taxação.

O rápido crescimento populacional nos PVD's afecta a colocação do pessoal nas actividades não agrícolas.

A transferência de tecnologia avançada actualmente é possível, mas pode não ser frutífera para os PVD's.

Por exemplo nos países Pequenos como Taiwan e Coreia do Sul, fracos em recursos naturais, mas com bom capital humano têm tido sucesso na difusão do crescimento económico. Têm sido capazes de enfatizar as exportações industriais de extensa qualidade e adaptá-los aos mercados internacionais de câmbios como fez a Suíça e Bélgica no século XIX;

Os elementos de uma abordagem favorável ao mercado

A relação entre governos e mercados, assenta sob quatro aspectos gerais: desenvolvimento humano, economia interna, economia internacional e política macro-económica – quatro áreas de actividade correlacionados. Uma economia interna relativamente não-distorcida recompensa mais generosamente os países que desenvolveram o seu capital humano do que uma economia distorcida; ao mesmo tempo a educação torna a economia interna mais produtiva por acelerar a adopção de novas

tecnologias. Para dar mais um exemplo, uma macroeconomia estável ajuda o sistema de preços internos porque dissipa o nevoeiro da inflação. Mas a eficiência microeconomia também torna mais fácil manter baixa inflação: com um número de empresas viáveis, haverá menos necessidade de subsídios que agravam o déficit do sector público. Todas essas quatro áreas abrangem actividades que, por si, devem ser empreendidas; mas, devido a essas vinculações, é provável que os resultados sejam desproporcionalmente melhores quando empreendidas em conjunto.

O Desenvolvimento com o Investimento Humano

O retorno económico produzido pelos investimentos públicos e privados nos recursos humanos costuma ser extremamente alto. De modo geral, não se pode esperar que os mercados dos países em desenvolvimento ofereçam à população – especialmente às camadas mais pobres – os níveis adequados de educação (especialmente a educação primária), saúde, nutrição e serviços de planeamento familiar.

O rápido aumento populacional constitui problema crucial em certos países, como Bangladesh, e em certas partes do mundo, como o Sahel. O aumento da população declina à medida que aumentam a educação e a renda das pessoas e estas se transferem para as cidades.

As vinculações do desenvolvimento

A educação, a tecnologia e a abertura têm complexas relações com o desenvolvimento. Permitem que as economias respondam não apenas a sinais de preços, mas também a ideias novas. Esse vínculo entre conhecimentos e crescimento resultou importante no Leste Asiático nos últimos 40 anos e, especialmente entre 1860 e 1950 na Escandinávia. “Não é bastante que o conhecimento cresça; deve também ser difundido e aplicado na prática ...” (Lewis, 1955).

A revolução verde na agricultura, a qual, acima de tudo, incluiu a disseminação de novas variedades de trigo e arroz de alto rendimento, é um exemplo da interacção das novas tecnologias com a educação. As novas variedades foram desenvolvidas por cientistas no México e nas Filipinas, com a ajuda da Fundação Rockefeller. Para que tivessem acesso a essas tecnologias, as economias internas tinham de ser receptivas. E para que as mesmas fossem absorvidas, adaptadas, aperfeiçoadas e disseminadas, a pesquisa interna e as tecnologias locais tinham de ser fortalecidas. Em países do sul da Ásia, essas tarefas foram cumpridas razoavelmente bem, e o rendimento das lavouras dobrou e triplicou. A riqueza e a capacidade de assumir riscos foram importantes, mas o factor mais importante de todas na adopção da tecnologia foi a capacidade dos agricultores de utilizarem a nova informação.

A abertura estimula o fluxo de tecnologias dos países industrializados para os países em desenvolvimento; a educação estimula a adopção, adaptação e difusão da tecnologia.

Diferenças no ritmo de adopção de tecnologias e do crescimento económico entre países resultam, em grande parte, de diferenças de educação. " A disseminação mundial do moderno crescimento económico tem dependido principalmente da difusão de um corpo de conhecimentos sobre novas técnicas de produção... quanto mais a população de um país tenha recebido instrução de conteúdo adequado, mais fácil lhe é dominar os novos conhecimentos tecnológicos que vão surgindo" (Easterlin, 1981). Igualmente essencial é a liberdade dos indivíduos e firmas de recorrerem a tecnologias estrangeiras, aprenderem com ideias estrangeiras e adquirirem mercadorias estrangeiras. Quanto mais aberta a economia, maior o retorno produzido pela educação e pelos investimentos físicos.

Outro vínculo importante liga a estabilidade macro-económica ao êxito de medidas microeconómicas. Os países com baixa inflação e saldos externos sustentáveis têm-se mostrado muito mais capazes de atingir um crescimento duradouro.

Finalmente o desenvolvimento humano e alívio da pobreza, de um lado, e o crescimento económico, de outro, parecem reforçar-se mutuamente. Governantes e planeadores sempre viram o desenvolvimento humano e o alívio da pobreza como meta do desenvolvimento. Mas os métodos por eles adoptados variam, indo desde intervenções do governo até soluções de mercado. Há necessidades de elementos de ambas: políticas favoráveis ao mercado em apoio ao crescimento, juntamente com programas sociais bem direccionados.

Do ponto de vista económico a vaga de independência de grande numero de micro território têm contribuído sem dúvida pela emergência deste capítulo de desenvolvimento. O projecto destes novos estados estavam para se dotar de uma camada produtiva garante da sua viabilidade económica e social e das suas independências políticas.

A escalada contínua da problemática dos PEI's que não parece ser explícita por um mercado rumo à independência política, visto que este movimento marcou espaço desde uma quinzena de anos atrás

Os constrangimentos que pesam nos PEI's são importante distingui-los: isolamento, população reduzida, fracos recursos naturais, fraca diversificação, custos de transporte e por último dependência externa.

Na perspectiva de um crescimento sob constrangimentos pretende-se desenvolver um leque de abordagens teóricas que têm em comum a passagem esquecida pelo mercado, como rede e regras de intercâmbios. No entanto elas se distinguirão fundamentalmente pela natureza de produtos exportados: mercadorias, serviços, invisíveis. Em suma umas serão concebidas *ex ante* como uns modelos de crescimento voluntaristas, visto que, a outra será um ensaio de teoria *ex post* e uma tentativa de retomada de percepção de economia de lucro.

A diferença de teses, (J. Freyss 1995), tomando como exemplo a Nova-Caledónia demonstra que é possível uma "economia assistida" ser pouco a pouco substituída pela

“economia produtiva”. Ele argumenta que não são os constrangimentos económicos naturais que induzem uma economia de transferência, mas sim, uma escolha de política exterior deliberada. Então na teoria do síndrome holandês, a substituição da lógica de lucro externo em lógica de produção doméstica é uma consequência mecânica da racionalidade económica.

Na situação de S.Tomé e Príncipe podemos demonstrar que assim também é possível tendo em conta que para além de certas características semelhantes, como por exemplo, Pequenos Países Insulares – PEI's, portanto com as características geográficas semelhantes. Desde que S.Tomé e Príncipe assumiu a independência que os sucessivos governos mesmo com a Nova República que a economia deste país é “assistida” pela vontade deles.

S.Tomé e Príncipe, passou a ser um país de economia assistida. A época de economia assistida continua até a presente data. Esta ajuda é apreciada como uma sorte para este País, mas não se deve ignorar as contrapartidas. As contrapartidas políticas sobretudo: as reclamações foram surgindo para que haja mais autonomia e outros levantam questões, como por exemplo: com independência é possível satisfazer-se um crescimento financeiro independente da metrópole? Também as contrapartidas económicas, porque as transferências unilaterais de riqueza, vêm do exterior, introduzindo distorções graves nos mecanismos económicos. A ajuda dada, não é simplesmente um “Mais”. Ela engaja a sociedade dentro de um círculo vicioso, é esta a economia assistida.

Esta “economia de transferência”, pela sua função macro-económica, foi e sempre foi votada nas Assembleias do sistema económico de S.Tomé e Príncipe; antes da independência as despesas públicas representavam 30% do PIB, mas nos anos 1980, as despesas públicas ultrapassaram os 80%. Uma comparação destas mesmas despesas públicas com o produto interno bruto, indica qual o fim dos anos 80, chegou a atingir os 90%. As altas despesas públicas, uma fraca pressão fiscal directa, as injeções múltiplas das ajudas externas de Portugal e dos organismos internacionais das ajudas, estimulando a economia local através de uma transfusão.

Com esta situação, o aparelho produtivo baixou, logo a economia santomense está cada vez mais e mais afastada das leis do mercado, qual será a terapia prescrita pelo Fundo Monetário Internacional em relação a uma tabela clínica impressionante?

Um défice público de mais de 60%, um défice permanente na balança comercial (com taxas de cobertura constante reduzida à 0,7%) (...).

A diferença da abordagem teórica anterior que anuncia de maneira voluntária o recurso do mercado para implantar nas PEI's em via de desenvolvimento, J. Freyss, (1995) determinantemente põe um ponto final sobre as economias assistidas, ele considera que é necessário pôr em questão- economicamente e politicamente - a lógica de lucros antes de pensar de promover a lógica produtiva. Uma vez instaurada, este sistema encontra ele

mesmo as condições da sua reprodução; ele está dentro de um “círculo vicioso”. Somente uma vontade política poderá por fim a este círculo vicioso.

Portanto, a particularidade desta reflexão é que esta referencia à lógica produtiva destina-se não que haja medidas políticas económicas distanciando da Metrópole, mas porque este nível de vida artificial, frágil não resulta uma economia moderna e desenvolvida.

NO CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO

A primeira opção para um desenvolvimento mais firme consiste em reagir aos desafios de hoje perante a globalização mundial, mas para isso é necessário as reformas internas: o desenvolvimento é a consequência de práticas contraditórias dos agentes, mas também de estratégias de longo prazo. A segunda opção tem a ver com as necessidades de luta firme e conseqüentemente contra a pobreza, que tende a assumir dimensões humanas cada dia mais preocupantes. A terceira opção e possivelmente mais determinante em todo o processo diz respeito ao reforço da autoridade do Estado e das instituições, de modo a promover-se uma governabilidade mais à altura das necessidades nacionais, o que passa naturalmente pela melhor organização da própria sociedade civil.

Aos desafios que hoje perante a globalização mundial terá que reagir consiste em:

- Reforçar as políticas e acções para o desenvolvimento humano e adaptá-las às novas realidades de economia mundial.

As políticas sociais – e a governação nacional – são, hoje, ainda mais relevantes para fazer funcionar a globalização a favor de desenvolvimento humano e para proteger as pessoas contra novas ameaças.

É necessário atacar novas políticas:

- modificar os mercados de trabalho ;
- Reduzir os recursos fiscais dos Estados, os resultados da liberalização do comércio e dos mercados financeiros, da concorrência fiscal mundial e do crescimento da economia subterrânea;
- Aumentar a pressão sobre a capacidade das pessoas para fornecerem trabalho de apoio na família e na comunidade e sobre a capacidade do Estado para o sustentar;
- Fortalecer a diversidade cultural – pelo apoio às culturas nacionais, não impedindo as importações mas apoiando a cultura local, artes e os artistas;
- Reduzir as ameaças de volatilidade financeira – da economia de expansão e queda e todos os seus custos humanos.

Uma cooperação e acção mundial mais fortes são necessárias para tratar os problemas crescentes que ultrapassa o âmbito de gestão dos governos nacionais.

- Empreender uma acção mundial mais forte para deter as ameaças mundiais à segurança humana.

- Intensificar a acção pública para desenvolver tecnologias para o desenvolvimento humano e para a erradicação da pobreza.

- Inverter a marginalização dos países pobres e pequenos.

A redução do hiato entre ricos e pobres e dos extremos entre países deveria tornar-se um objectivo mundial explícito.

- Remediar os desequilíbrios nas estruturas de governação mundial com novos esforços para criar um sistema mais inclusivo.

- Um aspecto essencial da governação mundial assim como da governação nacional, é a responsabilidade das pessoas – para a equidade, a justiça e para aumentar as escolhas de todos.

- Construir uma arquitectura mais coerente e democrática para a governação mundial no século XXI.

É necessária uma governação mais forte para preservar as vantagens do mercado concorrencial mundial e dirigir as forças da globalização para o apoio ao progresso humano.

Depois desta abordagem, faz-se reflexão sobre as principais preposições ao desafio da globalização no século XXI, é imperativo acabar com a corrupção, um dos principais problemas actualmente em S.Tomé e Príncipe.

Tendo em conta as preposições citadas, um dos maiores problemas é a corrupção económica resultante principalmente pela má governação existente. (A génese e a propagação da corrupção económica. A microteoria e a sua interpretação H.K (1989).

A gente quase precisa de ser convencido de que a corrupção é excessivo em muitos países do terceiro mundo. Inúmeros estudos têm focado a natureza, a extensão e as causas de corrupção .

Nenhum deles porém – Monteiro (1960), Nyi, Dorai, Shug 1978, Wade1975, Jagannathan 1986; parece ter feito a investigação para os princípios básicos da microeconomia sobre os actos da corrupção geral e causa do seu sustento e desenvolvimento.

Debilidade institucionais, que ainda caracteriza o jovem processo de democratização na RDSTP: Em primeiro lugar, é de se destacar a questão do relacionamento institucional entre os órgãos do poder de Estado, tanto ao nível central, como local e mesmo entre um e o outro nível, exemplo: A polémica que opôs o Presidente da República à maioria da Assembleia Nacional e do Governo, em torno à questão do estabelecimento de relações diplomáticas com a República da China – Taiwan, durante grande parte do ano 1997; queda do governo na Assembleia Nacional, em Setembro de 1996, por moção de censura proposta pelo próprio Partido majoritário e que detinha portanto a chefia e a maioria do elenco; Os salários praticados pelo Estado aos seus agentes não são compatíveis com o custo mínimo de vida. É um salário convidativo à corrupção;

Tais desavenças encontram muitas vezes explicação em factores que se prendem, tanto com aspectos de organização e funcionamento das estruturas, como com insuficiências e aspectos controversos do próprio ordenamento jurídico vigente;

A falta de clareza na definição de competências próprias, assim como os correspondentes limites, tende a propiciar o surgimento de áreas de conflito, por um lado e também de espaços vazios ou terra de ninguém, por outro. A excessiva partidarização da vida pública, conjugada com uma certa dose de hiper-sensibilidade, que parece ser peculiar das pequenas comunidades humanas, também transmite alguma nota de tensão ao clima de relacionamento entre as instituições e mesmo no seio de cada uma delas. A agravar ainda mais tudo isso, põe-se o drama de cada vez maior escassez de recursos materiais e financeiros;

Num clima de tal ordem, é natural que tendam a afirmar-se modelos de comportamento e de conduta mais ou menos eivados de subjectivismo, amiguismo, nepotismo e um certo carreirismo de inspiração meramente vedetista;

Intimamente ligado a toda esta indisciplina, anarquia falta de autoridade e orientação, impõe-se ainda o flagelo da corrupção nas suas variadas formas de manifestação e envolvendo toda a sociedade, como é natural, também e sobretudo, os funcionários públicos aos mais diversos níveis. É evidente o porquê da maior vulnerabilidade destes, se se atender ao anteriormente dito. A uma administração que não funciona e não é capaz de preservar a dignidade dos seus próprios agentes, outro caminho não lhe pode restar, que ver-se convertida em antro de corrupção e de muitas outras formas de degenerescência humana.

Torna-se neste caso particularmente preocupante a incapacidade de classe política dirigente, no sentido de fazer face ao fenómeno da corrupção, assim como à indisciplina, à anarquia e ao clima geral de anemia reinante. Faria falta capacidade, ou talvez alguma força de vontade especialmente para punir os corruptos, tanto os activos como os passivos. Aliás, caberia considerar que tão corrupto, ou mais corrupto ainda, é aquele que corrompe como aquele que se deixa corromper...

Essa incapacidade vê-se reforçada pelo deficiente funcionamento dos Tribunais, onde a insuficiência dos recursos humanos e a carência de meios materiais, associada às deficientes condições de trabalho, permitem também que a impunidade continue a campear no País.

Em seu sentido mais amplo, o *desafio do desenvolvimento* é melhorar a qualidade de vida. Especialmente nos países pobres do mundo, uma melhor qualidade de vida geralmente requer uma renda mais elevada – mas envolve muito mais. Abrange, como fins em si mesmos, a melhoria da educação, padrões mais elevados de saúde e nutrição, menos pobreza, um meio ambiente mais limpo, maior igualdade de oportunidades, maior liberdade individual e uma vida cultural mais rica. Este trabalho trata principalmente do

desenvolvimento económico – por si, um conceito bastante amplo. Qualquer noção de progresso estritamente económico deve, no mínimo, voltar-se para além das rendas *per capita* e visar a redução da pobreza e maior equidade, progresso nas áreas de educação, saúde e nutrição, e protecção ambiental.

O desenvolvimento económico é definido neste trabalho como um aumento sustentável dos padrões de vida, compreendendo consumo material, educação, saúde e protecção ambiental. Em sentido mais amplo, o desenvolvimento inclui também outros atributos importantes e correlatos, especialmente maior igualdade de oportunidades, liberdade política e liberdades individuais. O objectivo geral do desenvolvimento é, portanto, aumentar os direitos económicos, políticos e individuais de todas as pessoas de ambos os sexos e de quaisquer grupos étnicos, religiões, raças, regiões e países. Este objectivo não mudou substancialmente desde o início da década de 50, quando a maior parte do mundo em desenvolvimento emergiu do colonialismo.

O pensamento desenvolvimentista passou por profundas mudanças nos últimos 40 anos. Essas mudanças não foram, de modo algum, totais, nem existe acordo universal quanto ao que é necessário para que um país se desenvolva. Contudo, a antiga fé no governo como capaz de dirigir o desenvolvimento cedeu lugar a uma maior confiança nos mercados. Estratégias voltadas para o âmbito interno estão sendo cada vez mais substituídas por estratégias voltadas para o exterior. A tributação discriminatória da agricultura com a finalidade de financiar a indústria deixou de ser a norma.

Nos últimos anos, muitos países têm implementado reformas voltadas para o mercado. Juntamente com essas mudanças, veio o crescente reconhecimento de que o desenvolvimento é um processo multidimensional, no qual as reformas de preços, os investimentos e o aprimoramento das instituições são complementares. O êxito depende da correcção de muitos factores.

Vários países atingiram rápido desenvolvimento no após-guerra. Em sua maioria, esses países têm duas características em comum: investiram na educação de homens e mulheres e no capital físico; e atingiram alta produtividade através desses investimentos, atribuindo papel de destaque aos mercados, à concorrência e ao comércio exterior. Desse modo, suas economias deram alento a novas ideias, ao progresso tecnológico e às pressões no sentido da eficiência.

O grau e a eficiência do envolvimento do Estado na economia têm sido vitais. Uma das lições aprendidas é que é melhor que o Estado se concentre naquelas áreas em que complementa a respalda o sector privado (oferecendo por exemplo, informações, infraestrutura, saúde, pesquisa e educação) do que em áreas nas quais substitui o sector privado (por exemplo, produzindo cimento e aço ou administrando linhas aéreas e hotéis). Uma segunda lição é que a qualidade do governo é tão importante quanto a quantidade. Muitos factores económicos, sócio-políticos e históricos têm seu papel no governo. A

história demonstra que as liberdades individuais e políticas – objectivos por si mesmos – não precisam obstar o desenvolvimento económico; antes revelam-se úteis à consecução de vários objectivos do desenvolvimento.

CONCLUSÕES

A economia santomense, enquanto pequena economia insular em desenvolvimento, tem enfrentado desde a sua independência várias dificuldades de carácter político, social e económico, Paralelamente tem enfrentado as condicionalidades do FMI e do Banco Mundial com as sucessivas mudanças estruturais. Todavia da sua articulação com a economia mundial, sobressai uma grande dependência externa, como resultado duma inserção cujos os vectores principais são a *Cooperação ACP-CEE* e as ajudas externas. Tendo em conta este pano de fundo, o principal desafio que se coloca a esta pequena economia insular é o desenvolvimento como linha chave de orientação para este milénio tendo em conta a globalização mundial.

A nossa abordagem inscreve-se no âmbito da *Economia do desenvolvimento*, modernamente entendida, ou seja, no sentido da necessária articulação entre a estabilização macro-económica, as políticas estruturais e a sua influência no comportamento dos agentes económicos.

Não obstante estas dificuldades, na procura duma economia de base produtiva privada em S.Tomé e Príncipe o essencial esforço de desenvolvimento terá de vir de dentro, numa estratégia que deverá ser de abertura à economia mundial, num quadro de complementaridade entre o *Estado e o Sector Privado*.

A cooperação para o desenvolvimento constitui uma das determinantes mais importantes do desenvolvimento económico e social dos países em vias de desenvolvimento (PVD) em geral e das pequenas economias insulares (PEI) em particular.

S.Tomé e Príncipe –PVD e PEI – carece de recursos naturais, humanos e financeiros, pelo que o seu processo de desenvolvimento tem sido fortemente dependente da ajuda pública ao desenvolvimento (APD). É certo a amplitude dos desafios actuais envolve de cepticismo uma concepção baseada na capacidade auto-organizadora da sociedade. No entanto, um processo de desenvolvimento económico duradouro parece ilusório se não se enraizar nos sistemas culturais e sociais. Ainda que exista desencanto face às ilusões das independências e perante o insucesso do projecto de modernização, convém recordar que as economias africanas revelam uma historicidade própria, e estão também abertas ao mundo. Elas reflectem assim trajectórias específicas, e estas apenas serão viáveis se a África for capaz de acompanhar as revoluções técnicas mundiais.

Neste caso, a primeira grande conclusão a extrair-se é que, apesar de um conjunto de barreiras quer de ordem geográfico quer de carácter conjuntural, S.Tomé e Príncipe apresenta possibilidades reais para atingir um desenvolvimento humano e económico.

Em relação à alfabetização, verifica-se uma relativa falta de actualidade e de precisão na informação em matéria de analfabetismo, quer em termos gerais, quer no plano funcional. Onde as coisas parecem estar mais claras e seguras é no atinente à informação respeitante ao calculo do PIB per capita. Atendendo à sua interligação e ao carácter

complementar das componentes, que integram o IDH, recomenda-se pois que a alfabetização, tal como todo o processo subsequente de formação, seja visto sempre em estreita ligação de mútua dependência com a questão do crescimento económico.

Uma das principais constatações nesse sentido tem a ver com o agravamento dos níveis de pobreza, tanto humana, como material. Efectivamente, apesar dos importantes investimentos realizados, quer no domínio económico, quer no social, a situação do desenvolvimento humano parece evoluir em sentido negativo. É clara essa tendência, por exemplo, no sector da educação, onde se destacam nomeadamente a redução de capacidade de acolhimento, assim como a qualidade de ensino prestado, do mesmo modo que ao nível de saúde, onde parece perdurar a incapacidade interna para suportar especialmente os custos recorrentes, para além do desequilíbrio em matéria própria política sectorial.

As questões relativas à sanidade pública e ao ambiente colocam-se com relativa gravidade, podendo-se neste caso realçar a problemática habitacional, o problema de abastecimento de água potável e a complexa questão do saneamento básico. Tudo isso favorece naturalmente o declínio verificado no atinente aos principais indicadores de saúde, com particular incidência nos últimos anos, em que o crescimento económico também tem conhecido vários constrangimentos.

Outro sector em que a situação se coloca de forma particularmente preocupante é no do emprego, onde a taxa de desemprego tem vindo a evoluir muito negativamente nos últimos anos, especialmente a relação à população jovem, neste caso, de idade inferior a 25 anos. A isto soma-se ainda a queda considerável do PIB per capita em relação ao cabaz mínimo na família. Aqui cabe sublinhar a situação especialmente mais delicada nas mulheres, tendo em conta os níveis mais baixos de rendimento que geralmente lhes correspondem, o que promete seriamente uma grande quantidade de agregados familiares, que têm por chefe exactamente uma mulher. Neste sentido, é importante salientar que os referidos níveis de rendimento atribuídos às mulheres estão na realidade subvalorizados, pelo facto do trabalho familiar e comunitário realizado pelas mulheres não estar devidamente reconhecido nem recompensado.

Mesmo no concernente ao crescimento económico, os investimentos parecem não ter gerados os resultados preconizados. Exemplos bastante ilustrativos disso podem-se encontrar em sectores como a agricultura, a pecuária e as pescas, onde o crescimento alcançado nada tem a ver com o volume de investimentos já realizados.

O próprio facto de insularidade parece não explicar inteiramente o fenómeno do persistente isolamento a que se tem visto condenado o arquipélago. Situações a ponderar com alguma urgência seriam, por exemplo, neste caso, por um lado, a relativa à integração de S. Tomé e Príncipe na sub-região da África Central e, por outro, a respeitante à sustentabilidade da Dobra como unidade monetária independente. Tudo parece dever-se

fundamentalmente à fragilidade das instituições e dos centros decisão política, à pouca clareza em termos de opções e de definição de propriedades e à deficiente gestão da ajuda e do crédito externo. Os testes realizados conclui-se que as elites de S.Tomé e Príncipe consideram como bloqueamento ao desenvolvimento a dimensão do mercado e que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento é muito importante para S.Tomé e Príncipe.

BIBLIOGRAFIA

- África Hoje, S.Tomé e Príncipe- Os desequilíbrios macroeconómicos, capítulo 2
Anuário 98, PP-104, 106 e 107, editora Lucidus Publicações, Lda.
- Armindo de Ceita do Espírito Santo, África Hoje, S.Tomé e Príncipe- Problemas para o seu desenvolvimento, n.º147, Anuário Novembro 2000, PP -12, 13 e -16, editora Lucidus Publicações Lda.
- África Hoje, Anuário 2000, S.Tomé e Príncipe-Ambiente económico, PP-158, 162, 164-166, 168, 170, 172 e 174, editora Lucidus Publicações, Lda.
- África Hoje, "O regresso" dos quadros santomenses, Julho de 2000, n.º 143, editora lucidus Publicações, Lda.
- Adams J., (1994), Economy on a instituted process: change, transformation and progress, Journal of Economic Issues, vol. xxviii, no. 2, June.
- Adelman I. e Morris C.T., (1973), Economic Growth and social equity in developing countries, Standford University Press.
- Adelman I. and Robinson S., (1989), Income distribution and Development, Handbook of Development Economics, vol. 11, Elsevier, North Holland.
- Albano Santos, 1995, Sinopse da economia açoriana, 1ª edição, PP- 7- 45, editora ASA, Pato.
- Ângelo Bonfim, Considerações Preliminares ao Governo sobre perspectivas de melhoramento da Constituição, S.Tomé, 1990.
- Banco Mundial, S.Tomé e Príncipe, Avaliação das Finanças Públicas, Setembro de 1997.
- Banque Africaine de Développement, Rapports Annuels sur le développement africain, Abijan, 1991.
- Banque Mondiale, L'Afrique subsaharienne, de la crise à une croissance durable, (Lendell Mills P., e Please S.), Washington, DC, 1989.
- Banque Mondiale, Rapport sur le Développement dans le monde, Washington, 1991.
- Banco Mundial, No limiar do século XXI, Relatório sobre o desenvolvimento Mundial, Washington, 1999-2000.
- Banque Mondiale, A Continent in Transition: Sub-Saharan in the Mid- 1990's, Africa Region, Washington, 1998.
- Banque Mondiale, Berg E. (ed.), Le Développement accéléré en Africa Subsaharienne, Washindton, 1981
- Banque Mondiale, (1983), L'gestion de la fonction Publique, Rapport sur le développement Mondiale, Washington, Dc, pp. 115-142
- Banco de Portugal, (1997/98), Evolução das Economias dos Países, capítulo II, S.Tomé

e Príncipe PP- 115 - 125.

Banco de Portugal, (1998/99), Evolução das economias dos palop, capítulo II, S.Tomé e Príncipe PP- 109 - 117.

Bates H.B. e Lofchile M. L. (ed.), Agricultural Development in Africa, New York, 1998.

Berg R.J. e Whithaker J.S., Stratégie pour le développement africain, Économica, Paris, 1989.

Berthelemy J.-CL. E Morrison Ch. "penure de divises et crise de l'agriculture commerciale en Afrique Subsharienne", Économie et prévision, nº 97, 1991.

Bigsten A ., (1983), Income Distribution and Development: Theory, Evidence and Policy, Heinemann, London.

Bhagwati J. N. (1982), The Theory and Experience of Economic Development, George Allen & Unwin, London.

Bhaduri A ., (1989), New Palgrave Economic Development, Macmillan, London and Basingstoke.

Baran P., (1957), Political Economy of Growth, New York: Monthly Review Press.

Basu K., (1979), Revealed preference of government, Cambridge: Cambridge University Press.

Características sócio-económicas da pesca artesanal marítima em São-Tomé e Príncipe, Relatório técnico n.º.68 do DIPA, Maio de 1995;

CepII, Économie mondiale 1990-2000, l'imperatif de la croissance, Économica, Paris, 1992.

Caldewell J. -Ch., Croissance démographique et évolution socio -économique en Afrique de l'Ouest, Population council, New York, 1973.

Chenery H. e Srinivasan T. N., (1988), Development Economics, Volume I, Elsevier Science Publishers B.V. .

Chenery H. e Srinivasan T. N., 1988, Handbook of Development Economics, , Elsevier Science Publishers B. V. Vol. II.

Chen L.C. , (1986), Primary Health Care in Developing Countries: Overcoming Operational, Technical, and social barriers, Lancet, 2.

Comeliau, C. , (1996) L' économie à la recherche du développement. Crise d'une théorie, violence d'une pratique, PUF, Paris, pp. 11-33.

Consulta sectorial – sector da educação, S.Tomé, Maio de 1995

Correia, Isabel Horta, (1992), Crescimento Económico em Economias Abertas, Tese do doutoramento em economia, PP- 1 – 7, Lisboa: FCEE-UCP.

Coquery-Vidrovitch C., Afrique Noire. Permanences et ruptures, Payot, Paris, 1989.

Cost and financing of primary education in Africa (draft), UNICEF, 1996;

Coussy J., "Économie et politique de développement", in Coulon Ch e Martin D. , Les afriques politiques, La `Découverte, Paris, 1991.

Coussy J. e Vallin J. (ed), Crise et population en Afrique, CEPED, Paris, 1996.

Diagnóstico e enquadramentos das questões relativas à população, género e desenvolvimento, colectivo de autores, S.Tomé, Dezembro de 1997.

Diário da República, S.Tomé, Dezembro de 1997.

Diário da República, S.Tomé, de 1990 a 1998.

Dasgupta P. (1982), *The Control of Resources*. Oxford: Blackwells.

Dobb M. H., (1951), *Some Aspects of Economic Development*. Dehli: Dehli School of Economics.

Drèze J. and A. Sem, (1988), *Hunger: Economic and Policy*. Oxford: Clarendon Press. To be published.

Denis-Constant Martin, (1991), *The Cultural Dimensions of Governance*, Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics, supplement to the World Bank Economic Review and the World Bank Research Observer, Washington DC.

Engelhardt Ph. (1998), *L'Afrique miroir du monde?*, Paris, Arléa

Esseks J. (ed), *L'Afrique de l'indépendance politique à l'indépendance économique*, Maspero, Paris, 1975.

Revue des dépenses publiques, *Equité des dépenses publique dans les secteurs de l'éducation et de la santé*, ADE, Janvier de 1997;

PNUD/CENFOPA, *Estudo sobre o desenvolvimento participativo*, (Relatório Preliminar), S.Tomé, abril de 1995;

Lígia Barbos, *Étude sur la gestion des déchets urbains à S. Tomé et Príncipe*, Junho de 1997;

Ministério de Economia e Finanças, *Evolução recente da situação económica e social*, S.Tomé, março de 1994;

Findlay R. (1982), *The Theory and Experience of Economic Development*, George Allen & Unwin, London.

Floud R. and Wachter K. W., (1982), *Povert and Physical Stature: Evidence on the standard of living of London boys 1770-1870*. *Social Science History*, 6.

Ferreira, M.Ennes e Almas, R. (1997), "Les Countourns Économiques de la CPLP", in *Lusotopie 1997*, Ed, Karthala, Paris.

Fonseca Carlos Correia, coordenação da Associação Industrial Portuguesa, (1996), *Estudo Oportunidades para as Empresas Industriais Portuguesas - Guia S.Tomé e Príncipe*, PP-13-85.

Friedmann, J., (1996), pp. 39-57. *Uma política de desenvolvimento alternativo*, cap.3: *Repensar a Economia. Modelo da Economia Global*, Celta Editora,

Géronimi V., *le "Sindrome Hollandais" dans les économies du golf de Guinée*, tèse, Paris- X-Nanterre, 1992.

Giri J., *L'Afrique en panne. Vingt-cinq ans de développement*, Kartala, Paris, 1986.

Hugon Ph., Pourcet G., Quiers Valette S. ,(1994) (éd), L'Afrique des incertitudes, Paris, PUF, coll, "Tiers Monde".

Hugon, P., (1994), Universalisme et particularisme en économie du développement, Problèmes Economiques, N°2361, pp. 1-7.

Grabowski R. and Sheilds M. P., (1989), Lenis and Ricardo: reinterpretation, World Development, vol. 17, no. 2, pp. 193-7.

Grant J.P., (1978), Disparity Reduction rates in social indicators. Washington, DC: Overseas Development Council.

Guichaoua, A . , Goussault, Y. (1996), Sciences sociales et développement, in: Guichaoua, Y. et. Al. , Questions de développement. Nouvelles Approches et Enjeux, Paris, Harmattan.

Herscovits M. J. e Harwitz (ed), Economic Transation in Africa, Londres, 1964.

Hicks J.R.: (1965), Capital and Growth. Oxford : Clarendon Press.

Hibou B., L'Afrique est-elle protectionniste?, Kartala, Paris, 1997.

Hirschman A . O . , (1958), The Strategy of Economic Development. New Haven: Yale University Press.

Hounie A . , Pitaluga L. e Scatolin F. (1999), La CEPAL y las nuevas teorías del crecimiento, revista de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe - n.º 68, PP- 9-59.

Hollander S., (1992), Classical Economics, University of Toronto Press Edition, Toronto and Buffalo;

Hout, W. (1996), "Development strategies and economic performance in Third World countries, 1965-1992)", Third World Quarterly, Vol.17

Hugon Ph., (1993), L'économie de l'Afrique, Paris, La Découverte, 2º éd. 1999.

Hugon Ph. (ed), «Les Afriques de l'na 2000», Afrique contemporaine, n° 146, 2º trimestre, 1988.

Hugon Ph., Pourcet G. e Quiers-Valett S. (ed), L'Afriques des incertitudes, PUF, Paris,1994.

Hugon Ph, (1999), L'Economic de l'Afrique, Editora Vulgata, Lda.

Hugon, Ph. , (1993) L'Économie de L'Afrique, cap. IV: Les comportements microéconomiques, Paris, pp. 54-60

Hugon, Ph. , Róbinson ou Vendredi. Rationalité économique en Afrique, Afrique 2000, Trimestre n° 23, pp.75-79.

Human Development: na African Perspective, Sading Rasheed & Eshetu Chole, 1995;

Ingham B. M., (1992), Shaping opinion on Development policy: economists at the Colonial Office during World War II, History of Political Economy, vol. 24, no. 3.

IMF (1999), International Financial Statistics,Volume XLM, Number 1.

J.P. Olivier de Sardan, (1988), Para uma abordagem antropológica das ideologias e

práticas de desenvolvimento.

J. Almeida Costa e A Sampaio e Melo, 1984, Dicionário da língua Portuguesa, 7ª edição, Porto editora.

J. Almeida Costa e Sampaio e Melo, 1987, Dicionário de língua Portuguesa, 6ª edição, Porto Editora

Janvry, A . (1994), Le renouveau de l'analyse économique du développement, Problèmes Economiques, Celta Editora., pp. 1-7

Kumar B.G., (1987), Poverty and Public Policy: government Intervention and levels of living in Kerala, India, D. Phil. Dissertation , Oxford University. To be Published.

Kurz Heinz D., (1992), Adam Smith on foreign trade, *Economica* vol. 59, November, pp. 475-81.

Ki Zerbo, Histoire de l'Afrique d'hier à demain, Hatier, Paris, 1980.

Luís Amado, Revista Elo, Programa Indicativo de Cooperação com S.Tomé e Príncipe 1999- 2001, n.º 32, PP-30 e 31, Março / Maio 2000.

Lancaster K. J., (1971), Consumer demand: A New approach, New York: Columbia University Press. *Journal of Political Economy*, 74.

Laporte B., Intégration économique régionale et échange commerciaux en Afrique de l'Ouest, tèse, Cerd, Clermont-Ferrand, 1996.

Lewis W. A ., (1955), The Theory of Economic Growth, Homewood. IL: Irwin.

Lima Osvaldo É., (1998), Desafio da Transição económica em Cabo Verde, Tese do Mestrado, PP- 111 - 126, Lisboa: ISEG-UTL.

Lipton M., (1989), Rural Development and Population, Institutions and policy, A supplement to *Population and Development Review*, Vol. 15.

Magnard F. e Tenzer N., La crise africaine: quelle politique de coopération pour la France?, PUF, Paris, 1988.

Marglin F. and S. Marglin, eds. (1986), Development and technological transformation in traditional societies: Alternative approaches, papers presented at a WIDER conference. To be published.

Marx K., (1844), The economic and philosophic manuscript of 1844, Endlis translation. London: Lawrence & Wishart.

Ministério de Economia e Finanças, Evolução recente da situação económica e social, S.Tomé, Março de 1994.

Ministério de Saúde, Indicadores hospitalares, Hospital Dr. Ayres de Menezes, S.Tomé, 1994

Miras Claude de, Le Développement des Petites Économies Insulaires relèver-t-il encore de L'économie de marché?, *Revue Tiers- Monde*, t. XXXVIII, n.º 149, janvier-mars 1997, PP- 79-98, França.

Myint H., (1985), Organizational Dualism and Economic Development, *Asian*

Development Review, vol. 3, no. 1.

Mouchot, C. , (1996) Metodologie économique, cap: Un modèle de choix raisonnable, Hachette Supérieur, pp. 292-294.

Note d'orientation sur la strategie de développement à moyen terme, Christian Bonifas, PNUD, S. Tomé , Dezembro de 1997.

Ouali K. S., Intégration et développement, Économica, Paris, 1990. Schulders G., S'unir. L'intégration en Afrique central, L'Harmattan, Paris, 1990.

OCDE, Berthelemy J.-CL. (ed.), Quel avenir pour l'économie africaine?, Paris, 1995.

Oppenheimer, J. , (1995) Theses on Political Conditionalities and Economic Development, AEGIS Summer School.

O limiar da pobreza de S.Tomé (1991-1994), S.Tomé , Março de 1995 perfil sanitário do País, OMS/Ministério da Saúde, S. Tomé, Julho de 1995;

PNUD (1994), Relatório do Desenvolvimento Humano de 1996, Tricontinental Editora, Lisboa

PNUD/CENFOPA, Relatório preliminar, Estudo sobre o Desenvolvimento Participativo, S.Tomé, Abril de 1995.

PNUD, Sadig Rassheed & Eshetu Chole, Human Development: na African Perspective, S.Tomé, 1995

PNUD, Note d'orientation sur la stratégie de développement à moyen terme, Christian Bonifas, S.Tomé, Dezembro de 1997.

PNUD, O limiar da pobreza em S.Tomé e Príncipe (1991-1994), S.Tomé, Março de 1995.

PNUD, Problemática das ONGs em S.Tomé e Príncipe (propostas de acordos), S.Tomé, Janeiro de 1992.

Problemática das ONGs em S.Tomé e Príncipe (Propostas de Acordos), PNUD, S. Tomé, Janeiro de 1992

Relatório técnico n.º 68, Características sócio-económicas da pesca artesanal marítima em S.Tomé e Príncipe. DIPA ,Maio de 1995

Relatório Provisório, Programa de luta contra a pobreza, S.Tomé, Janeiro de 1994.

Ramos Albertino, (1998), A Pertinência da Ajuda ao Desenvolvimento no Contexto de uma Pequena Economia Insular em Transição: O Caso de Cabo Verde, Tese do Mestrado, PP- Lisboa: ISEG-UTL.

Revue des Depenses publiques, Equité des Depenses publiques dans les secteurs de la education et de la santé. ADE, Janvier de 1997

Ranis G. and Fei J. C. H., (1982,) The Theory and of Development Economics, Lewis and The classicists. Chapter 3 in Gersowitz M. et al. George Allen & Unwin, London.

Ranis G. , (1988), Analytics of Development Economics, Handbook of Development Economics, Chapter 4 in Chenery H. and Srinivasan T. N. (eds), vol. 1., Elsevier, North.

Revue des Depenses publiques, Equité des Depenses publiques dans les secteurs de la education et de la santé, Janvier de 1997.

Schumpeter J., (1961), The Theory of Economic Development, New York: Oxford University Press.

Streeten P., (1981), First things first : Meeting basic needs in development countries. New York: Oxford University Press.

Stern N., (1989), The economics of Development: a survey, Economic Journal, vol. 99, pp. 597-685.

Stewart F., L. Ali S. e Wangwe S. (ed), Alternative Development Strategies in Sub-Saharan Africa, Mac Millan, Londres, 1992.

UNICEF, S.Tomé and Príncipe, a paradise with challenges, 1997;

Banco Mundial, S. Tomé e Príncipe- avaliação das finanças públicas, Setembro de 1997;

Taylor L. and Arida P. (1988), Long-run income distribution and growth, in Chenery H. and Srinivasan T. N. (eds) Handbook of Development Economics, vol. 1. Elsevier, North Holland.

UNICEF, Cost and financing of primary education in Africa (draft), 1996.

BIT, Protecção Social, Janeiro de 1998.

UNICEF, São Tomé and Príncipe, a paradise with challenges, S.Tomé e Príncipe, 1997.

UNICEF, (1986), The state of the world's children 1986. New York: United Nations.

UNESCO, Histoire Générale de l'Afrique, 8 vol., Paris, 1980-1990.

WID monograph for S.Tomé and Príncipe, T & B Consult, Novembro de 1995;

Williamson J. G., (1991), Inequality, Poverty and History, Cambridge, Mass. And Oxford, UK.

World Bank, Easterly W. e Levine R.. Africa's Growth Tragedy, renoté, Washington, 1995.

World Bank, (1986), World Development Report 1986. New York: Oxford University Press.

ANEXOS

I. Informação Sócio-demográfica

1.1 Sexo: Masculino ____ Feminino ____

1.2 Idade _____

1.3 Situação civil: Solteiro _____ Divorciado _____ Viúvo _____ União de facto _____ 1º Casamento 2º Casamento _____ 3º Casamento _____ outros (qual?) _____

1.4 Tem filhos Sim _____ Não _____

1.4.1 Se respondeu sim, diga quantos filhos homens _____ e quantas filhas mulheres _____

1.5 A sua esposa/seu esposo trabalha? Sim _____ Não _____

1.6 Qual o seu nível de escolaridade (assinale com X)

educação	4ª classe						Bacharelato	Licenciatura	Mestrado

1.7 Vive em casa própria _____ ou casa alugada _____ habitação social _____

1.8 Tipo de habitação: Alvenaria _____ Madeira _____

1.9 Qual é função: Político _____ Funcionário Público _____ Professor _____ Militar _____ Polícia _____ Empresário _____
Empresário _____ Escritor _____ Emigrante em Portugal _____ Outro (qual?) _____

1.10 Qual é o seu salário mensal

0-150000 dobras _____

150001 - 300000 _____

300001-400000 _____

400001-500000 _____

500001-600000 _____

600001-700000 _____

700001-800000 _____

800001-900000 _____

900001-1000000 _____

1000001-1250000 _____

1250001-1500000 _____

+ 1500001 (diga quanto? _____)

1.11 Considera-se uma pessoa influente em São Tomé e Príncipe? Sim _____ Não _____

1.12 Qual o seu concelho e distrito de residência? _____

1.13 Qual é o concelho e distrito onde trabalha? _____ -

II Informação sobre Actividades

2.1 Lê jornais. Sim _____ Não _____

2.2 Vê televisão Sim _____ Não _____

2.3 Ouve rádio. Sim _____ Não _____

- 2.4 Utiliza a internet? Sim _____ Não _____
- 2.4.1 Que tipo de utilização faz da Internet? Email ___ procura de informação _____ procura lazer _____ comércio _____ outro (qual?) _____
- 2.5 Lê livros com regularidade Sim _____ Não _____
- 2.6 Frequenta a praia? Sim _____ Não _____
- 2.7 Vai regularmente ao cinema? Sim _____ Não _____
- 2.8 Vai regularmente ao teatro? Sim _____ Não _____
- 2.9 Pratica desportp? Sim _____ Não _____
- 2.10 Janta em restaurantes com a família? Sim _____ Não _____
- 2.11 Visita familiares ao fim de semana? Sim _____ Não _____
- 2.12 Visita os amigos com regularidade? Sim _____ Não _____
- 2.13 Viaja nas férias? Sim _____ Não _____
- 2.13.1 Se respondeu sim, diga como faz férias Campismo _____ Caravanismo _____ Hotel _____ Casa de campo _____ Outro(qual?) _____
- 2.14 Vai ao futebol? Sim _____ Não _____
- 2.15 Vai a dancings? Sim _____ Não _____
- 2.16 Vai à missa? Sim _____ Não _____
- 2.17.1 Se respondeu sim. A religião é católica? Sim _____ Não _____
- 2.17.2 Se respondeu não diga qual é? _____

III Informação Profissional

- 3.1 A organização onde trabalha tem gestores competentes? Sim _____ Não _____
- 3.2 A organização onde trabalha possui uma tecnologia de ponta? _____ ou uma tecnologia tradicional _____
- 3.3 A organização onde trabalha dá prémios de produtividade? Sim _____ Não _____
- 3.4 A organização onde trabalha faz controlo de qualidade? Sim _____ Não _____
- 3.5 A organização onde trabalha controla a satisfação dos trabalhadores? Sim _____ Não _____
- 3.6 A organização onde trabalha controla a satisfação dos clientes? Sim _____ Não _____
- 3.7 A tecnologia da empresa onde trabalha contribui positivamente para a produtividade? Sim _____ Não _____
- 3.8 A motivação existente na organização onde trabalha contribui postivamente para a produtividade? Sim _____ Não _____
- 3.9 Existem preocupações éticas na actuação da organização onde trabalha? Sim _____ Não _____

3.10 Qual a dimensão da empresa onde trabalha?

Nº de trabalhadores

Menos de 5 _____

5 a 10 _____

11 a 20 _____

21 a 50 _____

51 a 100 _____

101 a 200 _____

201 a 500 _____

500 a 1000 _____

1000 a 2000 _____

+ de 2000 _____

3.11 Qual a natureza da organização onde trabalho? Industrial _____ Serviços _____ Banco _____ Seguros _____ Monopólio público _____ Serviço público _____ Agricultura _____ Outro _____

3.12 Se concorresse à sua função actual que qualificação necessitaria para obter a função? Não precisa de qualificação adicional _____ Precisaria trino no local de trabalho _____ necessitaria da 4ª classe _____ Necessitaria do 12º ano _____ Necessitaria de um bacharelato _____ Necessitaria de uma licenciatura _____

IV Informação sobre São Tomé e Príncipe

4.1 Quais são os principais problemas da África actual (assinale com um x apenas 3 campos):

Demasiados em muitos problemas	
Os processos de integração Africana estão poucos desenvolvidos	
Os mercados internos são pequenos	
Os países africanos estão marginalizados no comércio internacional	
A conflitualidade social e tribal não permite o desenvolvimento	
A corrupção não permite o desenvolvimento	
As más políticas comerciais (tarifas e taxas) não permitem o desenvolvimento	
A relação entre o sector transaccionável e não transaccionavel não incentiva o desenvolvimento	
A educação não incentiva o desenvolvimento	
As instituições e o sistema de incentivos não incentiva o desenvolvimento	
A cooperação económica não incentiva o desenvolvimento	
Outro factor (qual?)	



4.2.

Quais os principais problemas de São Tomé e Príncipe? (assinale com x os campos que quiser)

	1	2	3	4	5
Demasiados em muitos problemas					
Os processos de integração Africana estão pouco desenvolvidos					
Os mercados internos são pequenos					
Os países africanos estão marginalizados no comércio internacional					
A conflitualidade social e tribal não permite o desenvolvimento					
A corrupção não permite o desenvolvimento					
A relação entre o sector transaccionável e não transaccionável não incentiva o desenvolvimento					
A educação não incentiva o desenvolvimento					
A cooperação económica não incentiva o desenvolvimento					
As instituições não incentivam o desenvolvimento					
Outro factor (qual?)					

4.3 Que tipo de políticas económicas e sociais são prioritárias em São Tomé e Príncipe (assinale os campos que desejar)

	1	2	3	4	5
Política e infraestruturas					
Exploração de petróleo					
Incentivos à agricultura					
Incentivos à pesca					
reformas estruturais na justiça					
Reformas na educação					
Reformas na saúde					
Diminuição de impostos					
Estabilização de preços no mercado de cacau					
Instalação de uma zona franca					
Políticas liberais genéricas					
Políticas intervencionistas					
Outras (qual?)					

4.4 Com qual das respostas concorda? O desenvolvimento de São Tomé e Príncipe depende do desenvolvimento dos países africanos vizinhos ____ O desenvolvimento de São Tomé e Príncipe depende do desenvolvimento dos PALOPS ____ o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe depende da política e da iniciativa local ____

4.5 Com qual das respostas concorda? A ajuda pública ao desenvolvimento é muito importante para São Tomé e Príncipe ____ A ajuda pública ao desenvolvimento é irrelevante para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe ____

4.6 O papel do Banco Mundial em África é positivo Negativo ____ Neutro ____

4.7 O papel do FMI em África é positivo Negativo ____ Neutro ____

4.8 Com qual das respostas concorda? A paz em Angola não é possível por causa de Savimbi?i ____ A paz em Angola não é possível por causa do Governo Angolano ____ A paz em Angola não é possível por causa das multinacionais ____ A paz em Angola não é possível por causa dos governos estrangeiros ____

4.9 Se tivesse capacidade de decisão que política adoptaria na promoção do desenvolvimento? _____

V. Informação sobre valores e atitudes

5.1 Quais as suas preferencias políticas? (inscreva um X no campo respectivo)

MLSTP/PSD	
PCD	
Aliança Popular	
CODO	
Frente Popular Livre	
Votou em branco	
Não votou	
ADI	

5.2 Para cada uma das palavras abaixo, indique se ela tem um sentido positivo ou negativo (inscreva um x no campo respectivo)

	Positivo	Negativo	Nem negativo Nem positivo
Direitos do homem			
Empresa			
Propriedade			
Nação			
Pátria			
Protecção Social			
Ordem			
Modernidade			
Tradição			
Mudança			
Ecologia			
Estado			
Reformas estruturais			
Competição			
Religião			
Descentralização			
Liberalismo económico			
Controlo da inflação			
Emprego para jovens			
Flexibilização do mercado de trabalho			
Internet			
Bolsa de valores			
" Euro			
Pesquisa genética			
Liberdade de expressão			
Hipermercados			
Regionalização			
Aborto			
Centros Comerciais			
Sindicato			
Direitos dos trabalhadores			
Semana de 35 horas			
Globalização			
Administração			
Musica Techno			
Estado providência			
Cultura americana			
União Europeia			

5.3 Que valores simbolizam melhor o desenvolvimento africano (inscreva um X nos campos com que concorda)

	Positivo	Negativo	Nem negativo Nem positivo
Liberdade			
Igualdade			
Solidariedade para com os outros países			
Solidariedade para com os PALOPS			
Cumprimento do dever			
Independência			
Afirmção pessoal			
Respeito pelos direitos humanos			
Democracia			
Cidadania			
Justiça			
Protecção das minorias			
Novas tecnologias			
Educação e formação			
A defesa da nação			
Reforma aos 55 anos			
A ordem e a segurança			
A defesa das tradições			
A liberdade de empresa			
Uma preocupação social			
A participação da mulher no mercado de trabalho			
A cultura			
A construção africana			
A oposição contra o capital			
A oposição contra a igreja			
A oposição contra o sistema			
A limitação do papel do Estado			
Outra (qual?)			

5.4 Que valores pessoais perfila? (assinale com um X os campos respectivos)

Mudança		Segurança	
Razão		Moral	
Ciência		Igualdade	
Progresso técnico		Personalização	
Desafogo económico		Solidariedade	
Concorrência		Nacionalismo	
Risco		Afirmção da raça	
Prazer		Espírito do lugar em que vi	
Liberdade		Família	
Uniformização		Europeísmo/Internacionalis	
Simplificação		Rigor	
Permanência		Realização	
Amor		Consenso	
Fé		Trabalho	
Qualidade de vida		Tolerância	
Cooperação		Responsabilidade	